

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIA HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ALEXANDRE MÁRIO DE FREITAS

**CAMINHOS TRILHADOS:
UMA ANÁLISE DA TRAJETÓRIA DOS JOVENS
EGRESSOS DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO**

BELO HORIZONTE
2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIA HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ALEXANDRE MÁRIO DE FREITAS

**CAMINHOS TRILHADOS:
UMA ANÁLISE DA TRAJETÓRIA DOS JOVENS
EGRESSOS DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais, sob a orientação do Prof. Bráulio Figueiredo Alves da Silva

Orientador: Prof. Dr. Bráulio Figueiredo Alves da Silva

BELO HORIZONTE
2023

301	Freitas, Alexandre Mario de.
F866c	Caminhos trilhados [manuscrito] : uma análise da trajetória dos
2023	jovens egressos do sistema socioeducativo / Alexandre Freitas. - 2023.
	84 f.
	Orientador: Bráulio Figueiredo Alves da Silva.
	Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
	Inclui bibliografia.
	1.Sociologia – Teses. 2. Criminologia - Teses. 3. Adolescentes - Conduta – Teses. 4. Controle social - Teses. I. Silva, Bráulio Figueiredo Alves da. II.Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III.Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Aos 30 (trinta) dias do mês de junho de 2023 (dois mil e vinte e três), reuniu-se a Banca Examinadora de Defesa de Dissertação de Mestrado do discente **Alexandre Mário de Freitas**, intitulada: "**CAMINHOS TRILHADOS: UMA ANÁLISE DA TRAJETÓRIA DOS JOVENS EGRESSOS DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO**". A banca foi composta pelos (as) professores (as) doutores (as): **Bráulio Figueiredo Alves da Silva** (Orientador - DSO/UFMG), **Cláudio Santiago Dias Júnior** (IESP) e **Camila Gabriel Meireles Amorim** (Estácio). Procedeu-se a arguição, finda a qual os membros da Banca Examinadora reuniram-se para deliberar, decidindo por unanimidade pela:

Aprovação da Defesa (x)

Reprovação da Defesa ()

Belo Horizonte, 30 de junho de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Braulio Figueiredo Alves da Silva, Professor do Magistério Superior**, em 30/06/2023, às 10:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Santiago Dias Junior, Professor do Magistério Superior**, em 30/06/2023, às 10:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Camila Gabriel Meireles Amorim, Usuária Externa**, em 30/06/2023, às 10:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2404070** e o código CRC **ACE4263F**.

Agradecimentos

A escrita dessa dissertação, apesar de ter sido feita por minhas mãos, não foi uma ação individual, ela só aconteceu por causa da rede de familiares, amigos e colegas que possuo. Sem cada uma dessas pessoas na minha vida essa dissertação não teria nem sido gerada. E por isso eu gostaria de agradecer aqui à algumas dessas pessoas.

Primeiramente eu gostaria de agradecer a todas as pessoas do Programa de Pós Graduação em Sociologia. Meu orientador, Bráulio Figueiredo, que me deu todo o apoio que eu precisava para a pesquisa. Durante a pesquisa eu fiquei muito inseguro se o caminho que eu estava trilhando e propondo fazia sentido e se a metodologia que eu estava usando seria minimamente robusta para responder às perguntas, e foi o Bráulio que me guiou indicando os ajustes necessários na pesquisa, me emprestou os livros do Sampson (os quais ainda tenho que devolver) e me deu confiança para seguir em frente. Meu colega, Lucas Caetano, por ter sido a pessoa que me apresentou a proposta de pesquisar sobre os jovens egressos do sistema socioeducativo. À Professora Ludmila Ribeiro, que me incentivou a fazer mestrado em Sociologia. E à todos que participaram do projeto do CRISP/UFMG junto à FAPEMIG ‘APQ-02325-18 Trajetórias e narrativas de adolescentes: efeitos deletérios no curso de vida e a resposta infracional’, sem as discussões sobre a temática, e o acesso às bases de dados à qual essa pesquisa permitiu, minha dissertação não teria saído.

Gostaria de agradecer à minha família. Minha vó Ana que sempre esteve ao meu lado me apoiando no que eu quisesse fazer. Tenho um carinho imenso por ela e boa parte do que penso e sou é por causa da nossa convivência. Minha mãe, Gisele, foi uma companheira de primeira ordem, e na maior parte das aulas, que foram online por causa da pandemia, eu fiz ao lado dela enquanto ela trabalhava, e todo dia ela fazia algum comentário achando legal, chato, ou bobagem o que se discutia nas aulas, era ótimo. E meu pai, Ramon, e minha outra vó, Glauca, que sempre me ligavam perguntando como estava o mestrado, se eu estava estudando e se eu precisava de qualquer coisa, coisa de pai e vó. E deixo um agradecimento ao meu irmãos Pedro, que me ouviu reclamar uma centena de vezes sobre os dramas de trabalhar e estudar ao mesmo tempo. E à minha irmã Fernanda, que sempre me mandava alguma matéria relacionada à criminologia que ela visse por acaso. Foram muitas matérias que mostrava o quanto ela pensava em mim, sempre achei engraçado e fofa essa forma demonstração de carinho.

Quero agradecer também à minha nova família, em especial à minha noiva, Beatriz, que me ajudou de mil formas durante o mestrado. Ela me fazia companhia estudando ao meu lado, revisava meus erros de português, discutia sobre a parte teórica (ela também ama a área da criminologia) e me ajudava a escolher todas as cores dos gráficos que eu fazia. Ela foi a pessoa que acompanhou mais de perto toda a jornada, e eu não poderia ter tido

companhia melhor já que eu amo muito ela. E queria agradecer também à minha sogrinha querida, Adriana, que me acolhia sempre que eu passava o final de semana em sua casa, final de semana que se transformaram em semanas inteiras durante a pandemia. Foram muitos dias me aturando e ela merece um prêmio por causa disso. E à Frida e à Nina, minhas cachorrinhas, sendo a primeira adotada durante a pandemia. As duas estiveram do meu lado o tempo inteiro durante os estudos e me trouxeram alegria e energia quando eu mais precisava.

Gostaria de agradecer também a todos os meus colegas da Fundação João Pinheiro (FJP), em especial à Carolina Himura, Marcos Arcanjo, Reinaldo, Alessandra, Victor Barcelos, Juliana, Karina, Zilli, Maíra, Giovanni, Tamiris, Stephanie e Bárbara. Toda minha base metodológica veio da FJP e eu cresci muito enquanto profissional e pesquisador, além de ter tido a chance de lecionar na graduação e na pós-graduação. Foi um dos lugares em que eu mais aprendi e cresci profissionalmente e foi um lugar que abriu muitas portas para outras possibilidades e oportunidades na minha vida.

Por fim, gostaria de agradecer aos meus amigos João Vitor, Lina, Arthur, Cacala, Letícia e Mateus pela companhia durante esses últimos anos e para os que ainda virão, e ao Vinicius, Mamão e Scarpelli por compreenderem minha ausência em vários dos encontros em virtude do mestrado. Amo meus amigos de coração e eu não seria ninguém sem eles.

Resumo

O objetivo deste trabalho era compreender o quanto que fatores comunitários de desorganização social e da trajetória pregressa influenciam na probabilidade do jovem egresso do sistema socioeducativo ser morto e/ou ser preso e na frequência dessas prisões. Foram analisados 373 jovens egressos do sistema socioeducativo de Belo Horizonte. Para responder à pergunta central buscou-se integrar duas proeminentes teorias criminais, a Teoria da Desorganização Social e a Teoria do Curso de Vida. As variáveis explicativas tiveram como base as duas teorias e foram usadas informações sobre a trajetória pregressa dos jovens, como reincidência no sistema socioeducativo, defasagem escolar, número de vezes em que aparecem no Registro de Evento de Defesa Social (REDS), além de informações sobre a composição familiar a partir de dados sobre monoparentalidade, e do controle informal a partir de informações sobre o setor censitário em que estes jovens vivem. Para mensurar a influência dessas variáveis explicativas foram usados o Modelo de Equações Estruturais para calcular as variáveis dicotômicas de probabilidade do(a) jovem ser preso(a) e/ou morto(a), e a Regressão de Poisson para calcular o impacto na frequência esperada de prisões. O modelo de equações estruturais deu um resultado não significativo para quase a totalidade das variáveis. A regressão de poisson, por outro lado, foi significativa ou marginalmente significativa em todas as suas variáveis, a síntese do impacto das variáveis sobre o número esperado de prisões é essa: i) Controle informal: Redução de 61,2% para cada aumento na unidade de análise (1 a 4); ii) Famílias monoparentais: Aumento de 38,7%; iii) Defasagem Escolar: Aumento de 7,5% para cada ano de defasagem idade-série; iv) Reincidência no sistema socioeducativo: Aumento de 90,5%; v) Número de vezes em que aparece no REDS: Aumento de 6,3% para cada vez em que o jovem aparece no REDS. Este resultado confirmou parcialmente a hipótese de que o controle informal exercido pela comunidade em que o jovem vive e pela força dos laços efetivos construídos pelos mesmos com sua família e com a escola, e as repetidas interações destes jovens com o sistema de justiça, ajudam a explicar a reincidência na criminalidade e na probabilidade destes jovens morrerem.

Palavras-chave: criminologia; controle social; curso de vida; sistema socioeducativo.

Abstract

The aim of this study was to understand to what extent community factors of social disorganization and past trajectory influence the likelihood of a youth who has exited the socio-educative system being killed and/or arrested, and the frequency of these arrests. A total of 373 youths who have exited the socio-educative system in Belo Horizonte were analyzed. To answer the central question, an attempt was made to integrate two prominent criminal theories, the Social Disorganization Theory and the Life-Course Theory. The explanatory variables were based on these two theories and used information about the youths' past trajectories, such as recidivism in the socio-educative system, educational lag, the number of times they appear in the Social Defense Event Record (REDS), as well as information about family composition from data on single parenthood, and informal social control from data about the census sector in which these youths live. The Structural Equation Model was used to measure the influence of these explanatory variables to calculate the dichotomous variables of the likelihood of the youth being arrested and/or killed, and Poisson Regression was used to calculate the impact on the expected frequency of arrests. The structural equation model gave a non-significant result for almost all the variables. The Poisson regression, on the other hand, was significant or marginally significant in all its variables, the synthesis of the impact of the variables on the expected number of arrests is as follows: i) Informal control: Reduction of 61,2% for each increase in the unit of analysis (1 to 4); ii) Single-parent families: Increase of 38,7%; iii) Educational Lag: Increase of 7,5% for each year of age-series lag; iv) Recidivism in the socio-educative system: Increase of 90,5%; v) Number of times they appear in the REDS: Increase of 6,3% for each time the youth appears in the REDS. This result partially confirmed the hypothesis that the informal control exercised by the community in which the youth lives, and the strength of the effective ties built by them with their family and school, along with these youths' repeated interactions with the justice system, help explain recidivism in criminality and the likelihood of these youths dying.

Keywords: criminology; social control; life course; socio-educational system.

Lista de ilustrações

Figura 1 – Modelo sistêmico de desorganização social	19
Figura 2 – Modelo causal da versão estendida da Teoria de Shaw e Mckay da estrutura sistêmica comunitária e taxas de criminalidade e delinquência	20
Figura 3 – Regressão dos efeitos da estrutura comunitária nas dimensões da Eficácia Coletiva	21
Figura 4 – Regressão dos efeitos da estrutura comunitária e das dimensões da Eficácia Coletiva sobre as taxas de roubo, de violência interpessoal e de vitimização	22
Figura 5 – Modelo Sistêmico adaptado	24
Figura 6 – Efeitos bivariados do envolvimento com pessoas incorporadas no crime e a satisfação escolar, comportamento criminal e o uso de drogas lícitas e ilícitas	26
Figura 7 – Coeficientes da regressão da taxa de homicídios (Ln) de Belo Horizonte (1998 - 2006)	28
Figura 8 – Ajuste da Regressão Linear Múltipla da taxa de homicídio (Ln) Belo Horizonte – 1998 a 2006	30
Figura 9 – Taxa de prisões realizadas por 100 mil habitantes por idade nos EUA no ano de 1980	35
Figura 10 – Modelo hipotético do comportamento antisocial proposto por Moffitt .	36
Figura 11 – Trajetórias totais de ofensas previstas: idade suavizada, de sete a setenta anos, por risco na infância	37
Figura 12 – Modelo estrutural de covariância simultânea entre os laços sociais e o crime e o desvio.	40
Figura 13 – Influência causal da desordem do bairro nos resultados sociais / desenvolvimentais mediados por estressores urbanos e orientação do código de trânsito	43
Figura 14 – Mapa dos 205 setores censitários de Belo Horizonte que compõem a amostra da pesquisa de Vitimização de Belo Horizonte de 2006	49
Figura 15 – Histograma com a distribuição da variável ICE	52
Figura 16 – Mapa da relação entre o endereço do jovem e os setores censitários da amostra depois da bufferização	54
Figura 17 – Idade atualizada dos jovens da amostra	56
Figura 18 – Defasagem escolar dos jovens da amostra	57
Figura 19 – Renda familiar per capita	58
Figura 20 – Número acumulado de jovens pelo número acumulado de bairros em Belo Horizonte	58

Figura 21 – Número de jovens por bairro de Belo Horizonte	59
Figura 22 – Número de vezes que foram presos	61
Figura 23 – Número acumulado de prisões por idade	62
Figura 24 – Causa da morte dos vitimados	63
Figura 25 – Jovens vitimados por idade	63
Figura 26 – Eventos acumulados ocorridos com os jovens da amostra por idade . .	64
Figura 27 – Quadro com a lógica causal entre teoria, variáveis explicativas e a frequência esperada de prisões	73
Figura 28 – Mapa da relação entre o endereço do jovem e os setores censitários da amostra antes da bufferização	78
Figura 29 – Mapa da bufferização do endereço dos jovens analisados	79
Figura 30 – Mapa da relação entre o endereço do jovem e os setores censitários da amostra depois da bufferização	80

Lista de tabelas

Tabela 1 – Descrição das variáveis e fonte dos dados a serem utilizadas no MEE	55
Tabela 2 – Natureza do delito cometido que consta no REDS - Geral	60
Tabela 3 – Natureza do delito cometido que consta no REDS - Vítima	60

Sumário

1	Introdução	12
2	Referencial Teórico	15
2.1	Teoria da Desorganização Social	15
2.1.1	Raízes, fundação e críticas	15
2.1.2	Teoria da Eficácia Coletiva	18
2.1.2.1	Dimensões da desorganização social	20
2.1.3	A influência do capital social e do encarceramento no crime e no controle informal	23
2.1.4	Pesquisa no Brasil	27
2.1.5	Considerações sobre a Teoria da Desorganização Social	30
2.2	Teoria do Curso de Vida	31
2.2.1	Debates teóricos entre Sampson & Laub, Moffit e Hirschi & Gottfredson sobre estabilidade, mudança e desistência no crime	34
2.2.2	Integração teórica entre a Teoria da Eficácia Coletiva e a Teoria do Curso de Vida	41
3	Metodologia	44
3.1	Dados a serem utilizados	45
3.1.1	Jovens analisados	45
3.1.2	Trajatória Prisional	46
3.1.3	Desorganização social - Variáveis estruturais	47
3.1.4	Eficácia coletiva - Controle Informal	48
3.2	Métodos utilizados na análise dos dados	50
3.2.1	Quem são e em que lugar estes jovens vivem?	50
3.2.2	O que aconteceu com esses jovens? Eles desistiram ou persistiram na carreira criminal? Se persistiram, com que frequência? Eles foram vitimados? Com que frequência eles aparecem no REDS?	50
3.2.3	Há uma correlação entre a desorganização social do território em que estes jovens vivem, sua trajetória e a participação e a frequência na criminalidade após o período no sistema socioeducativo?	50
3.2.3.1	Geolocalização do endereço	53
4	Resultados	56
4.1	Quem são e em que lugar estes jovens vivem?	56
4.2	O que aconteceu com esses jovens? Eles desistiram ou persistiram na carreira criminal? Se persistiram, com que frequência? Eles foram vitimados?	59

4.3	Qual é o impacto da desorganização social do território em que estes jovens vivem e de suas trajetórias pregressas na probabilidade de serem presos, na frequência das prisões e na probabilidade de serem mortos?	65
4.3.1	Frequência das prisões	65
4.3.2	Modelo de Equações Estruturais (MEE)	67
5	Conclusão	70
	Referências	75
A	Anexo	78
A.1	Processo de bufferização do endereço	78
A.2	Resultado do Modelo de Equações Estruturais	81

1 Introdução

Tivemos no Brasil do início da década de 1980 até 2017 um aumento constante no número e na taxa de homicídios. Essa alavancada fez com que o número de homicídios subisse de 13.911, o que representa uma taxa de 11.69 por 100 mil habitantes em 1980, para 65.602, uma taxa de 31.59 em 2017¹. Apenas em 2018 e 2019 que o número oficial de homicídios começou a cair, chegando a 45.503 em 2019; apesar da queda o número de homicídios ainda é extremamente elevado se comparado a outros países. A maior parte desses homicídios possuem outra característica, estão concentrados em uma pequena parte do extenso território brasileiro. 120 municípios concentram 50% dos homicídios (CERQUEIRA et al., 2019), e nestes próprios municípios os homicídios se concentram nos bairros mais pobres e vulneráveis - na cidade do Rio de Janeiro, 10% dos bairros concentram 50% dos homicídios (CERQUEIRA et al., 2016). Não só os crimes são concentrados territorialmente como a maior parte dos crimes é feita por uma minoria dos membros destes territórios. Uma pesquisa de Wolfgang e outros autores (1972), concluiu que mais de 50% dos crimes são cometidos por 6% dos ofensores (MOFFITT, 1993, p. 676). Ademais, há um perfil claro dos homicídios, em que são em sua maioria em jovens, negros, de baixa escolaridade e em territórios específicos da cidade (CERQUEIRA et al., 2016). Das vítimas em 2017, 54,54% são jovens, e a alta taxa de homicídios e sua concentração neste público específico fez com que mais de 20% dos jovens tivessem uma pessoa próxima vítima de homicídio e que a violência seja citada por 43% dos jovens enquanto o problema que mais os preocupam (ABRAMO et al., 2013). Diante dessa realidade podemos observar que a trajetória dos indivíduos e a comunidade em que habitam são partes importantes para se entender a criminalidade.

Já tivemos diversas pesquisas que discorreram sobre a concentração dos homicídios em bairros específicos da cidade, da relação destes homicídios com a vulnerabilidade social (CERQUEIRA et al., 2016), do perfil das vítimas (WAISELFISZ, 2013), da relação dos homicídios com as gangues juvenis (ZILLI, 2011), da estrutura dessas gangues e suas rivalidades (ROCHA, 2017), mas ainda faltam estudos que busquem entender melhor a relação entre comunidade e trajetórias criminais. Nesta área as pesquisas são em maioria qualitativas e seus dados são de fora do Brasil. É neste espaço que este estudo busca contribuir, de forma a compreender *o quanto que fatores comunitários de desorganização social e da trajetória pregressa influenciam na probabilidade do jovem egresso do sistema socioeducativo ser morto e/ou ser preso e na frequência dessas prisões*. Mais especificamente, a pesquisa buscará entender se os fatores de desorganização social e do curso de vida do indivíduo influenciam na permanência da atuação criminal e na frequência dos crimes cometidos, em Belo Horizonte, por 373 jovens egressos do sistema socioeducativo. Para

¹ Fonte: IPEA - Atlas da Violência. Acessado em <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/>

tanto a pesquisa irá dialogar com duas proeminentes teorias criminais: a Teoria da Desorganização Social, que busca entender como a capacidade das comunidades de exercer um controle social sobre seus membros e a absorção de valores convencionais influencia na delinquência, e a Teoria do Curso de Vida, que busca entender como a estabilidade e mudança na trajetória criminal dos indivíduos é influenciada de acordo com eventos, vínculos, laços sociais e o próprio controle informal. Espera-se que a pesquisa consiga apontar alguns elementos e pistas que permitam integrar as duas teorias em suas capacidades explicativas do crime e da letalidade para que no futuro o funcionamento destes mecanismos possam ser explorados de forma mais aprofundada.

A pesquisa buscará responder as seguintes perguntas:

- i Como a Teoria da Desorganização Social e a Teoria do Curso de Vida se integram?
- ii Quem são e em que lugar estes jovens vivem?
- iii O que aconteceu com esses jovens? Eles desistiram ou persistiram na carreira criminal? Se persistiram, com que frequência? Eles foram vitimados?
- iv Qual é o impacto da desorganização social do território em que estes jovens vivem e de suas trajetórias progressas na probabilidade de serem presos, na frequência das prisões e na probabilidade de serem mortos?

Para responder às perguntas serão utilizadas as bases de dados do CENSO de 2010 para se aferir a renda do(s) responsável(is) pelo domicílio, do Sistema Integrado de Gestão Prisional (Sigpri) para ver quantos e quantas vezes cada jovem foi preso, dos Registros de Eventos de Defesa Social (REDS) para ver quantas vezes cada jovem é citado em algum evento pela polícia, da ‘Trajetória de Vida de Adolescentes e Jovens Envolvidos em Crimes de Roubo e Políticas de Prevenção’ com as informações dos 373 jovens a serem observados e da pesquisa de Vitimização em Belo Horizonte de 2006, com dados sobre o controle informal local em 205 setores censitários de Belo Horizonte. Para a análise dos dados serão realizadas análises descritivas para se responder quem são, aonde vivem e o que aconteceu com estes jovens. Para entender a relação entre território, trajetória progressa e o que aconteceu com estes jovens, será construído um Modelo de Equações Estruturais em que será realizada uma regressão logística (logit) para mensurar o quanto que as variáveis do controle informal e da trajetória progressa explicam a probabilidade da pessoa ser presa, e uma regressão de Poisson para mensurar o quanto que essas mesmas variáveis influenciam no número de vezes que o indivíduo é preso.

A hipótese dessa pesquisa é de que o controle informal exercido pela comunidade em que o jovem vive e pela força dos laços efetivos construídos pelos mesmos com sua família e com a escola e as repetidas interações destes jovens com o sistema de justiça, ajudam a explicar a reincidência na criminalidade e na probabilidade destes jovens morrerem.

Essa pesquisa só é possível graças ao projeto do CRISP/UFMG junto à FAPEMIG ‘APQ-02325-18 Trajetórias e narrativas de adolescentes: efeitos deletérios no curso de vida e a resposta infracional’. É a partir deste projeto que foi possível acessar as bases de dados do Sigpri, REDS e da mortalidade dos 373 jovens.

2 Referencial Teórico

2.1 Teoria da Desorganização Social

A Teoria da Desorganização Social foi desenvolvida a partir dos estudos de sociologia urbana na proeminente Escola de Chicago de Sociologia. Esses estudos ganharam força a partir da publicação do livro ‘The City’ (1925), escrito por Robert E. Park, Ernest W. Burgess e Roderick McKenzie; neste livro os autores debatem o processo de organização, desorganização e expansão das cidades. Esses estudos se desenvolveram na área da criminologia a partir das pesquisas de Clifford R. Shaw e Henry D. McKay apresentadas em ‘Juvenil Delinquency and Urban Areas’ (1942) e estruturaram a Teoria da Desorganização Social, teoria que foca na importância da comunidade e do território no controle social do crime. A teoria da desorganização social ganhou destaque servindo como base às políticas que se propunham reduzir a criminalidade a partir de projetos como o ‘Chicago Area Project’, contudo ela perdeu parte de sua primazia por dificuldades e limitações nas pesquisas empíricas confirmatórias. A teoria retomou sua projeção a partir da revisão feita por Robert J. Sampson e W. Bryon Grooves em ‘Community Structure and Crime: Testing Social-Disorganization Theory’ (1989) a partir da introdução do conceito de Eficácia Coletiva e da proposição de formas de testagem e mensuração dos efeitos da eficácia coletiva na criminalidade.

2.1.1 Raízes, fundação e críticas

A teoria da desorganização social teve suas raízes nos estudos sobre a expansão das grandes cidades e da respectiva transição de uma sociedade rural para uma sociedade moderna e urbanizada. Esse processo se daria não só pelo aumento da densidade populacional, mas também na expansão da área das cidades de forma a incorporar uma maior vida comunitária. Este processo de expansão das cidades se assemelharia a um processo de competição, dominação e sucessão¹ (PARK, 1936). A divisão do trabalho seria uma consequência da competição entre os indivíduos de forma a transformar a sociedade pré-moderna baseada em família, status, castas, para uma baseada na diferenciação ocupacional. Essa nova forma de organização social, baseada na interdependência entre as pessoas, transformaria os laços sociais da comunidade, de forma que sentimentos e hábitos dariam espaço para interesses comuns. Em um ambiente de constante mudança e transformação, encontra-se um equilíbrio instável em que toda modificação da realidade é reajustada pela competição e a divisão do trabalho (PARK; BURGESS, 1925). Estas pesquisas ganharam o nome de estudos ecológicos.

¹ Essa análise se deu a partir de estudos ecológicos de plantas.

Nessa perspectiva, a transformação da organização social gera uma grande mudanças nos instrumentos de controle social como a família, a escola e a igreja, de forma a reduzir a influência dessas instituições sobre os indivíduos. A consequência direta do enfraquecimento do controle dessas instituições se daria na redução da assimilação dos valores morais e culturais da sociedade pelo indivíduo, abrindo espaço para a construção de uma gama mais ampla de valores divergentes.

Provavelmente é a ruptura dos laços afetivos locais e o enfraquecimento das restrições e inibições do grupo primário, sob a influência do ambiente urbano, que são amplamente responsáveis pelo aumento do vício e do crime nas grandes cidades (PARK; BURGESS, 1925, p. 25).

Além das transformações dos laços sociais e do controle social, a expansão das cidades teria como característica um processo de desorganização e reorganização da estrutura física. A expansão das cidades gerou um processo de alocação de novos membros da cidade e de realocação das próprias pessoas que já moravam na cidade e que era determinado pelas diferenças econômicas e culturais dos grupos. Este processo teve como consequência a formação de favelas que concentravam situações de crime, doença, pobreza e vício (PARK; BURGESS, 1925). O entendimento da formação de áreas degradadas como algo natural da expansão das grandes cidades e da divisão do trabalho possui críticas de outros pesquisadores, como o Sampson e Wilson, que indicam que a desigualdade racial é o fator preponderante para a desorganização social nas comunidades (CULLEN; AGNEW; WILCOX, 2017). Nessa mesma direção, um estudo da UNODC não encontrou uma correlação positiva entre aumento da densidade populacional e do número de homicídios e concluiu que “cidades e rápido crescimento urbano não constituem um fator de risco para o aumento dos níveis de homicídio.” (UNODC, 2019, p. 46), contudo um estudo do Banco Mundial, realizado no Brasil, encontrou uma correlação positiva entre as taxas de homicídio e um processo de rápida urbanização, a depender da região do país e do estágio da urbanização (WORLD BANK, 2013, p. 25).

A ecológica de formação e expansão das cidades foi o ponto de partida para Shaw e McKay desenvolverem seu trabalho, ‘Juvenil Delinquency and Urban Areas’, publicado em 1942. A partir de uma análise da cidade de Chicago - Illinois, EUA - com dados sobre características físicas, econômicas, demográficas de Chicago, de jovens que compareceram à corte juvenil entre 1900 e 1927, e de informações sobre a história de vida de alguns jovens, eles buscaram discutir a relação entre sistema de valores, organização social e a delinquência juvenil.

Foi uma pesquisa pioneira em demonstrar uma certa estabilidade na distribuição da taxa de delinquência ao longo dos anos analisados, assim como a sua concentração em bairros com características específicas da cidade. A pesquisa entendeu que áreas com baixo status socioeconômicos, diversidade étnica e mobilidade residencial levam à uma diversidade de possíveis sistemas de valores no território e a um menor controle e organização social que levam à maiores taxas de criminalidade (SHAW; MCKAY, 1942).

A Teoria da Desorganização social pode ser entendida enquanto “a incapacidade de uma estrutura comunitária em realizar os valores comuns de seus residentes e manter um controle social eficaz” (SAMPSON; GROVES, 1989, p. 777).

Nessa perspectiva, áreas com baixo índice de delinquência possuem valores morais mais uniformes e uma maior conformidade em relação à lei, enquanto que áreas com taxas altas de delinquência possuem uma maior diversidade de sistemas de valores, de forma que a criminalidade é um modo de vida plausível e possível para se garantir renda, poder e prestígio. Isso acontece porque a delinquência é, antes de tudo, uma atividade grupal e que precisa ser aprendida e justificada a partir da interação com os outros. Em áreas mais organizadas as pessoas estão insuladas, distantes do contato em que essas atividades acontecem, enquanto que em áreas mais desorganizadas essas atividades fazem parte do cotidiano das pessoas. As pessoas sabem quem realiza atividades ilegais ou quase legais e o local em que elas acontecem. É a partir da interação com estes grupos que os indivíduos aprendem as técnicas e habilidades necessárias como também absorvem um sistema de valores que dão sustentação às suas ações². O retorno financeiro das atividades ilegais favorece a renda da família e desenvolve economicamente a comunidade, isso reduz uma possível oposição da família e da comunidade à essas atividades nestes territórios. Ademais o grupo dos quais essas pessoas participam possui um papel de controle social de seus membros às vezes até maior do que a própria família dos mesmos. Por fim, a falta de supervisão dos jovens do território pelas suas famílias ou por outras instituições como a igreja e a escola por um longo período do dia amplia as possibilidades de interações e atividades não convencionais.

As variáveis de desorganização social que se destacaram na pesquisa foram pobreza, instabilidade residencial e diversidade étnica/racial. A pobreza, ou o baixo status socioeconômico significaria uma falta de dinheiro e recursos para o controle social. Posteriormente foi-se mostrado uma correlação entre o status socioeconômico (SES) com a participação em organizações formais e informais (SAMPSON; GROVES, 1989, p. 780). A instabilidade residencial afeta a consolidação de laços sociais no território e seu compromisso com o mesmo; números de amigos e de parentes influenciam diretamente o sentimento comunitário e o desejo de se permanecer em um território (KASARDA; JANOWITZ, 1974, p. 335). A própria absorção de novos membros na comunidade é algo que leva um tempo. A diversidade étnica e racial, por outro lado, influenciaria na coesão comunitária pelos diferentes valores e formas de ação e intervenção de cada um dos grupos, diminuindo assim o controle e a supervisão de jovens na comunidade (SAMPSON; GROVES, 1989, p. 781).

A pesquisa de Shaw e McKay é um marco na criminologia, contudo apresenta algumas limitações importantes. A primeira dela é apontada pelos próprios autores e indica que, apesar do estudo encontrar uma forte correlação entre as características comunitárias e

² Vale destacar que duas proeminentes teorias da criminologia aprofundaram essas discussões, a Teoria da Associação Diferencial, proposta por Edwin H. Sutherland, e a Teoria do Aprendizado Social, desenvolvida por Ronald Akers.

a delinquência, isso não significa uma causalidade direta, e que seriam necessárias novas pesquisas com experimentação ou com análise de casos negativos para entender a relação entre as variáveis (SHAW; MCKAY, 1942). Nessa mesma linha, apesar da pesquisa apontar a relação entre controle social e crime, ela não realiza suas mensurações a partir delas, e isso acontece pelo fato de pesquisas como essa trabalharem com dados do Censo que possuem informações demográficas e socioeconômicas. Uma segunda crítica importante é relacionado à baixa qualidade das informações oficiais de criminalidade e do enviesamento ecológico da informação (SAMPSON; GROVES, 1989).

2.1.2 Teoria da Eficácia Coletiva

Compreendendo as limitações da pesquisa de Shaw e McKay, Sampson e Groves (1989) buscaram testar a Teoria da Desorganização Social a partir de dados da pesquisa British Crime Survey (BCS) conduzido em 1982 para mensurar fatores exógenos - como status socioeconômico, fatores demográficos etc -, dimensões que mediam a desorganização social e dados de criminalidade auto-relatados pelas próprias pessoas. Foram realizadas 10.905 entrevistas em endereços de cada uma das 238 áreas ecológicas na Grã Bretanha com o objetivo de se analisar 'comunidades locais' (SAMPSON; GROVES, 1989, p. 782). Ademais a pesquisa utilizou-se de dados auto reportados de cometimentos e vítimas de crimes. Essas duas escolhas metodológicas da pesquisa buscaram superar as limitações do estudo de Shaw e McKay (1942).

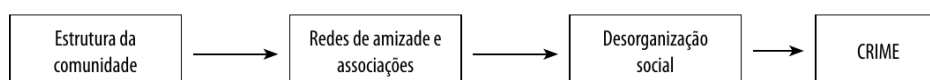
As variáveis utilizadas para se testar a Teoria da Desorganização Social se basearam na interdependência dos laços sociais da comunidade e na supervisão coletiva para a resolução de problemas comunitários (SAMPSON; GROVES, 1989). Essas dimensões se fundamentaram no Modelo Sistêmico proposto por Kasarda e Janowitz, que foi criado a partir das contribuições de W. I. Thomas, Park e Burgess em suas discussões sobre fatores que influenciavam os laços sociais locais e sentimentos comunitários. Kasarda (1974) buscou rejeitar o modelo de Toennies-Wirth que se baseavam na perspectiva que localidades com maiores populações e maior densidade populacional possuiriam menor participação e ligação comunitária. Em contraposição à essa perspectiva linear, o autor trouxe a proposta de um modelo sistêmico, no qual a rede social local é formada por um sistema complexo de relações entre amigos, parentes e associações formais e informais.

A comunidade local é vista como um sistema complexo de redes de amizade e parentesco, e laços de associações formais e informais enraizados na família e no processo contínuo de socialização. Ao mesmo tempo, é moldada pelas grandes instituições em escala da sociedade de massas (KASARDA; JANOWITZ, 1974, p. 329).

A pesquisa de Kasargada (1974) trouxe resultados interessantes que contribuíram para a Teoria da Desorganização Social. A pesquisa foi realizada em 1967 e entrevistou 2.199 adultos de 100 autoridades locais da Inglaterra - com exceção de Londres - e

teve como objetivo compreender os fatores sociológicos que influenciam na participação comunitária local e nos sentimentos e ligações comunitárias. Enquanto que o tamanho e a densidade populacional não impactaram de forma significativa nos laços e nos sentimentos comunitários, enquanto que o tempo de residência teve, com exceção de participação em organizações formais e informais, efeito significativo na formação de relações e laços comunitários, impactando no número de pessoas conhecidas, de parentes e na proporção do total de amigos que residem no território. Ademais o tempo de residência também teve uma relação positiva com as três variáveis de sentimentos comunitários i) Sentimento de comunidade, ii) Interesse na comunidade, e iii) Tristeza ao partir. Ao analisar a relação entre os laços comunitários (amizades, parentes, e participação em organizações formais e informais) e os sentimentos com a comunidade, o número de amigos teve a maior influência nos sentimentos comunitários, tendo forte impacto nas três variáveis. O número de parentes teve um impacto grande na variável de sentimento de pertencimento e moderado na variável de desejo de se manter na comunidade. A participação em organizações formais teve um grande impacto no interesse na comunidade, e a participação em organizações informais teve um impacto moderado no senso de pertencimento e no interesse no acontecimentos da comunidade (KASARDA; JANOWITZ, 1974, p. 335-336). O modelo sistêmico pode ser observado na Figura 1.

Figura 1 – Modelo sistêmico de desorganização social



Fonte: (SILVA, 2012, p. 40)

A partir dessa perspectiva sistêmica, Sampson e Groves propõem uma revisão da Teoria da Desorganização Social. Com o foco na efetividade do controle informal e nos mecanismos dos quais a comunidade pode garantir a ordem, os autores propõem a ‘Eficácia Coletiva’, “definido como a coesão social entre vizinhos combinada com a sua disposição de intervir em prol do bem comum” (SAMPSON; RAUDENBUSH; EARLS, 1997, p. 918). Para calcular a desorganização social e a eficácia social os autores construíram três dimensões que poderiam mediar os impactos das variáveis de desorganização social e que constituem o que seria a ‘Eficácia Coletiva’, sendo elas i) a habilidade da comunidade supervisionar e controlar grupos de adolescentes; ii) a rede de amizades locais; iii) a participação local em organizações formais e voluntárias. Esse modelo pode ser visualizado na Figura 2. Além das variáveis que calculam a eficácia coletiva, os autores incluíram na lista das variáveis exógenas à desorganização social ‘perturbação familiar’³ e ‘urbanização’.

³ Original: ‘Family disruption’. Z-score baseado em duas dimensões: a proporção de adultos divorciados e separados entre aqueles que já se casaram e a porcentagem de domicílios com pais solteiros com filhos. (SAMPSON; GROVES, 1989, p.785)

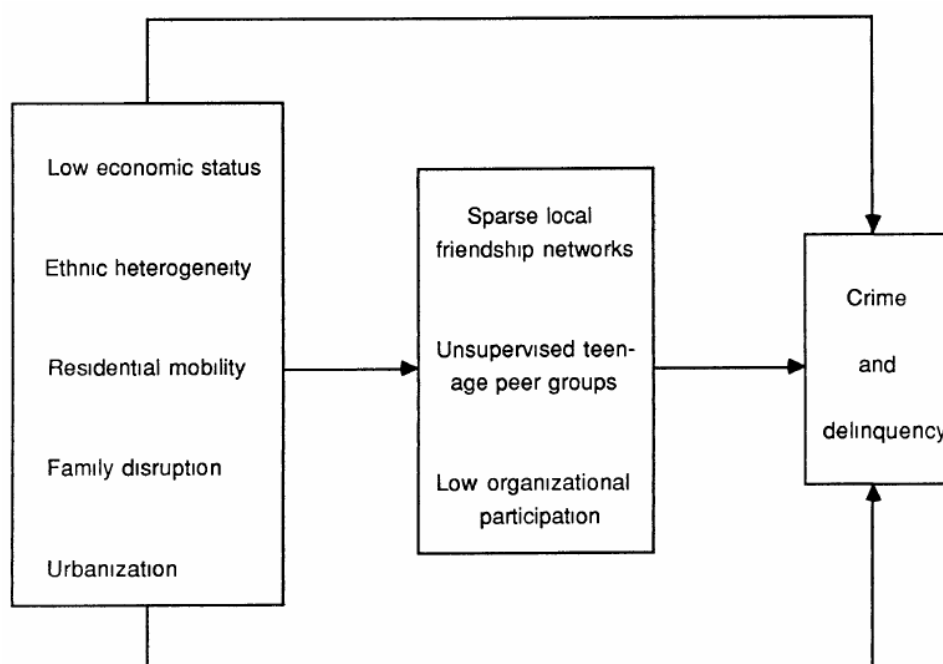
2.1.2.1 Dimensões da desorganização social

Como já discutido na seção 2.1.1, a delinquência é, na maioria das vezes, cometida por grupos, gangues (SHAW; MCKAY, 1942, p. 183) dos quais nascem de forma espontânea e se desenvolvem a partir do conflito, especialmente em territórios desorganizados (THRASHER, 2013, p. 57). Nesta perspectiva, a capacidade de supervisão e de controle de grupos de adolescentes é um mecanismo central que liga as características comunitárias à criminalidade. A variável foi construída a partir do percentual de respondentes que reportavam que “grupos de adolescentes desordeiros eram um problema ‘muito comum’ no bairro” (SAMPSON; GROVES, 1989, p. 784).

A capacidade de organização social comunitária, sua natureza e a participação de seus membros em organizações formais e informais impacta diretamente na capacidade da comunidade de construir consensos de como seus problemas devem ser enfrentados e influencia na capacidade de resolução dos mesmos, além de reduzir a capacidade de defender seus interesses (SHAW; MCKAY, 1942; SAMPSON; GROVES, 1989). A variável utilizada para medir foi a porcentagem dos residentes que participaram em alguma reunião de uma organização na semana anterior à entrevista.

A variável relacionada aos laços comunitários se baseia na teoria sistêmica, de forma que quanto mais denso são os laços comunitários maior é a capacidade da comunidade de reconhecer estranhos e agir de forma protetora contra a vitimização de seus membros, e constranger e restringir ações desviantes dos membros de sua comunidade (SAMPSON;

Figura 2 – Modelo causal da versão estendida da Teoria de Shaw e McKay da estrutura sistêmica comunitária e taxas de criminalidade e delinquência



Fonte: (SAMPSON; GROVES, 1989, p. 783).

GROVES, 1989, p. 779). A variável utilizada para medir essa dimensão foi quantos dos amigos dos entrevistados residem em sua comunidade local. Ela foi medida em uma escala de 1 a 5 que vai de nenhum a todos. A comunidade local foi definida como a área em que você consegue ir em até 15 minutos de caminhada da casa do respondente.

Ao analisarem os efeitos da estrutura comunitária utilizados na Teoria da Desorganização Social sobre as dimensões mediadoras da eficácia coletiva, os dados corroboraram a construção das dimensões exógenas; os resultados podem ser vistos na Figura 3. A variável de estabilidade residencial teve o maior efeito positivo na rede de amizades locais ($\beta = .42$), enquanto que a urbanização teve um efeito negativo ($\beta = -.27$). Na dimensão de grupos de jovens não supervisionados a variável que mais teve efeito de redução destes grupos foi o status socioeconômico ($\beta = -.34$), enquanto que famílias desestruturadas teve um impacto de ampliação da variável ($\beta = 0.22$). Por fim a variável de status socioeconômico teve um efeito positivo na variável de participação social ($\beta = .17$).

Figura 3 – Regressão dos efeitos da estrutura comunitária nas dimensões da Eficácia Coletiva

**WLS REGRESSION ESTIMATES OF EFFECTS OF COMMUNITY STRUCTURE ON
DIMENSIONS OF SOCIAL DISORGANIZATION IN 238 BRITISH LOCAL COMMUNITIES (1982)**

	LOCAL FRIENDSHIP NETWORKS		UNSUPERVISED PEER GROUPS		ORGANIZATIONAL PARTICIPATION	
	B	t-ratio	B	t-ratio	B	t-ratio
Socioeconomic status	-.06	-.91	-.34	-5.31**	.17	2.33**
Ethnic heterogeneity02	.34	.13	2.04**	-.06	-.83
Residential stability42	6.35**	.12	1.90*	-.09	-1.26
Family disruption	-.03	-.45	.22	3.73**	-.02	-.28
Urbanization	-.27	-3.91**	.15	2.21**	-.10	-1.32
R^{2a}26		.30		.07	

^a $P < .01$ for these values.
 * $P < .10$.
 ** $P < .05$.

Fonte: (SAMPSON; GROVES, 1989, p. 783)

O resultado da regressão linear multivariada dos efeitos das variáveis estruturais das comunidades e das dimensões da eficácia coletiva sobre as taxas de roubo e furto, de violência interpessoal e de vitimização se encontra na Figura 4. O modelo atinge uma alta capacidade explicativa para roubo e vitimização, com um R^2 de, respectivamente, .61 e .42. Ademais, a variável de status socioeconômico perde quase todo seu impacto nas variáveis dependentes, de forma que 80% do efeito do status socioeconômico é mediado pelo indicador de grupos de jovens não supervisionados para os casos de roubo e furto e 68% para os casos de vitimização, demonstrando que a maior parte de seu impacto calculado anteriormente era indireto, se dava pelas variáveis de eficácia coletiva incluídas no modelo. Neste modelo tanto a variável de rede de amigos locais quanto a variável de

participação social tiveram um efeito negativo na vitimização total ($\beta = -.12$ e $\beta = -.11$), enquanto que a variável de grupos de jovens não supervisionados teve um impacto positivo de $\beta = .34$. Estes resultados são condizentes com a proposta de construção de variáveis que mediassem os efeitos das características socioeconômicas dos territórios e foi um importante passo para as tentativas de estimação da Desorganização Social e da Eficácia Coletiva.

Figura 4 – Regressão dos efeitos da estrutura comunitária e das dimensões da Eficácia Coletiva sobre as taxas de roubo, de violência interpessoal e de vitimização

WLS REGRESSION ESTIMATES OF EFFECTS OF COMMUNITY STRUCTURE AND SOCIAL DISORGANIZATION ON RATES OF PERSONAL VIOLENCE AND TOTAL VICTIMIZATION IN 238 BRITISH LOCAL COMMUNITIES (1982)

	PERSONAL VIOLENCE AND TOTAL VICTIMIZATION					
	Mugging/Street Robbery		Stranger Violence		Total Victimization	
	<i>B</i>	<i>t</i> -ratio	<i>B</i>	<i>t</i> -ratio	<i>B</i>	<i>t</i> -ratio
Socioeconomic status	-.01	-.20	.10	1.30	-.03	-.48
Ethnic heterogeneity29	5.79**	.02	.26	.08	1.23
Residential stability08	1.53	-.09	-1.11	.03	.53
Family disruption08	1.78*	.14	2.02**	.20	3.61**
Urbanization26	5.01**	.11	1.36	.21	3.26**
Local friendship networks	-.19	-4.01**	-.03	-.48	-.12	-2.12**
Unsupervised peer groups35	7.01**	.19	2.60**	.34	5.58**
Organizational participation ..	-.07	-1.70*	-.14	-2.11**	-.11	-2.00**
<i>R</i> ^{2a}61		.15		.42	

^a $P < .01$ for these values.

* $P < .10$.

** $P < .05$.

Fonte: (SAMPSON; GROVES, 1989, p. 783)

Este modelo proposto por Sampson e Laub, contudo, deixa alguns questionamentos importantes sobre a relação entre as variáveis apresentadas. Neste modelo as variáveis de desorganização e de eficácia coletiva explicam o crime, mas o quanto que o próprio crime influencia na desorganização social de forma a criar um ciclo vicioso entre o crime e a desorganização social? Outro ponto de destaque é que ele não inclui uma variável importante que os mesmos autores utilizam em suas pesquisas sobre a Teoria do Curso de Vida, que é o encarceramento. Como que o nível de encarceramento nos territórios influencia na renda das famílias, na capacidade de supervisão e monitoramento dos jovens e das crianças, nos laços sociais do território?

2.1.3 A influência do capital social e do encarceramento no crime e no controle informal

Dois outros autores que tiveram uma grande contribuição para a Teoria da Desorganização Social foram Bursik e Grasmick. Eles buscaram mostrar como que os fatores ecológicos influenciam nos mais diversos níveis de controle social utilizando variáveis presentes nos trabalhos de Shaw e McKay como status socioeconômico, estabilidade residencial e diversidade étnica e de variáveis que buscam traduzir a ideia de capital social. Eles construíram, a partir disso, um modelo sistêmico que busca explicar o crime (ROSE; CLEAR, 1998). O modelo sistêmico de Bursik e Grasmick mostra como que a interação entre relações familiares e comunitárias com forças externas ao território ajudam a explicar o crime.

O modelo de Bursik e Grasmick, assim como o modelo de Sampson e Groves, se baseia em uma perspectiva unidirecional de explicação do crime e da relação entre as variáveis, ou seja, sem observar uma certa reciprocidade e interação entre as variáveis. Contudo certas variáveis podem ter efeitos tanto na redução do crime quanto na redução do controle social, assim como a violência em si, uma variável que pode ser explicada pela teoria, também influencia as variáveis de desorganização social do território.

Ademais, respostas à criminalidade feito pelo controle formal, como o encarceramento de criminosos, pode ter efeitos secundários negativos em áreas de alta desorganização social de forma que “A ação do sistema de justiça criminal pode danificar a estrutura do bairro, através da interrupção dos laços de rede de infratores e não infratores do fomentando à alienação entre os residentes e entre o bairro e o Estado” (ROSE; CLEAR, 1998, p. 442). Ao retirar partes de seus residentes, a capacidade de auto-regulação, o controle informal das comunidades, o capital social e os vínculos entre os moradores se reduz, gerando um aumento da taxa de criminalidade do território. Neste sentido as autoras Dina R. Rose e Todd R. Clear propõem uma adaptação do modelo de controle do crime e desordem social propostos por Bursik e Grasmick de forma a incluir o encarceramento como uma das variáveis que impacta a composição socioeconômica, o capital social e a taxa de encarceramento, como podemos ver na Figura 5.

As mudanças nas políticas de segurança pública levaram a um encarceramento em massa de parte da população, de forma que “as mudanças macroestruturais no encarceramento reformularam o curso de vida das coortes recentes e tornaram a ida para a prisão uma transição normativa para homens negros com baixa escolaridade.” (SAMPSON; LAUB, 2016, p. 329). Essa citação do Sampson, apesar de falar dos Estados Unidos, pode muito bem ser trazida para o Brasil, que teve um aumento de 3,24 vezes na população privada de liberdade, passando de 232.755 em 2000 para 755.274 em 2019 ⁴, de forma que minorias no Brasil estão vivendo em um ambiente com respostas do sistema de polícia e de justiça cada vez mais hostis e que essa mudança impacta a trajetória de toda uma geração e muda

⁴ Dados do DEPEN.

profundamente a realidade e a organização social de territórios específicos que concentram a maior parte dessa população privada de liberdade. A concentração do encarceramento e dos homicídios em territórios específicos nas cidades tem como efeito na redução do controle informal das comunidades, impactando tanto fatores estruturais como redução da renda e monoparentalidade quanto na capacidade de monitoramento e supervisão dos jovens e adolescentes do território. Este efeito interativo e recíproco ajuda a entender a relação entre controle social formal e informal, crime, encarceramento, vitimização e a própria estrutura social comunitária.

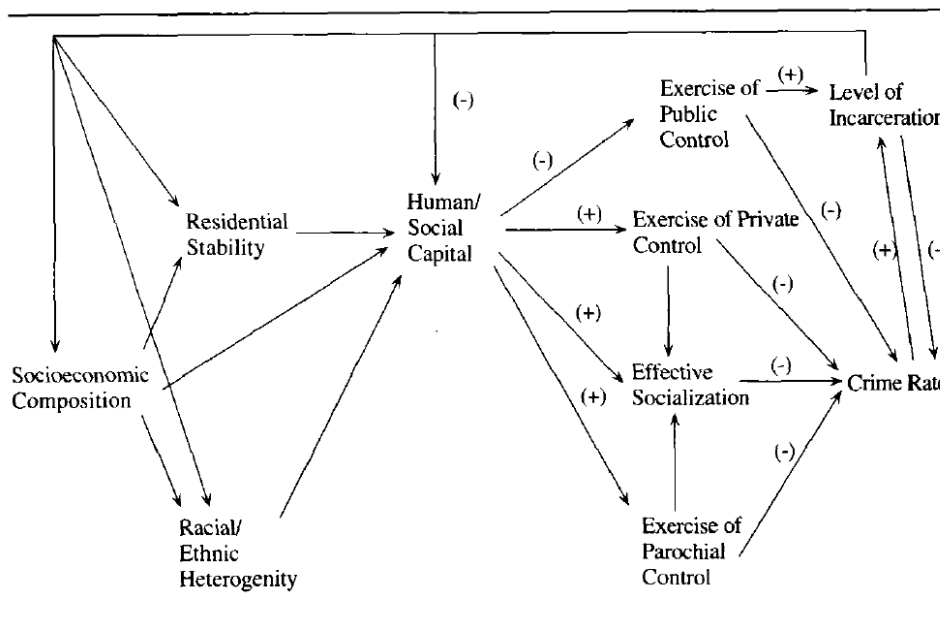
Este efeito interativo pode ser observado na pesquisa feita por Figueiredo Alves da Silva, Silvio Segundo Salej Higgins e Elenice De Souza Oliveira (OLIVEIRA; SILVA; HIGGINS, 2019). Eles buscaram mensurar o impacto da interação com familiares e amigos presos na satisfação escolar, no uso de drogas ilícitas, e no comportamento desviante. Para isso utilizaram dados de um *survey* do CRISP de 2005 como parte do estudo “Social losses caused by violence: violence in schools”. A pesquisa foi realizada em uma amostra de escolas públicas do Estado e do município em alguns municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte⁵ e aplicou o questionário em 3.568 estudantes.

Para mensurar os as relações com pessoas que possuíam alguma trajetória criminal, a pesquisa perguntava sobre se amigos próximos, irmãos e pais ou mães já haviam sido

⁵ Belo Horizonte, Betim, Contagem, Ibitiré, Ribeirão das Neves e Santa Luzia.

Figura 5 – Modelo Sistêmico adaptado

Figure 2. A Nonrecursive Model of Crime Control, Social Disorder, and Crime



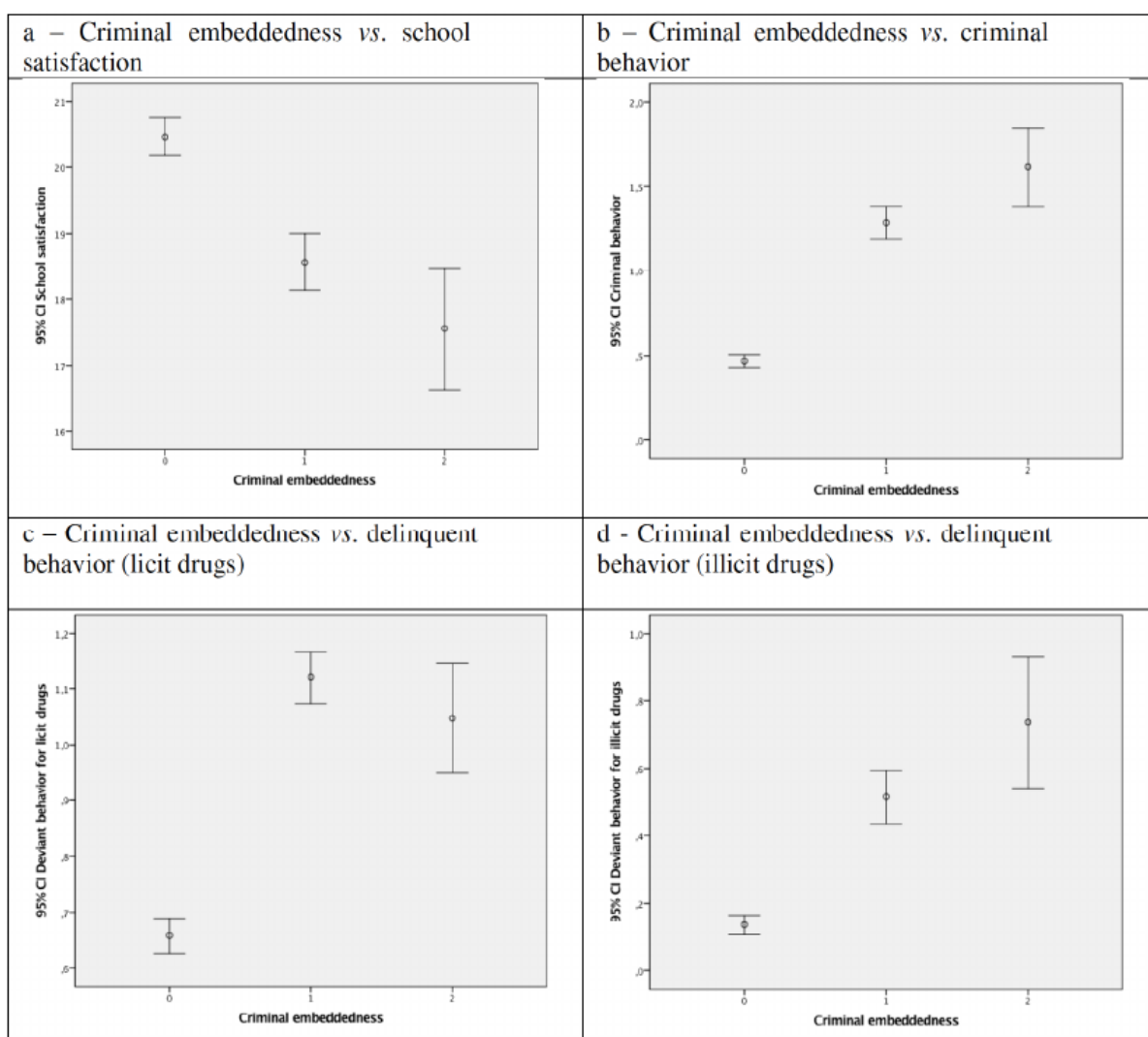
Adapted from Bursik and Grasmick (1993).

Fonte: (ROSE; CLEAR, 1998, p. 448)

temporariamente detidos pela polícia, ou se haviam cometido um crime mais sério ou se nunca tiveram problema com a lei (OLIVEIRA; SILVA; HIGGINS, 2019, p. 117). Para capturar a satisfação com a escola foi perguntado aos estudantes o quanto eles gostavam, do diretor da escola e dos seus professores em uma escala de 0 a 10 (ia de ‘não gosta’ a ‘gosta muito’). Para o comportamento desviante foram perguntado sobre o uso de algumas substâncias legais e ilegais. E para o comportamento criminal foram perguntado aos estudantes sobre atitudes relacionadas à violência, como ter levado uma arma para a escola, ter participado de brigas de gangue na escola, e já ter furtado ou assaltado alguém na escola. As variáveis foram controladas por outras variáveis sociodemográficas como sexo, idade, raça e status socioeconômico.

Os resultados da pesquisa reforçam o argumento de que relacionar-se com pessoas que já foram presas influencia em outros comportamentos sociais. No caso da pesquisa, demonstrou-se que o envolvimento com pessoas incorporadas no crime reduzia a satisfação escolar, aumentava a probabilidade do estudante consumir drogas lícitas (aumento em 84.5%) e ilícitas (aumento em 125.6%) e influenciava positivamente no envolvimento com o crime. Parte do resultado da pesquisa pode ser visto na Figura 6.

Figura 6 – Efeitos bivariados do envolvimento com pessoas incorporadas no crime e a satisfação escolar, comportamento criminal e o uso de drogas lícitas e ilícitas



Fonte: (OLIVEIRA; SILVA; HIGGINS, 2019, p. 124)

2.1.4 Pesquisa no Brasil

Para termos uma melhor compreensão das teorias ecológicas, da desorganização social e da eficácia coletiva, veremos agora os resultados de uma pesquisa realizada no Brasil, mais especificamente em Belo Horizonte. A tese de doutorado *“Desorganização, Oportunidade e Crime: Uma análise “Ecológica” dos homicídios em Belo Horizonte”* (SILVA, 2012), busca relacionar a Teoria da Desorganização Social e a Teoria das Atividades Rotineiras para explicar a taxa de homicídios dos territórios da cidade. A pesquisa contou com os dados:

- i) Homicídios consumados entre 1998 e 2006 geocodificados a partir do endereço de ocorrência. Fonte: Boletins de Ocorrência (BO), da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG);
- ii) Base cartográfica dos setores censitários ($n = 2.564^6$) de Belo Horizonte. Fonte: IBGE;
- iii) Variáveis de medidas estruturais dos setores censitários escolhidas a partir dos fundamentos teóricos. Fonte: CENSO do ano de 2000 - IBGE.
- iv) Survey de vitimização realizado em Belo Horizonte, entre os anos de 2005 e 2006 ($n = 4.000$). Fonte: Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública – CRISP/UFMG.

Para o cálculo do efeito das variáveis de desorganização social na taxa de homicídios, o autor utilizou-se de das seguintes informações: i) Nível socioeconômico, a partir do Índice de Concentração de Extremos (ICE) que captura tanto a concentração de pobreza quanto de riqueza em um território; ii) Exposição, vigilância e controle informal, a partir da proporção de crianças com idade abaixo de 10 anos, do percentual de responsáveis pelos domicílios com idade entre 10 e 19 anos, e da proporção de mulheres que se declararam responsáveis pelo domicílio; iii) Dados de pobreza e educação, sendo elas o percentual de responsáveis pelos domicílios com renda de até 1/2 salário mínimo e percentual de responsáveis pelo domicílio com até três anos de estudo; iv) Condições do domicílio, a partir de informações da proporção de domicílios sem banheiro ou com esgotamento sanitário do tipo fossa rudimentar, vala, rio, lago ou outro escoadouro; v) Densidade domiciliar com informações do número de pessoas por domicílio; vi) Densidade populacional com informações do número de pessoas por quilometro quadrado; vii) Vigilância a partir do percentual de mulheres responsáveis pelo domicílio..

Para a análise do efeito das variáveis estruturais sobre a taxa de homicídios a nível de setor censitário o autor realizou uma análise multivariada com dois modelos. O Modelo 1, com as variáveis descritas acima, e o Modelo 2, com o acréscimo de uma variável

⁶ O número de setores reduziu para $n = 2.547$ após a limpeza dos dados.

(defasagem espacial, ou lag spatial) que calcula a influência (transbordamento) da taxa de homicídios da vizinhança no território de análise. O resultado pode ser visto na Figura 7.

Figura 7 – Coeficientes da regressão da taxa de homicídios (Ln) de Belo Horizonte (1998 - 2006)

Tabela 6.1. Coeficientes da regressão da taxa de homicídio (Ln) Belo Horizonte – 1998 a 2006.

Variável independente	Modelo 1	Modelo 2
Constante	3,205*** (0,268)	1,128*** (0,180)
Índice de concentração de extremos	-0,295*** (0,061)	-0,071 + (0,040)
Carência de infraestrutura básica no domicílio	0,030** (0,009)	0,012* (0,006)
% de crianças < 10 anos	0,034*** (0,004)	0,0002 (0,003)
% resp. dom. entre 10 e 19 anos (LN)	0,124*** (0,032)	0,047* (0,020)
% resp. < 3 anos de estudo (LN)	0,224*** (0,033)	0,089*** (0,021)
% resp. com renda < ½ SM (LN)	-0,017 (0,025)	-0,004 (0,016)
Pessoas por quilômetro quadrado (LN)	-0,164*** (0,021)	-0,118*** (0,013)
Pessoas por domicílio	-0,146** (0,055)	-0,012 (0,036)
% mulheres resp. pelo domicílio	0,014*** (0,002)	0,005*** (0,001)
Lag espacial		0,804*** (0,012)
R2 – ajustado	0,038	0,732

Nota: Números em parênteses correspondem ao erro padrão
+ = $p < 0,10$; * = $p < 0,05$; ** = $p < 0,01$; *** = $p < 0,001$.

Fonte: (SILVA, 2012, p. 150)

A variável ICE teve um resultado condizente com a relação entre variáveis socioeconômicas e a taxa de homicídios. A variável relacionada ao percentual de respondentes com renda menor do que meio salário mínimo, por outro lado, teve um impacto pequeno, possivelmente porque os efeitos relacionados à renda estão mais ligados à desigualdade calculada pelo ICE do que à pobreza em si. O percentual de responsáveis entre 10 e 19 anos também teve uma relação positiva com a taxa de homicídios, demonstrando uma estrutura demográfica mais jovem do território; a população mais jovem, como veremos na seção 2.2,

está mais suscetível a cometer e sofrer mais crimes. As variáveis de densidade domiciliar e densidade urbana, por outro lado tiveram resultados contraditórios com a teoria, porém a própria teoria ainda não tem clareza sobre como lidar com essa variável, sendo que alguns colocam ela como algo relevante, e outros discordam e colocam que não, como apresentei anteriormente. Por fim, a variável de defasagem espacial elevou enormemente o R^2 da regressão, demonstrando a forte associação espacial entre os homicídios da vizinhança e os homicídios do território.

Em seguida o autor buscou analisar a relação entre os elementos Eficácia Coletiva e Vigilância, que mediam a relação entre as variáveis estruturais e o crime, e a taxa de homicídios. Para o cálculo da Eficácia Coletiva foram construídas três variáveis latentes a partir dos dados do survey de vitimização, controle informal, coesão social e confiança mútua entre vizinhos. O controle informal, que era composta por variáveis relacionadas à percepção da predisposição dos vizinhos à acharem alguma solução para um problema comunitário⁷, a coesão social é composta por variáveis relacionadas à densidade das redes de sociabilidade comunitária⁸, e a confiança diz sobre a confiança em si entre os vizinhos e o compartilhamento de ideias comuns⁹. Depois o autor realizou uma análise de componentes principais para a construção da variável latente de Eficácia Coletiva. Nessa análise o controle informal explicava 41.7%, a coesão social 20.8% e a confiança mútua 11.09%.

Na análise de saturação entre os elementos da eficácia coletiva, as variáveis que compõem a coesão social deram uma correlação negativa com o controle informal e a confiança mútua. Esse é um resultado dissonante à teoria proposta por Sampson e Laub (1989). Na replicação da teoria no contexto do Brasil, de Belo Horizonte, a “coesão social demonstra ser muito mais um mecanismo ligado a formas de sobrevivência ou reflexo de redes sociais limitadas, do que um benefício que se traduz em maior controle social” (SILVA, 2012, p. 157). Essa diferença demonstra a importância de se testar teorias em contextos diferentes ao que ela foi testada inicialmente.

A partir dessas variáveis latentes, o autor construiu três modelos para a regressão linear múltipla a partir do Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). O primeiro modelo continha as características estruturais da vizinhança, o segundo modelo incluiu as variáveis latentes da eficácia coletiva, e o terceiro modelo incluía a variável *proxy* relacionada à abordagem

⁷ Dados do survey que compõem o a variável latente ‘Controle Informal’: i) (cv71) um bando de adolescentes em bares, ou nas esquinas das ruas de sua vizinhança com outros colegas no horário escolar; ii) (cv72) um bando de adolescentes fazendo uso de drogas ilegais em locais públicos de sua vizinhança; iii) (cv73) um bando de adolescentes xingando, ofendendo, insultando ou agredindo outras pessoas na sua vizinhança; iv) (cv74) brigas ou discussões nas proximidades de sua casa; v) (cv8) se poderiam contar com seus vizinhos para acionar instituições ou serviços quando precisavam arrecadar ou conseguir recursos para melhorias na sua vizinhança.

⁸ Dados do survey que compõem o a variável latente ‘Coesão Social’: (cv1) se reconheceriam pessoas passando na rua em frente à sua residência, (cv2) a frequência com que falam pessoalmente, fazem ou recebem visitas de moradores da vizinhança, e (cv3) a frequência com que trocam gentilezas ou favores com seus vizinhos.

⁹ Dados do survey que compõem o a variável latente ‘Confiança mútua’: (cv4) se poderiam confiar em seus vizinhos¹⁵ e, (cv5) se concordavam que os residentes de sua vizinhança compartilhavam interesses, preocupações, ideais e objetivos comuns.

das atividades rotineiras. O resultado pode ser visto na Figura 8.

Figura 8 – Ajuste da Regressão Linear Múltipla da taxa de homicídio (Ln) Belo Horizonte – 1998 a 2006

Tabela 6.3. Ajuste da Regressão Linear Múltipla da taxa de homicídio (Ln) Belo Horizonte – 1998 a 2006.²

Variável independente	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3
Desvantagem socioeconômica	0,356*** (0,072)	0,286*** (0,080)	0,317*** (0,080)
Estabilidade residencial	0,010 (0,012)	-0,004 (0,013)	0,006 (0,012)
Laços sociais	0,050*** (0,004)	0,050*** (0,004)	0,030*** (0,008)
Presença de organizações locais	-0,122+ (0,074)	-0,084 (0,077)	-0,067 (0,075)
Coesão social		0,059 (0,072)	0,092 (0,072)
Controle informal		-0,121+ (0,073)	-0,147* (0,072)
Confiança		-0,117 (0,072)	-0,146* (0,071)
Percepção de confiança e efetividade das polícias			0,122** (0,043)

Nota: Números em parênteses correspondem ao erro padrão.

+ = $p < 0.10$; * $p < 0.05$; ** = $p < 0.01$; *** $p < 0.001$.

Fonte: (SILVA, 2012, p. 158)

O modelo 2 teve significância com o $p < 0.10$ para o controle informal e corroborou a hipótese que um maior controle informal leva a uma redução no número de homicídios. A inclusão da variável de percepção de confiança e efetividade de policiais no modelo 3 confirmou a hipótese da pesquisa de que a confiança nas instituições policiais gera uma maior predisposição dos residentes em favor de um maior controle social. Além da variável explicar por si só a redução no número de homicídios, ela fortaleceu também o controle informal no território. Ademais, neste modelo, a variável de confiança se tornou significativa $p < 0.05$, e reforçou a relação entre dimensões da Eficácia Coletiva e a criminalidade.

2.1.5 Considerações sobre a Teoria da Desorganização Social

A Teoria da Desorganização Social foi um grande avanço teórico na explicação das causas da distribuição espacial da criminalidade. Seus avanços a partir da Teoria da Eficácia Coletiva permitiram também uma melhor compreensão dos fatores que fazem a ponte entre as características estruturais comunitárias e a delinquência. Outro avanço teórico foi a inclusão da relação entre o encarceramento e a desorganização dos territórios, ponto central em especial nos países em que há um grande contingente de pessoas presas, como no Brasil. Ademais, a pesquisa sobre a eficácia coletiva realizada no Brasil demonstrou que a importância de se realizar testes em diferentes contextos históricos e culturais de forma a

compreender que alguns parâmetros de proteção social construídos a partir da experiência americana podem não ter o mesmo efeito em outros países por causa das características locais.

A teoria, contudo, tem uma clara limitação, ela diz sobre a diferença entre os territórios mas não diz sobre a diferença entre os indivíduos que moram nestes territórios. Como que essas características territoriais levam a certos indivíduos do território a delinquir e a outros não? Visando contribuir para o debate acadêmico, buscamos incluir uma proposta de complementação teórica, articulando as discussões anteriores com o debate sobre a abordagem do curso de vida que foca no desenvolvimento de trajetórias individuais através de fatores de risco e protetivos como veremos a seguir na Sessão 2.2.

2.2 Teoria do Curso de Vida

Já discutimos no capítulo 2.1 sobre a influência do controle social formal e informal na criminalidade. Traremos agora um outro elemento para o debate, que é a trajetória dos delinquentes e as mudanças que acontecem durante suas vidas. Esse debate é importante por alguns motivos, o primeiro é que o número de crimes praticados muda de acordo com a idade das pessoas, de forma que eles crescem durante a adolescência, atingindo seu pico no final dela, e depois caem vertiginosamente durante a fase adulta, ou seja, o crime varia de acordo com a idade dos indivíduos. Ademais a maioria dos crimes se concentram em uma pequena quantidade de pessoas. Em um estudo sobre criminosos ‘crônicos’ feito por Wolfgang, Figlio e Sellin, viu-se que metade dos crimes são cometidos por cerca de 6% dos criminosos, e esse valor sobe para 80% quando olhamos apenas os crimes violentos (BENSON, 2013, p. 11). Essa realidade traz consigo perguntas sobre a relação entre início, permanência e desistência e a trajetória dos indivíduos. Para entendermos melhor este fenômeno, e como ele se articula com a Teoria da Eficácia Coletiva este capítulo debaterá sobre a Teoria do Curso de Vida, suas raízes, as limitações que ela buscava responder, suas contribuições e sua relação com o controle social formal e informal.

Elder (1985) analisa o percurso que a Teoria do Curso de Vida teve desde sua origem na Escola de Chicago. Ele define duas eras, tendo a primeira iniciado com William I. Thomas e Flourian Znaniecki através do texto ‘The Polish Peasant in Europe and America’ publicado em 1918 e que instigou a produção de pesquisas longitudinais que investigassem a história de vida dos indivíduos. Eles trouxeram para o debate sociológico a importância de se analisar experiências de vida vividas nas mais diversas situações. A primeira era teve seu fim antes da segunda guerra mundial, e a segunda era iniciou-se a partir da década de 1950, traçando consigo três linhas de pesquisa sobre o curso de vida. A primeira focava em trajetórias, carreiras e sua estruturação a partir de instituições, organizações formais e pelo mercado (JR, 1985, p. 29). A segunda linha de pesquisa investigava como que a cultura e as forças estruturais construía incentivos, restrições e opções na construção das

trajetórias e das carreiras dos indivíduos. E a terceira linha de pesquisa analisa trajetórias individuais e a estrutura de oportunidade de carreiras a serem seguidas. Posteriormente ao texto de Elder a teoria teve grandes avanços, em especial a partir dos estudos de Sampson e Laub (1995) que, utilizando dados da pesquisa sobre carreiras criminais de Sheldon Glueck e Eleanor Glueck produzidos durante a década de 1950 e 1960, trouxeram um novo prestígio à teoria a partir da discussão dos ‘pontos de virada’, que discutiremos mais à frente.

Benson define curso de vida dos indivíduos como a

sequência de etapas e papéis sociais classificados por idade que são socialmente construídos e reconhecidos como diferentes uns dos outros [...]. O curso de vida pode ser definido como um conjunto de trajetórias interconectadas que uma pessoa possui conforme envelhece. Uma trajetória é uma sequência de estados ligados dentro de um domínio conceitualmente definido de comportamento ou experiência (BENSON, 2013, p. 3).

A partir dessa definição é possível perceber algumas características do que seria o curso de vida. Primeiro que ela é antes de tudo uma teoria que analisa o estágio da vida do indivíduo, levando em conta tanto questões biológicas quanto psicológicas e sociais. Nessa perspectiva, o indivíduo possuiria múltiplos papéis e trajetórias que dialogam entre si, seja na escola, no trabalho, na família, entre amigos etc. Cada um destes papéis possui expectativas sociais que muda de acordo com a idade, contexto e o desenvolvimento do indivíduo. Essas diversas trajetórias dos indivíduos são interdependentes uma das outras, de forma que há uma sobreposição de diferentes caminhos possíveis trilhados. E os estágios de vida dos indivíduos são sempre interligados por transições, que são marcadas por eventos, como casamento, o primeiro emprego, entrada no exército que podem representar ‘pontos de virada’ que marcam uma mudança no curso de vida do indivíduo. Os estudos do Curso de Vida têm como um dos pontos centrais entender a continuidade e a mudança na trajetórias dos indivíduos a partir destes ‘pontos de virada’, do impacto dos eventos da vida dos indivíduos em seu desenvolvimento.

Para analisar o curso de vida dos indivíduos Benson (2013) apresenta quatro princípios centrais propostos por Elder (1998)¹⁰ para a Teoria do Curso de vida: i) Tempo histórico e lugar; ii) Momento da vida; iii) Vidas interligadas; iv) Agência humana.

O tempo histórico e o lugar situam a trajetória do indivíduo de forma que quando e aonde nascemos, moramos e vivemos importa. Guerras, revoluções, depressões econômicas, avanços tecnológicos e pandemias impactam as vidas dos indivíduos e das pessoas à sua volta. Neste sentido, trajetória do indivíduo e seu desenvolvimento têm que ser contextualizado a partir do tempo e do lugar que ele ocupa.

O momento da vida do indivíduo importa para entendermos como e o quanto os eventos interferem o indivíduo. Uma gravidez aos 15 anos é bem diferente de uma gravidez aos 30, uma guerra é bem diferente para o indivíduo que tem 18 anos e para o indivíduo que

¹⁰ i) Historical time and place; ii) Timing in lives; iii) Linked lives; iv) Human agency.

possui 50. O mesmo se dá para o planejamento de ações e intervenções para a redução de um problema social. As interferências planejadas também possuem impactos distintos; um exemplo é a oferta de empregos para ex-delinquentes, estudos dizem que ela tende a diminuir a reincidência de pessoas que são mais velhas do que em pessoas mais jovens (BENSON, 2013, p. 8).

A perspectiva do princípio das vidas interligadas se baseia na ideia de que “nossas vidas individuais estão ligadas às vidas dos outros no sentido de que mudanças e eventos nas vidas das pessoas ao nosso redor podem ter impacto em nossas próprias trajetórias” (BENSON, 2013, p. 8). A prisão de um pai ou uma mãe, o assassinato de um parente, o uso e abuso de álcool e outras drogas de um irmão e/ ou irmã, o desemprego de um familiar, um acidente, tudo isso impacta no desenvolvimento de um indivíduo, principalmente de uma criança.

Por fim, a agência humana parte da perspectiva que “os indivíduos constroem seu próprio curso de vida através das escolhas e ações que tomam dentro das oportunidades e restrições da história e das circunstâncias sociais” (BENSON, 2013). Pessoas fazem escolhas a partir das oportunidades e das circunstâncias, mas cada pessoa, mesmo nessas situações, faz sua própria escolha. Ou seja, irmãos que viveram situações muito similares podem trilhar caminhos completamente diferentes pelas escolhas que cada um fez. Isso não significa que escolhas são feitas à revelia da realidade, as escolhas são feitas dentro de um contexto, dentro de uma realidade específica, mas cada um pode fazer sua própria escolha. Isso seria a ideia de agência humana. Essa dimensão, contudo, possui algumas limitações já que as tentativas de compreensão e explicação das próprias ações do que levou à atitude / atividade criminal são cheias de ambiguidades, e estudos focados nessa dimensão trouxeram mais distrações do que explicações e avanços teóricos (SAMPSON; LAUB, 2016, p. 329).

A Teoria do Curso de Vida também foi criada e se desenvolveu a partir da Teoria das Carreiras Criminais, que analisava, de forma longitudinal, as trajetórias criminais dos indivíduos. Esta teoria possui quatro dimensões que podem ser levadas em conta durante a análise da Teoria do Curso de Vida ao se falar de delinquência: i) Idade de início; ii) Frequência; iii) Seriedade dos crimes; iv) Duração. A idade de início diz respeito ao momento que marca o início da carreira criminal, da primeira delinquência, e tem especial importância pelo fato de que o quando uma trajetória começa e em qual momento da vida que a pessoa está é importante para análise do curso de vida do indivíduo. A frequência diz do número de crimes que um indivíduo comete durante um período de tempo; essa dimensão é importante para entendermos se tais ações estão distribuídas ao longo da vida do indivíduo já que tais atividades podem variar ao longo da trajetória dos sujeitos e serem impactadas por eventos e controles informais. A seriedade dos crimes traz questões ligadas ao quando ela ocorre, se ela cresce ao longo da carreira criminal, ou se ela se relaciona à dinâmica criminal do território, ou qual seria a diferença entre a trajetória de pessoas que cometem crimes mais sérios de pessoas que cometem crimes mais leves. E quando falamos da duração buscamos entender o que processo que levou à desistência da carreira criminal

e sua relação com as três outras dimensões citadas anteriormente.

A teoria do curso de vida absorveu a contribuição da teoria da carreira criminal sobre a importância de se observar o crime de forma longitudinal e a variação de suas dimensões na vida dos indivíduos, contudo ela deu um passo a mais e trouxe consigo a perspectiva de que a trajetória criminal deve ser vista numa interação com as outras trajetórias dos indivíduos dos outros domínios da vida, como escola, trabalho, família etc (JR, 1985, p. 13).

2.2.1 Debates teóricos entre Sampson & Laub, Moffit e Hirschi & Gottfredson sobre estabilidade, mudança e desistência no crime

Sampson e Laub (1995) trouxeram outra perspectiva para a Teoria do Curso de Vida ao desenvolver um novo paradigma baseado em um controle informal ao longo da vida dos indivíduos, e que responderia à persistência e desistência do crime. Essa teoria realizou um contraponto às teorias baseadas no autocontrole, como a de Hirschi e Gottfredson e a de Moffitt.

A Teoria de Autocontrole proposta por Hirschi e Gottfredson se baseia na ideia de que a maior parte dos crimes são cometidos pelos mesmos delinquentes que não conseguiram aprender o básico de autocontrole. Esse autocontrole, definido como “a falha em considerar as consequências negativas de longo prazo de um ato e crimes são ações com consequências negativas de longo prazo” (HIRSCHI; GOTTFREDSON, 2000, p. 57), aprendido nos anos iniciais da infância e, para os autores, se torna estável ao longo da vida do indivíduo. Nessa perspectiva, amigos, trabalho, escola e eventos como casamento, paternidade e maternidade, teriam pouco ou nenhum impacto no comportamento criminal. Essa perspectiva, contudo, acaba sendo contestada pelo paradoxo de Robins, em que “o comportamento antisocial de crianças é um dos melhores preditores de comportamentos antisociais de adultos, contudo a maioria das crianças antisociais não se tornam adultos antisociais” (SAMPSON; LAUB, 2005, p. 21). A taxa de prisões realizadas por idade, como visto na Figura 9, contrasta com a ideia de estabilidade proposta pelos autores. Para responder à essa diferença Moffitt construiu duas classificações de infratores: i) persistente no curso de vida; ii) limitado à adolescência (MOFFITT, 1993, p. 676).

O ‘persistente no curso de vida’ apresenta um comportamento antisocial ao longo de toda sua vida mordendo e batendo na infância, com pequenos furtos e com evasão escolar enquanto criança, vendendo drogas e furtando carros na adolescência, assaltando na juventude e fraudando na vida adulta. Nesses casos, por mais que a expressão do comportamento social mude, ele sempre está lá, e essa coerência na personalidade ao longo do tempo é entendido como ‘continuidade heterogênea’ - definido por Kagan como “continuidade de um atributo ou traço inferido que se presume estar subjacente a diversos comportamentos fenotípicos” (MOFFITT, 1993, p. 679). Os ‘limitados à adolescência’ possuem um comportamento antisocial temporário em que sua atitude antisocial é esporádica

e tende a acontecer quando tais atitudes parecem trazer mais retornos. Essa diferença hipotética pode ser vista na Figura 10.

Sobre este debate, Sampson e Laub (2005) analisaram se existe um grupo predizível de indivíduos que cometa crimes de forma frequente e persistente ao longo da vida e discutiram concordâncias e discordâncias com a teoria da dupla taxônomia de Moffitt. A partir de dados criminais, de vitimização e com entrevistas com uma amostra de 52 pessoas que pertenceram ao estudo longitudinal de Glueck, Sampson e Laub buscaram analisar a relação entre fatores de risco individual na infância e a propensão à delinquência observada. Os riscos se basearam em preditores clássicos na literatura como habilidades cognitivas, temperamentos, traços pessoais, comportamento na infância. A análise não encontrou nenhum grupo de indivíduos que delinquia de forma estável e frequente ao longo de toda a vida, e que o processo de desistência acontece ao longo da vida do indivíduo em todos os grupos analisados (SAMPSON; LAUB, 2005, p. 21-26), como podemos ver na Figura 11.

Apesar de não encontrarem um grupo com características específicas que cometessem crimes a uma alta taxa durante toda sua vida, é possível sim identificar indivíduos que cometem crimes a uma alta taxa em suas vidas com uma certa estabilidade ao longo da vida, mas que mesmo nestes indivíduos há um declínio da delinquência com o tempo.

Sampson e Laub (2005), a partir do compreensão da importância da idade na queda dos crimes cometidos pelos indivíduos, também contestam a visão de Hirschi e Gottfredson

Figura 9 – Taxa de prisões realizadas por 100 mil habitantes por idade nos EUA no ano de 1980



Figure 1. Age-specific arrest rates for United States Federal Bureau of Investigation's (FBI) index offenses in 1980. (Index offenses include homicide, forcible rape, robbery, aggravated assault, burglary, larceny, and auto theft. From "Criminal Career Research: Its Value for Criminology" by A. Blumstein, J. Cohen, and D. P. Farrington, 1988, *Criminology*, 26, p. 11. Copyright 1988 by the American Society of Criminology. Adapted by permission.)

Fonte: (MOFFITT, 1993, p. 675)

de que o autocontrole obtido durante os anos iniciais da infância seria o determinante para explicar a trajetória criminal. Na perspectiva deles é necessário compreender as experiências ao longo da vida dos indivíduos, seja na infância, na adolescência e na vida adulta. Argumentam para tanto as mudanças nas trajetória dos sujeitos acontecem a partir da estrutura social de oportunidades, das reações do sistema de justiça e do próprio amadurecimento permitido pela idade. Como visto logo acima, eles acreditam não é possível categorizar os jovens em grupos de forma a prever de forma significativa o comportamento criminal futuro, e que o melhor seria entender e examinar o processo de desvio como um processo geral em “transições geradas por eventos de vida e vínculos sociais adultos podem modificar trajetórias de infâncias bastante diferentes” (SAMPSON; LAUB, 1995, p. 24). A partir dessa perspectiva, Sampson e Laub construíram uma ‘teoria etária do controle social informal’ em que formulam uma ponte entre a teoria do controle social informal - parte central da Teoria da Eficácia Coletiva - e o curso de vida dos indivíduos.

O novo paradigma trazido por Sampson e Laub teve como origem a pesquisa sobre carreiras criminais de Sheldon Glueck e Eleanor Glueck, ‘Unraveling Juvenile Delinquency’ de 1950. A pesquisa realizou um estudo longitudinal aprofundado com uma amostra de 1.000 jovens do sexo masculino com idade entre 10 a 17 anos, sendo 500 delinquentes¹¹ e 500 não delinquentes. Durante um período de 25 anos, entre 1940 e 1965, os pesquisadores coletaram

¹¹ Foram selecionados jovens que estiveram em uma das duas escolas correcionais de Massachusetts, Lyman School for Boys ou Industrial School for Boys.

Figura 10 – Modelo hipotético do comportamento antisocial proposto por Moffitt

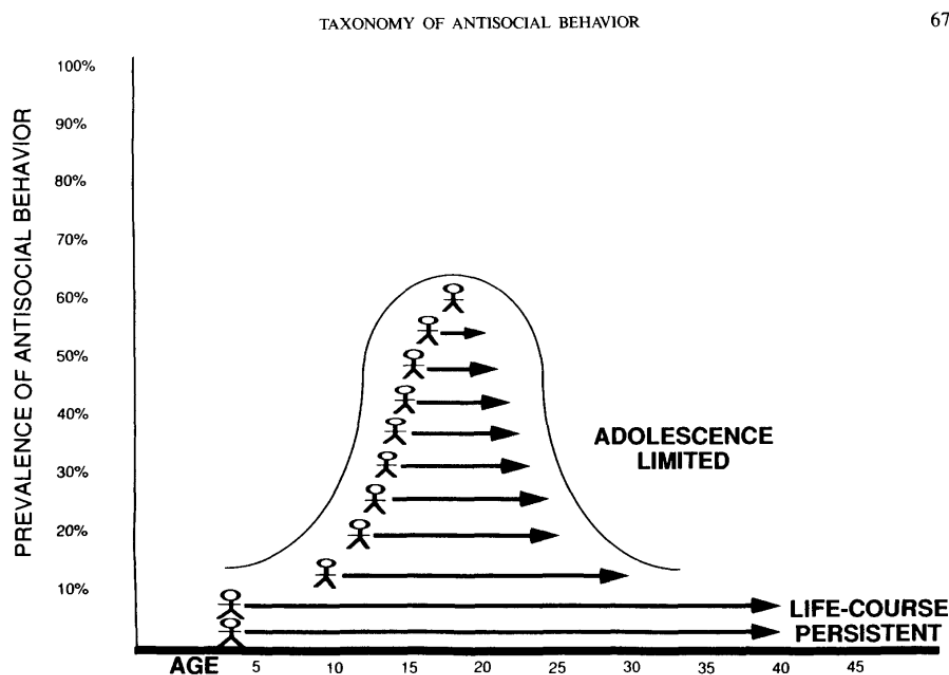


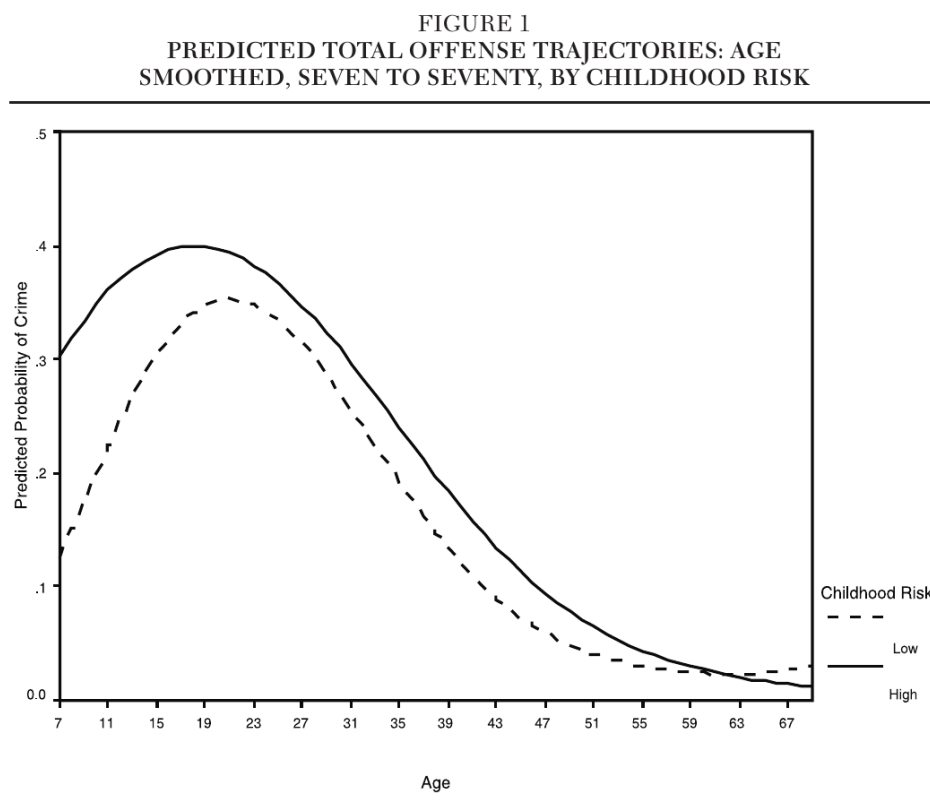
Figure 3. Hypothetical illustration of the changing prevalence of participation in antisocial behavior across the life course. (The solid line represents the known curve of crime over age. The arrows represent the duration of participation in antisocial behavior by individuals.)

Fonte: (MOFFITT, 1993, p. 677)

informações em três momentos sobre estes jovens, sendo entrevistados inicialmente com uma idade média de 14 anos, depois de 25 anos e finalmente aos 32 anos. A partir das informações obtidas com a pesquisa de Glueck e Glueck, Sampson e Laub coletaram informações criminais e de mortalidade destes jovens, e entrevistaram 70 jovens para compreender suas histórias de vida.

A partir de dados oficiais de delinquência, e de relatos dos próprios jovens, de seus pais e professores foi possível ter informações tanto oficiais quanto extraoficiais sobre as ações criminais realizadas pelos jovens analisados, e as informações coletadas ao longo do tempo permitiram uma melhor compreensão da continuidade e mudança do comportamento ao longo da vida dos indivíduos. Na análise sobre a continuidade do comportamento de indivíduos, e de acordo com dados oficiais, as crianças com idade média de 14 anos que possuíam comportamentos antisociais e/ou delinquentes, tinham maiores chances de serem presas (76% contra 20% entre os 17 e 25 anos, 61% contra 14% entre os 25 e 32 anos e 55% contra 16% entre 32 e 45 anos) e de terem um uso excessivo de álcool e outras drogas entre os 17 e 25 anos (41% contra 11%). O comportamento antisocial e delincente na adolescência, além de impactar nas possibilidades de prisão futura, ele influencia em uma série de dimensões da vida do indivíduo relacionadas aos seus laços sociais e ao controle

Figura 11 – Trajetórias totais de ofensas previstas: idade suavizada, de sete a setenta anos, por risco na infância



Fonte: (SAMPSON; LAUB, 2005, p. 25)

social informal, de forma que essas crianças possuem menor propensão à terminar o ensino fundamental (2% contra 34%), possuem menor comprometimento com seus trabalhos (74% contra 39% dos 17 ao 25 anos e 64% contra 34% dos 25 aos 32 anos), são mais dependentes economicamente (29% contra 6% dos 17 aos 25 anos e 39% contra 11% dos 25 aos 32 anos), divorciam mais vezes (22% contra 5% dos 17 aos 25 anos e 27% contra 12% dos 25 aos 32 anos) e possuem menos ligação afetiva com suas esposas (49% contra 14% dos 17 aos 25 anos e 52% contra 22% dos 25 aos 32 anos), e dos que entram para o exército eles tendem a crescer menos na carreira e possuem maior chance de serem dispensados com desonra (SAMPSON; LAUB, 1995, p. 130-133).

Esses dados condizem com a Teoria do Autocontrole proposta por Hirschi e Gottfredson de que as ações antisociais na infância geram uma propensão estável à uma ampla gama de ações desviantes na vida adulta. Sampson e Laub (1995), contudo, trazem outra perspectiva ao debate a partir dos dados relacionados aos laços sociais. Nesta perspectiva, o baixo autocontrole da infância pode gerar um acúmulo gradual das consequências das suas ações - tais como detenções, medidas socioeducativas, etc - de forma a fechar oportunidades futuras. A falta de acesso à essas oportunidades futuras reduz o controle social informal que o indivíduo está exposto, seja a partir da evasão escolar e do afastamento de parte de seus amigos e de sua família e da perda de seu emprego. Além da continuidade cumulativa, haveria também uma continuidade interacional, em que as ações desviantes gerariam respostas dos outros indivíduos que reforçariam as ações antisociais. Por exemplo: birras, acessos de raiva e de destruição podem gerar reações hostis de pais e professores, e essas reações retroalimentariam o problema (SAMPSON; LAUB, 1995, p. 123-125).

Seguindo a perspectiva do controle social informal, os laços sociais, que são impactados por comportamentos delinquentes na infância, são colocados como parte chave no processo de estabilização do crime ao longo da vida dos indivíduos. Mas, como vimos anteriormente, a queda na criminalidade na vida adulta acontece em qualquer grupo de indivíduo analisado, mesmo nos que possuíam mais baixo autocontrole, fazendo com que o comportamento na infância não seja suficiente para explicar as variações no crime na vida adulta. A hipótese apresentada por Sampson e Laub é que os laços sociais alterados e / ou construídos durante a vida adulta “não apenas têm efeitos importantes no crime adulto em si, mas também ajudam a explicar os elos probabilísticos na cadeia que conectam diferenças na primeira infância e o crime adulto posterior.” (SAMPSON; LAUB, 1995, p. 143).

Para mensurar estes laços os autores utilizaram as entrevistas coletadas na segunda e na terceira onda de entrevista dos Gluecks. Como o objetivo era analisar a conexão entre os laços sociais e a continuidade das ações desviantes, os autores utilizaram a amostra dos que haviam cometido alguma delinquência. Para isso os autores construíram as seguintes variáveis: estabilidade no trabalho, comprometimento com o trabalho e apego ao cônjuge. Essas variáveis foram escolhidas dessa forma porque, para a teoria, mais importante do que a ocorrência do evento em si, é a qualidade e a força dos laços sociais que o evento permitiu construir. Neste sentido, não é o casamento e o trabalho que fortalecem o controle

social, mas sim o apego emocional com o cônjuge e a interdependência da relação entre o empregador e o funcionário. Para a mensuração da estabilidade no trabalho os autores utilizaram três variáveis: se o indivíduo estava empregado no momento da entrevista, a quanto tempo está empregado atualmente ou ficou empregado no seu último emprego, e os hábitos relacionados com o trabalho - se eles eram considerados confiáveis, se os indivíduos se esforçavam e se eles possuíam uma boa performance. Para a análise do comprometimento no trabalho foram analisadas as ambições do indivíduo relacionados ao trabalho, à educação e à renda. Por fim, o apego ao cônjuge é analisado a partir das informações sobre separações e divórcios, e informações subjetivas de cumprimento das responsabilidades financeiras e emocionais, se possuíam interesses comuns, cooperavam e se havia afeição.

Os resultados da pesquisa de Sampson e Laub (1995) reforçaram o papel explicativo dos laços sociais em relação ao desvio presente e futuro dos participantes. A partir de uma regressão logística multivariada eles buscaram entender o quanto as variáveis construídas (com dados dos 17 aos 25 anos) explicavam uma prisão futura (dos 25 aos 32 anos), o resultado foi que a estabilidade no trabalho possuía a maior força explicativa (-0.31), enquanto que a renda em si, e o estado civil correspondiam, respectivamente, a -0.13 e -0.10 . No segundo modelo, em que analisavam o grupo que já havia casado alguma vez, a variável apego ao cônjuge reduz em -1.43 a chance logarítmica do indivíduo ser preso dos 25 aos 32 anos, ao mesmo tempo em que a estabilidade no trabalho teve -0.22 .

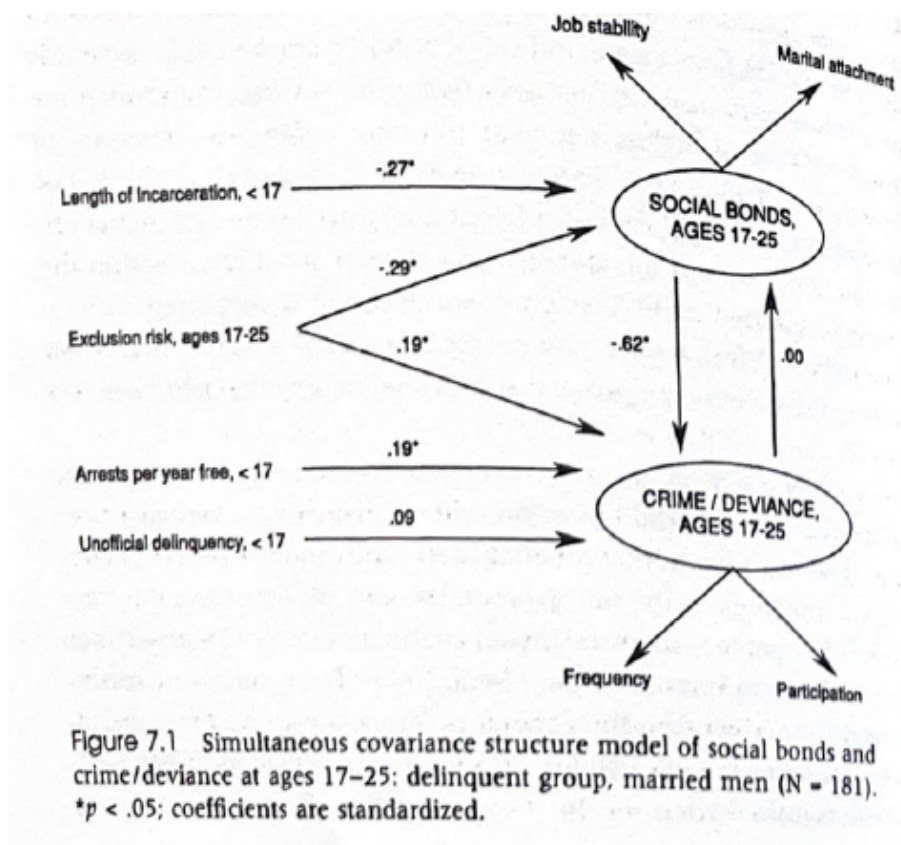
Os autores analisaram também a frequência de prisões para cada ano livre dos 17 aos 25 anos e dos 25 aos 32 anos a partir dos Métodos dos Mínimos Quadrados (MMQ). No primeiro modelo, em que analisavam-se todos os homens da amostra dos jovens delinquentes, a variável estado civil, assim como no teste anterior, não possuía um grande poder explicativo, com um $\beta = .00$ para a frequência de prisões entre os 17 e 25 anos $\beta = .06$ para a frequência de prisões entre os 25 e 32 anos, enquanto que a estabilidade no trabalho atingia, respectivamente, um $\beta = .28$ e $\beta = .36$. A variável de ligação ao cônjuge, por outro lado, caiu para um $\beta = .21$ e $\beta = .26$ entre os homens que já foram casados.

Estes modelos de análise nos permitem observar que, enquanto que o estado civil possuía uma baixa capacidade explicativa por si só, a variável de apego ao cônjuge possuía uma das maiores capacidades explicativas, demonstrando que o controle informal acontecia não pelo contrato formal de casamento, mas quando havia uma ligação entre o casal. A variável de estabilidade no trabalho, por outro lado, mantinha valores próximos e relevantes, independentemente se a pessoa já havia sido casada ou não. E a variável de comprometimento com o trabalho atingiu baixos valores explicativos nos modelos. Ademais, as variáveis tiveram uma alta capacidade de explicação da frequência do crime (prisões por ano solto entre 25 e 32 anos), atingindo um r^2 de 0.47 no modelo 1 (entre todos os homens) e 0.51 no modelo 2 (entre homens que já foram casados).

A partir dessas conclusões os autores construíram um modelo de máxima verossimilhança para ver a relação entre essas múltiplas variáveis, entre elas os constructos de laços

sociais, feito a partir da estabilidade no trabalho e do apego ao cônjuge, e o de crime e desvio, feito a partir da participação e frequência no crime. O resultado pode ser visto na Figura 12 e reforça a teoria de que os laços sociais conseguem predizer o crime e o desvio de agora e o futuro. Neste modelo, contudo, o desvio e o crime não explicou mudanças nos laços sociais.

Figura 12 – Modelo estrutural de covariância simultânea entre os laços sociais e o crime e o desvio.



Fonte: (SAMPSON; LAUB, 1995, p. 170)

Para além da análise quantitativa da vida destes jovens, Sampson e Laub também realizaram um estudo detalhado do curso de vida a partir de entrevistas com 52 dos 500 jovens, este estudo foi publicado no livro *'Shared beginnings, divergent lives: delinquent boys to age 70'* de 2006). Foram selecionados jovens que possuíam trajetórias 'persistentes', 'intermitentes' e 'desistentes' na criminalidade para entender melhor porque alguns destes jovens continuam no crime, porque alguns desistem.

A partir dessas entrevistas e dos dados quantitativos analisados eles compreenderam o processo de desistência como resultado de situações que combinavam ações e escolha individuais com contextos situacionais ligadas à instituições que permitiam a sustentação dessa mudança ao longo do tempo. Estes elementos foram sintetizados nestes pontos por Sampson e Laub (2006, p. 17-18):

- i) Situações que permitem cortar o passado do presente;

- ii) Novas situações sociais que garantem supervisão, monitoramento e novas oportunidades para a estabilidade e o crescimento;
- iii) Novas situações que permitem uma mudança na rotina de atividades;
- iv) Novas situações que permitem uma transformação na identidade do indivíduo

Cortar o passado do presente representa a oportunidade do indivíduo assumir novos papéis sociais. Esse novo papel, seja o de cônjuge, seja o de trabalhador assalariado, muda a rotina de atividades do indivíduo, de forma que ele tem menos tempo para sair com outros amigos, outros pares delinquentes e tem menos oportunidades para realizar ações criminosas. Essas novas relações construídas, envolvem um maior monitoramento e supervisão das ações do indivíduo, e este controle social ajuda no fortalecimento, manutenção e estabilidade deste papel. Há, com o tempo, um investimento afetivo e emocional cada vez maior na relação, fazendo com que o indivíduo tenha mais a perder com as possíveis consequências do crime. A repetição e manutenção destes papéis podem levar à transformação da identidade do indivíduo.

A partir dessas entrevistas, Sampson e Laub perceberam que quem desistia da trajetória criminal conseguia gerar mais laços e construir relações mais duradouras. Enquanto que os indivíduos que persistiam na delinquência possuíam mais instabilidade no trabalho e no casamento, passavam mais tempo na cadeia e aumentavam laços com indivíduos em situações similares à sua.

2.2.2 Integração teórica entre a Teoria da Eficácia Coletiva e a Teoria do Curso de Vida

A Teoria da Eficácia Coletiva e a Teoria do Curso de Vida baseiam-se no princípio de que o desvio aumenta quando os laços sociais do indivíduo enfraquece ou quebra (DURKHEIM, 2016; MERTON, 1938; SAMPSON; LAUB, 1995; HIRSCHI; GOTTFREDSON, 2000; THORNBERRY, 1987). Nessa perspectiva, “quando os laços sociais (ou seja, apego, compromisso) que vinculam um indivíduo a instituições sociais chave (como família, escola, trabalho) são afrouxados, o risco de crime e delinquência é aumentado” (SAMPSON; LAUB, 1995, p. 65). A força destes laços sociais determina a eficácia do monitoramento e a supervisão dos indivíduos pela comunidade. Na Teoria da Eficácia Coletiva, as variáveis que intermedeiam os fatores estruturais das comunidades são i) a habilidade da comunidade supervisionar e controlar grupos de adolescentes; ii) a rede de amizades locais; iii) a participação local em organizações formais e voluntárias do indivíduo. Essas variáveis são uma *proxy* da força dos laços sociais, do monitoramento dos indivíduos da comunidade e da predisposição da comunidade em resolver seus problemas. Essas variáveis, contudo,

dizem respeito ao contexto comunitário em que o indivíduo está inserido. Como essas características se traduzem na trajetória do indivíduo?

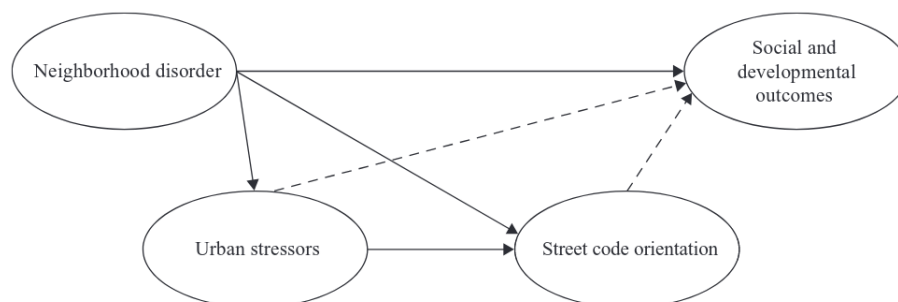
Bennett (2017) contribui para essa discussão ao construir um modelo para explorar as determinantes sociais nas trajetórias do curso de vida dos indivíduos. Ele busca entender os efeitos da “desordem do bairro nos caminhos psicossociais, emocionais e culturais que acredita-se que influenciam os resultados sociais e desenvolvimentais para jovens e adultos afro-americanos” (JR, 2017, p. 90). Nessa perspectiva, a desorganização territorial e a exposição crônica à violência impactam diretamente nos recursos disponíveis para os indivíduos se desenvolverem e, pela sua característica crônica e endêmica, geram um processo tóxico fomentando traumas, depressão e ansiedade; estes desafios gerados pela violência e desorganização é chamado por Bennet de *estressores*. A exposição constante a eventos estressores impactam diretamente no desenvolvimento social do indivíduo e na sua aceitação de valores sociais, influenciando na transição e aceitação de papéis e responsabilidades da vida adulta.

Este ambiente cronicamente desorganizado e violento requer adaptações e se torna um ambiente ideal para a aquisição de atitudes e comportamentos que desviam da norma social para ganhar credibilidade ‘na rua’. Há uma ajustamento psicológico sobre os riscos, perigos de certas ações. É nestes ambientes hostis que valores como ‘respeito’, ‘caráter’ e ‘credibilidade’, definidos pelas regras informais do território (‘code of the street’) ganham ascensão. Essas normas dão utilidade e justificam a violência e a agressão como formas válidas de ação, em que “a experiência de violência pode provocar certos comportamentos externalizantes como meio de auto-proteção, bem como uma forma contra-intuitiva de aceitação e respeito entre o grupo de pares (JR, 2017, p. 95-96). A utilização da violência como forma de resposta comportamental gera um ciclo autodestrutivo dos laços sociais e aumenta os possíveis danos gerados por conflitos e desavenças entre indivíduos.

É na triangulação de forma crônica da desorganização social, de seu impacto psicológico nos moradores dos territórios e da relação entre os dois e os códigos informais criados que os recursos disponíveis para um indivíduo se desenvolver são limitados, de forma que “recursos individuais são proeminentes e, portanto, são potenciais fontes de variação nos resultados sociais e desenvolvimentais entre aqueles situados em bairros desorganizados repletos de estressores urbanos” (JR, 2017, p. 96). Essa triangulação pode ser observada na Figura 13.

Nessa perspectiva, o território em que o indivíduo constrói sua trajetória e vive sua vida é um fator que determina mais o resultado do desenvolvimento do indivíduo do que as próprias características individuais do mesmo. As características individuais estão sujeitas e são influenciadas pelas características ecológicas do bairro em que o jovem vive (JR, 2017, p. 93). É no bairro em que o indivíduo se desenvolve que suas oportunidades de escolha são construídas e limitadas. Trocas de tiros, o falecimento de familiares, amigos e conhecidos por homicídios, um ambiente desorganizado, com alto índice de desemprego e evasão escolar influenciam diretamente o psicológico dos moradores do território. Neste

Figura 13 – Influência causal da desordem do bairro nos resultados sociais / desenvolvimentais mediados por estressores urbanos e orientação do código de trânsito



Fonte: (JR, 2017, p. 98)

mesmo contexto novas regras sociais, novos códigos de conduta e comportamento são formados. E é neste contexto que a força dos laços sociais, a capacidade de supervisão e a predisposição a resolver problemas se tornam fatores protetivos ao longo do curso de vida dos indivíduos.

3 Metodologia

O presente trabalho tem como objetivo relacionar a Teoria da Desorganização Social com a Teoria do Curso de Vida. Essa articulação é realizada por Sampson e Laub (1995 a partir da proposta da ‘age-graded theory of informal social control’, que busca explicar a mudança e a persistência no crime a partir de um processo cumulativo em que a força dos laços sociais, e do controle informal gerado a partir dela, ajudam a explicar os ‘pontos de virada’ na vida do indivíduo e a ligação entre a delinquência na infância e a delinquência na juventude e na vida adulta. A grande limitação para este tipo de análise é que torna necessário um estudo longitudinal sobre a vida destes jovens para entender a força dos laços sociais gerada a partir de eventos como o trabalho e o casamento, este tipo de pesquisa requer muito tempo de pesquisa e recursos humanos e financeiros em larga escala.

Sem o acesso à informação da força dos laços sociais e do seu controle informal na vida dos 373 jovens a serem analisados, o presente trabalho utilizará como *proxy* as características e a Eficácia Coletiva do território para explicar a persistência e a desistência no crime. A pergunta central a ser respondida neste trabalho é: “*o quanto que fatores comunitários de desorganização social e da trajetória pregressa influenciam na probabilidade do jovem egresso do sistema socioeducativo ser preso e/ou ser morto?*”. Para se chegar nessa resposta, outras perguntas devem ser respondidas: i Como a Teoria da Desorganização Social e a Teoria do Curso de Vida se integram? ii Quem são e em que lugar estes jovens vivem? iii O que aconteceu com esses jovens? Eles desistiram ou persistiram na carreira criminal? Se persistiram, com que frequência? Eles foram vitimados? iv Qual é o impacto da desorganização social do território em que estes jovens vivem e de suas trajetórias pregressas na probabilidade de serem presos, na frequência das prisões e na probabilidade de serem mortos?

Para a análise espacial, utilizaremos como unidade de medida os setores censitários de Belo Horizonte para representar a dimensão comunitária de desorganização social. Essa unidade ecológica foi escolhida pelo fato de ser uma área pequena e representar melhor a interação social entre os membros daquele território do que áreas maiores como bairro e regional. Ademais é uma unidade de análise na qual é possível coletar informações socioeconômicas e de eficácia coletiva. A hipótese deste trabalho é que “as características estruturais de desorganização social e de eficácia coletiva do território e a trajetória pregressa dos jovens explicam, em parte, a mortalidade e a permanência, desistência e frequência”.

É importante ressaltar que essa pesquisa só é possível de ser realizada graças à existência de pesquisas anteriores realizadas pelo CRISP - UFMG e pela disponibilização dos dados utilizadas na mesma, em especial ao projeto do CRISP/UFMG junto à FAPEMIG ‘APQ-02325-18 Trajetórias e narrativas de adolescentes: efeitos deletérios no curso de vida e a

resposta infracional’. Tais bases são descritas na sessão 3.1, os métodos de análise dos dados são descritos na sessão 3.2 e os scripts em *R* utilizados para a análise podem ser vistos em: <https://github.com/alexandrefreitas92/dissertacao>).

3.1 Dados a serem utilizados

A pesquisa utilizará das seguintes bases de dados para sua análise.

- i) Dados de uma amostra de 373 jovens que passaram pelo sistema socioeducativo de Belo Horizonte. Fonte: CRISP/UFMG;
- ii) Dados sociodemográficos dos setores censitários de Belo Horizonte. Fonte: CENSO/IBGE;
- iii) Dados de eficácia coletiva de 205 setores censitários de Belo Horizonte. Fonte: CRISP/UFMG;
- iv) Dados de admissão e desligamento destes jovens no Sistema Prisional de Minas Gerais. Fonte: SIGPRI/SEJUSP.
- v) Dados dos Registros de Eventos de Defesa Social (REDS). Fonte: SEJUSP.

3.1.1 Jovens analisados

As informações dos jovens a serem analisados pelo presente trabalho teve como origem a pesquisa “Trajetória de Vida de Adolescentes e Jovens Envolvidos em Crimes de Roubo e Políticas de Prevenção” do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP/UFMG). A pesquisa construiu uma amostra de 373 casos de um total de 8.176 processos que transitaram em julgado na Vara de Infância e Juventude de Belo Horizonte até 2016. A análise quantitativa da pesquisa, a que nos interessa, se deu a partir de informações coletadas do Plano Individual de Atendimento (PIA) destes jovens. O PIA é um documento elaborado a partir do atendimento técnico responsável pelo atendimento do adolescente e tem informações das mais diversas dimensões da vida do indivíduo, indo desde a trajetória infracional, até a informações sobre a família, a escola, o trabalho e a saúde dos adolescentes atendidos. Estes mesmos dados foram tratados e analisados na dissertação “Trajetórias Infracionais na Adolescência” (OLIVEIRA, 2020). Um dos resultados da pesquisa do CRISP é a apresentação do perfil do adolescente em conflito com a lei, iremos apresentar um resumo deste resultado a Sessão 4.1, em que apresentaremos quem são estes jovens.

Estes jovens são a base de referência deste trabalho. Para entender o que aconteceu com estes jovens e o porquê, utilizaremos como base as mesmas informações utilizadas na

pesquisa para explicar os fatores de risco ligados à trajetória infracional. Uma variável especialmente importante dessa base de dados é a vitimização, que diz se estes jovens vieram a falecer posteriormente. A saber:

- i) Sexo;
- ii) Raça/Cor;
- iii) Escolaridade do pai;
- iv) Escolaridade da mãe;
- v) Idade;
- vi) Reincidência no sistema socioeducativo;
- vii) Uso de álcool e/ou tabaco;
- viii) Uso de droga ilícita;
- ix) Defasagem escolar;
- x) Vitimização;
- xi) Data de falecimento;
- xii) Causa do falecimento
- xiii) Georreferenciamento do endereço do jovem.

3.1.2 Trajetória Prisional

Estes jovens foram posteriormente acompanhados a partir da pesquisa ‘APQ-02325-18 Trajetórias e narrativas de adolescentes: efeitos deletérios no curso de vida e a resposta infracional’ do CRISP/UFMG. A pesquisa pediu o cruzamento destes jovens com as informações do Sistema integrado de Gestão Prisional (Sigpri). Esse cruzamento foi feito da seguinte forma: pesquisou todos os indivíduos que foram admitidos no Sigpri entre 2015 e janeiro de 2023 a partir do nome informado dos adolescentes. A base foi posteriormente tratada cruzando a o banco de dados recebido da Sejusp com o banco de dados dos 373 jovens. Foram mantidos os dados em que as informações do ‘nome’, ‘data de nascimento’, ‘nome da mãe’ eram as mesmas da base do Sigpri. É a partir destes banco de dados que será possível compreender acerca da persistência ou não no crime. As variáveis utilizadas serão essas:

- i) Data da admissão;

- ii) Data do desligamento;
- iii) Tipo da ocorrência carcerária
- iv) Motivo / Finalidade da ocorrência carcerária;

3.1.3 Desorganização social - Variáveis estruturais

Para a análise da desorganização social serão utilizadas as variáveis contempladas no modelo estendido proposto por Sampson e Laub (1989). Para as variáveis estruturais de desorganização, utilizaremos informações do CENSO de 2010, e da pesquisa “Trajetória de Vida de Adolescentes e Jovens Envolvidos em Crimes de Roubo e Políticas de Prevenção” do CRISP. Os dados do CENSO por setor censitário foi obtido a partir do ‘Base de Dados’, organização não-governamental sem fins lucrativos e open source que atua para universalizar o acesso a dados de qualidade. As seguintes informações foram coletadas:

- i) Rendimento nominal das pessoas responsáveis pelo domicílio por salário mínimo (variáveis¹: id_setor_censitario, sigla_uf, v001, v002, v008, v009, v010). Unidade de medida: setor censitário. Fonte: CENSO 2010;
- ii) Responsáveis pelo domicílio dos jovens analisados (monoparentalidade). Unidade de medida: indivíduo. Fonte: CRISP;
- iii) Defasagem escolar. Unidade de medida: indivíduo. Fonte: CRISP;
- iv) Reincidência no sistema socioeducativo. Unidade de medida: indivíduo. Fonte: CRISP;

A informação do rendimento será utilizada para a construção do índice de concentração dos extremos (ICE), mesma variável utilizada para a análise de concentração de pobreza e afluência na tese do Bráulio Silva (2012), a forma de construção da variável será explicada na Seção 3.2. A variável com os responsáveis pelo domicílio será utilizada para a construção da variável de monoparentalidade em que os domicílios em que o responsável é ou o pai ou a mãe. O resultado será uma variável dicotômica: ‘Sim’ ou ‘Não’. A variável é um *proxy* da ‘Family disruption’ do modelo.

Não foi possível encontrar dados referentes à estabilidade residencial, essa variável do modelo estendido não será analisada. Como os setores censitários de Belo Horizonte encontram-se todos em áreas urbanas, essa variável também não será analisada.

¹ i) v001 = Pessoas responsáveis com rendimento nominal mensal de até 1/2 salário mínimo; ii) v002 = Pessoas responsáveis com rendimento nominal mensal de mais de 1/2 a 1 salário mínimo; iii) Pessoas responsáveis com rendimento nominal mensal de mais de 15 a 20 salários mínimos; iv) Pessoas responsáveis com rendimento nominal mensal de mais de 20 salários mínimos; v) v010 = Pessoas responsáveis sem rendimento nominal mensal.

Para além dos dados presentes no modelo de Sampson e Laub (1989), incluí duas outras variáveis importantes. A primeira é a de defasagem escolar, que foi incluída porque o comprometimento com a escola é uma das variáveis de maior relevância durante o meio da adolescência. Uma alta defasagem escolar, quatro anos ou mais, por exemplo, dificulta a construção de laços com adolescentes da mesma escola. A outra variável incluída é a de reincidência no sistema socioeducativo. Passar pelo sistema socioeducativo pode criar um estigma local de forma tanto a levar a maior controle social pelos órgãos de segurança quanto gerar um afastamento de laços sociais convencionais, como apresentado na figura 5.

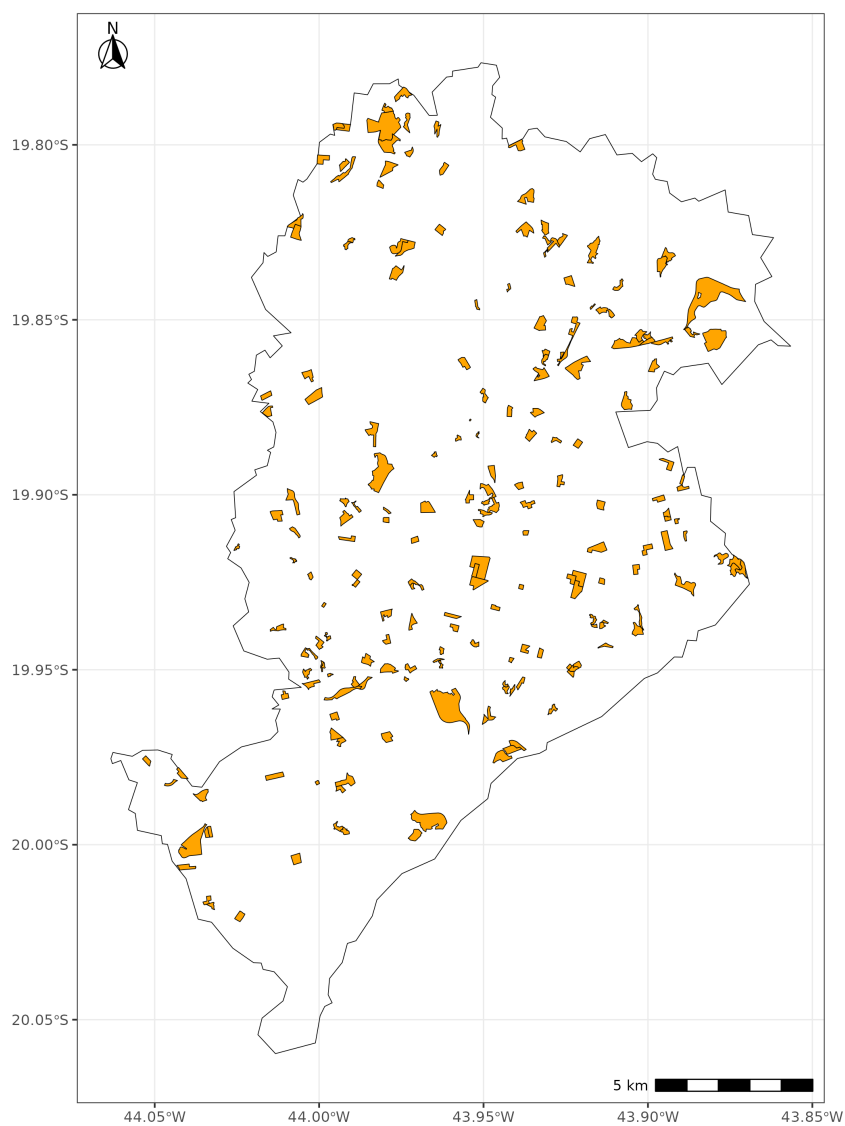
3.1.4 Eficácia coletiva - Controle Informal

Continuando o modelo estendido de Sampson e Laub (1989), a variável de eficácia coletiva a ser analisada e que media os efeitos das variáveis estruturais da comunidade têm como fonte a pesquisa de Vitimização de Belo Horizonte de 2006 a variável será uma réplicas da construída na tese do do Bráulio Silva (2012).

O controle informal é composto por variáveis relacionadas à percepção da predisposição dos vizinhos de procurar serviços ou instituições públicas ao se depararem com os seguintes problemas: i) (cv71) um bando de adolescentes em bares, ou nas esquinas das ruas de sua vizinhança com outros colegas no horário escolar; ii) (cv72) um bando de adolescentes fazendo uso de drogas ilegais em locais públicos de sua vizinhança; iii) (cv73) um bando de adolescentes xingando, ofendendo, insultando ou agredindo outras pessoas na sua vizinhança; iv) (cv74) brigas ou discussões nas proximidades de sua casa; v) (cv8) indagou aos entrevistados se poderiam contar com seus vizinhos para acionar instituições ou serviços quando precisavam arrecadar ou conseguir recursos para melhorias na sua vizinhança.

A pesquisa de Vitimização de Belo Horizonte de 2006 é representativa a nível de Belo Horizonte, contudo sua amostra é composta por entrevista de indivíduos de 205 setores censitários. Estes setores correspondem a 5.2% dos setores censitários de Belo Horizonte ($n = 3939$), e estão distribuídos de acordo com a Figura 14.

Figura 14 – Mapa dos 205 setores censitários de Belo Horizonte que compõem a amostra da pesquisa de Vitimização de Belo Horizonte de 2006



3.2 Métodos utilizados na análise dos dados

3.2.1 Quem são e em que lugar estes jovens vivem?

Para responder a essa pergunta, realizaremos uma análise descritiva das informações acerca destes jovens sobre idade, sexo, raça/cor, tipo de medida socioeducativa que cumpriu, se reincidiu, se usa drogas lícitas ou ilícitas e se encontra-se em defasagem escolar. Também serão observadas a composição familiar destes jovens, a renda familiar per capita e a escolaridade da mãe. Por fim observaremos a distribuição espacial do lugar em que moram em Belo Horizonte.

3.2.2 O que aconteceu com esses jovens? Eles desistiram ou persistiram na carreira criminal? Se persistiram, com que frequência? Eles foram vitimados? Com que frequência eles aparecem no REDS?

Para responder à essa pergunta realizaremos uma análise descritiva longitudinal com as informações do cruzamento dos dados dos 373 jovens com os dados das pessoas privadas de liberdade de Minas Gerais presentes na base de dados do Sigpri. Uma outra variável que também será analisada é a de vitimização destes jovens e a data de falecimento dos mesmos. Com estes cruzamentos teremos uma análise longitudinal do que ocorreu com os jovens analisados ao longo de suas vidas. Ademais faremos uma análise descritiva de quantas vezes cada um destes jovens aparece nos Registros de Eventos de Defesa Social (REDS), seja como vítima seja como autor.

3.2.3 Há uma correlação entre a desorganização social do território em que estes jovens vivem, sua trajetória e a participação e a frequência na criminalidade após o período no sistema socioeducativo?

Para responder à essas perguntas trabalharemos com três variáveis dependentes a serem explicadas: i) O jovem morreu? (variável dicotômica Sim ou Não); ii) O jovem foi preso? (variável dicotômica Sim ou Não); iii) O número de vezes que o jovem foi preso (uma variável de eventos ocorridos). Para explicar essas variáveis será utilizado um Modelo de Equações Estruturais (MEE) para explicar as variáveis dicotômicas (prisão e morte) e uma Regressão de Poisson para explicar a variável de eventos ocorridos (frequência de prisões). O MEE permite uma combinação de diversas técnicas estatísticas como análise fatorial, regressão e análise de trajetórias para se estimar os efeitos das variáveis independentes, ou explicativas, sobre a variável dependente (NEVES, 2018). E a Regressão de Poisson é utilizada para mensurar eventos raros ou infrequentes que possuem um número finitos de casos e valores e que muitos dos casos o valor é 0 para

muitas observações. Essas características são as mesmas da nossa variável do número de prisões por indivíduo, por isto a utilizaremos. Para as variáveis explicativas serão utilizados um constructo latente e quatro variáveis observáveis. As variáveis observáveis são: i) Reincidência no sistema socioeducativo; ii) Monoparentalidade; iii) Defasagem escolar; iv) Número de vezes em que aparece no REDS.

Durante a pesquisa havia uma quinta variável observável relacionada à situação socioeconômica do território chamada ICE, contudo ela foi retirada. A variável observável “Índice de Concentração de Extremos (ICE)” analisa tanto a pobreza quanto a afluência do território como variável equivalente ao índice socioeconômico tradicionalmente utilizado nas pesquisas sobre desorganização social (SHAW; MCKAY, 1942; SAMPSON; GROVES, 1989; SILVA, 2012). O ICE é composto pelas variáveis que representam o total de responsáveis pelo domicílio com renda de até um salário mínimo e do total de responsáveis pelo domicílio com renda superior a 15 salários mínimos. O ICE varia entre -1 e 1, sendo -1 representando o extremo da pobreza e o +1 o extremo da afluência. A construção do índice pode ser observada abaixo:

$$\begin{aligned}ate_{1sm} &= v001 + v002 + v010 \\mais_{15sm} &= v008 + v009 \\|ICE &= \frac{mais_{15sm} - ate_{1sm}}{ate_{1sm} + mais_{15sm}}\end{aligned}$$

Contudo, durante a análise, percebeu-se que quase todos os jovens analisados se encontravam em territórios de pobreza extrema, e a baixa variação dos dados impactava no modelo construído por causa de alguns pontos fora da curva. O histograma da distribuição dos dados pode ser visto na Figura 15. Achei importante dizer sobre a não inclusão da variável pois indicadores socioeconômicos são tradicionalmente utilizados na explicação e mensuração de fatores criminológicos.

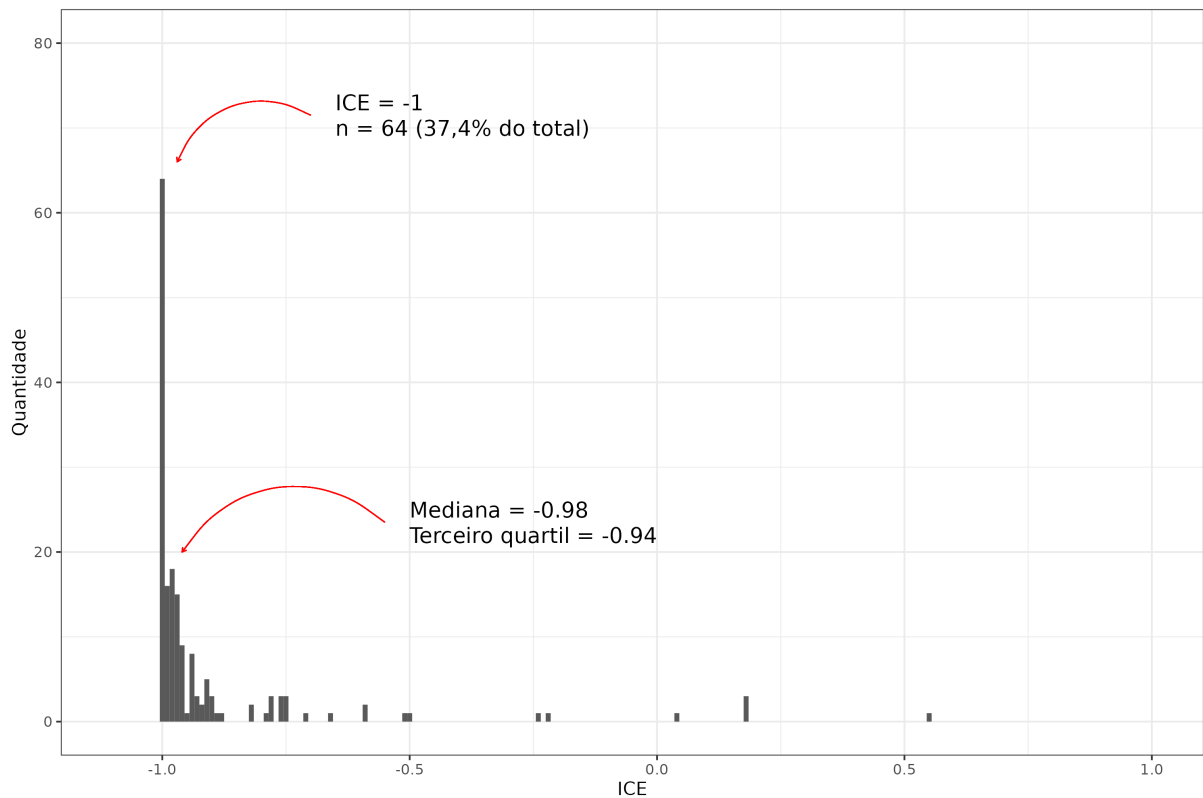
Continuando na explicação do modelo, o constructo latente ($\lambda_1 controle_inf$) representa o controle informal, e será construído a partir de uma análise fatorial confirmatória. Ele é composto pelas variáveis comunitárias $cv71$, $cv72$, $cv73$, $cv74$ e $c8$, apresentadas na sessão 3.1.4. Este constructo é uma uma réplicas da construída na tese do do Bráulio Silva (2012). O constructo pode ser visualizado abaixo:

$$\lambda_1 controle_inf = \alpha_{1,1}|cv71 + \alpha_{1,2}|cv72 + \alpha_{1,3}|cv73 + \alpha_{1,4}|cv74 + \alpha_{1,5}|cv8 + \epsilon_1$$

Como as variáveis dependentes possuem formatos diferentes (duas são dicotômicas e a outra é uma contagem de eventos), temos que utilizar diferentes modelos de regressão para mensurar a influência das variáveis explicativas.

Para as variáveis dependentes dicotômicas que diz se um indivíduo foi morto ou não, e preso ou não, será utilizada uma regressão logística (logit) no Modelo de Equações

Figura 15 – Histograma com a distribuição da variável ICE



Estruturais (MEE) para calcular a probabilidade do fato ocorrer (ser morto, ou ser preso) dado os valores das variáveis explanatórias. O logit possui duas características: i) o valor estimado da probabilidade estará sempre entre 0 e 1; ii) e a relação entre P e X é não linear, de forma que ele se aproxima do zero de forma cada vez mais lenta e se aproxima do 1 também de forma cada vez mais lenta, e é um dos modelos indicados para modelos de regressão de resposta qualitativa (GUJARATI, 2011, p. 172).

Para uma variável de contagem de eventos será utilizado a Regressão de Poisson. Com as variáveis dependentes, e as explicativas observáveis e latentes apresentadas, e o método de análise, temos aqui o modelo matemático que compõe o MEE:

$$\begin{aligned} \ln \left(\frac{P(\text{morto} = 1)}{1 - P(\text{morto} = 1)} \right) &= \beta_0 + \lambda'_1 \text{controle_inf} + \beta_1 \text{reincidencia_cia} \\ &+ \beta_2 \text{reds} + \beta_3 \text{monoparentalidade} \\ &+ \beta_4 \text{defasagem_escolar} \end{aligned} \quad (3.1)$$

$$\begin{aligned} \ln \left(\frac{P(\text{preso} = 1)}{1 - P(\text{preso} = 1)} \right) &= \beta_0 + \lambda'_1 \text{controle_inf} + \beta_1 \text{reincidencia_cia} \\ &+ \beta_2 \text{reds} + \beta_3 \text{monoparentalidade} \\ &+ \beta_4 \text{defasagem_escolar} \end{aligned} \quad (3.2)$$

$$\begin{aligned} \ln(\lambda_{\text{freq_preso}}) &= \beta_0 + \lambda'_1 \text{controle_inf} + \beta_1 \text{reincidencia_cia} \\ &+ \beta_2 \text{reds} + \beta_3 \text{monoparentalidade} \\ &+ \beta_4 \text{defasagem_escolar} \end{aligned} \quad (3.3)$$

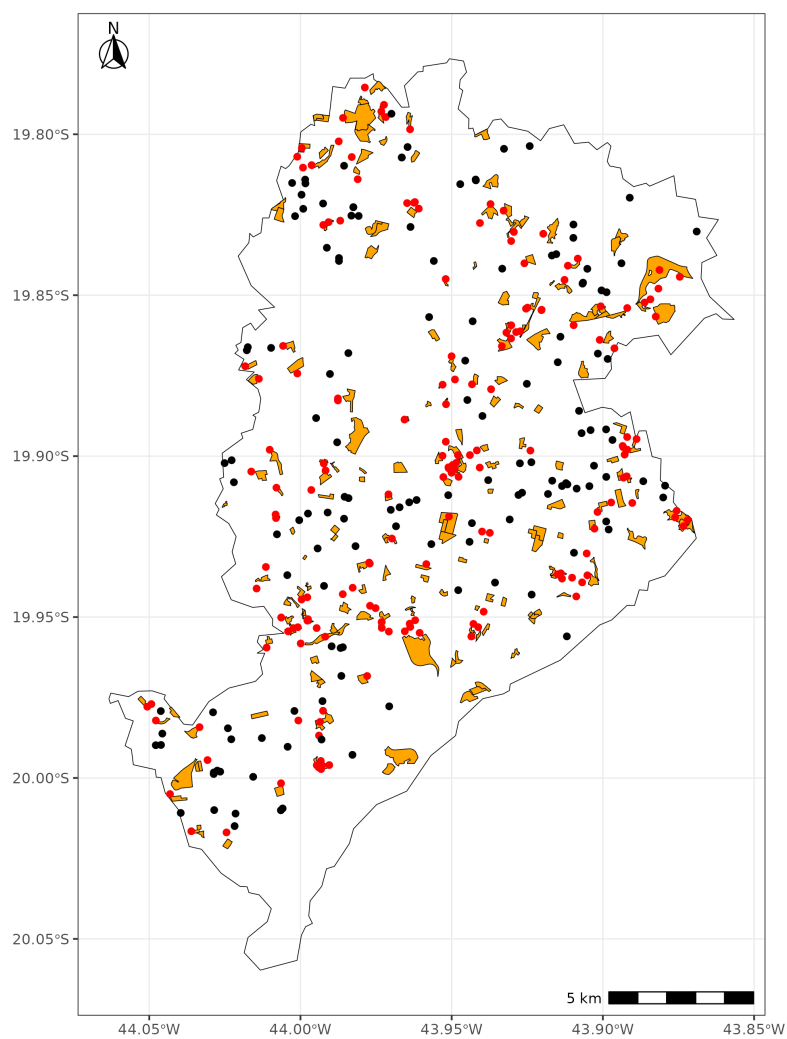
A síntese das variáveis utilizadas no modelo, assim como a descrição e a fonte de cada dado podem ser observadas na Tabela 1.

3.2.3.1 Geolocalização do endereço

É importante realizar duas considerações metodológicas que influencia no número de jovens analisados no Modelo de Equações Estruturais. Primeiramente, os jovens analisados tiveram seus processos no Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional (CIA-BH), contudo nem todos os jovens são de Belo Horizonte. Dos 373, 313 são de Belo Horizonte. A mensuração das variáveis do Modelo de Equações Estruturais se dará apenas entre estes 313 jovens que moram em Belo Horizonte.

Em segundo lugar, é importante ressaltar que, como exposto anteriormente, as informações espaciais relacionadas ao controle informal são referentes a apenas pequena parte dos setores censitários de Belo Horizonte ($n = 205$). Apenas 33 dos jovens de fato moram nestes setores censitários. Para incluir mais jovens na análise foi realizado uma bufferização dos setores censitários de forma a considerar um raio de 500 metros de cada setor. Essa bufferização permitiu que o total de jovens moradores de um dos setores censitários suba para 173. Caso estes jovens se encontrem em mais de um setor censitário por causa da bufferização, as variáveis que possuem como unidade de medida o setor censitário terão como valor uma média dos valores de cada um dos setores que interceptam o endereço bufferizado. O processo de bufferização pode ser visto no Anexo A.1, e o resultado pode ser visto na Figura 16.

Figura 16 – Mapa da relação entre o endereço do jovem e os setores censitários da amostra depois da bufferização



Jovem dentro ou fora dos setores censitários da amostra? ● Dentro ● Fora

Tabela 1 – Descrição das variáveis e fonte dos dados a serem utilizadas no MEE

Variável	Descrição	Fonte
Variáveis dependentes		
preso	O jovem foi preso? Variável dicotômica ('Sim' ou 'Não')	SIGPRI
freq_preso	Número de vezes que o jovem foi preso (variável de eventos ocorridos)	SIGPRI
morto	O jovem foi morto? Variável dicotômica ('Sim' ou 'Não')	PCMG
Variáveis explicativas		
nReds	Número de vezes que o jovem aparece no REDS	REDS
reincidencia_cia	O adolescente é reincidente no sistema socioeducativo? (Sim ou não)	CRISP
monoparentalidade	Indivíduos que residem ou com a mãe ou com o pai (Sim ou não)	CRISP
defasagem_escolar	Anos de defasagem escolar (numérica)	CRISP
λ'_1 controle inf		
cv71	Predisposição de agir ao se deparar com um bando de adolescentes em bares, ou nas esquinas das ruas de sua vizinhança com outros colegas no horário escolar (de 1 a 4)	CRISP
cv72	Predisposição de agir ao se deparar com um bando de adolescentes fazendo uso de drogas ilegais em locais públicos de sua vizinhança (de 1 a 4)	CRISP
cv73	Predisposição de agir ao se deparar com um bando de adolescentes xingando, ofendendo, insultando ou agredindo outras pessoas na sua vizinhança (de 1 a 4)	CRISP
cv74	Predisposição de agir ao se deparar com brigas ou discussões nas proximidades de sua casa (de 1 a 4)	CRISP
cv8	Se poderiam contar com seus vizinhos para acionar instituições ou serviços quando precisavam arrecadar ou conseguir recursos para melhorias na sua vizinhança (de 1 a 4)	CRISP

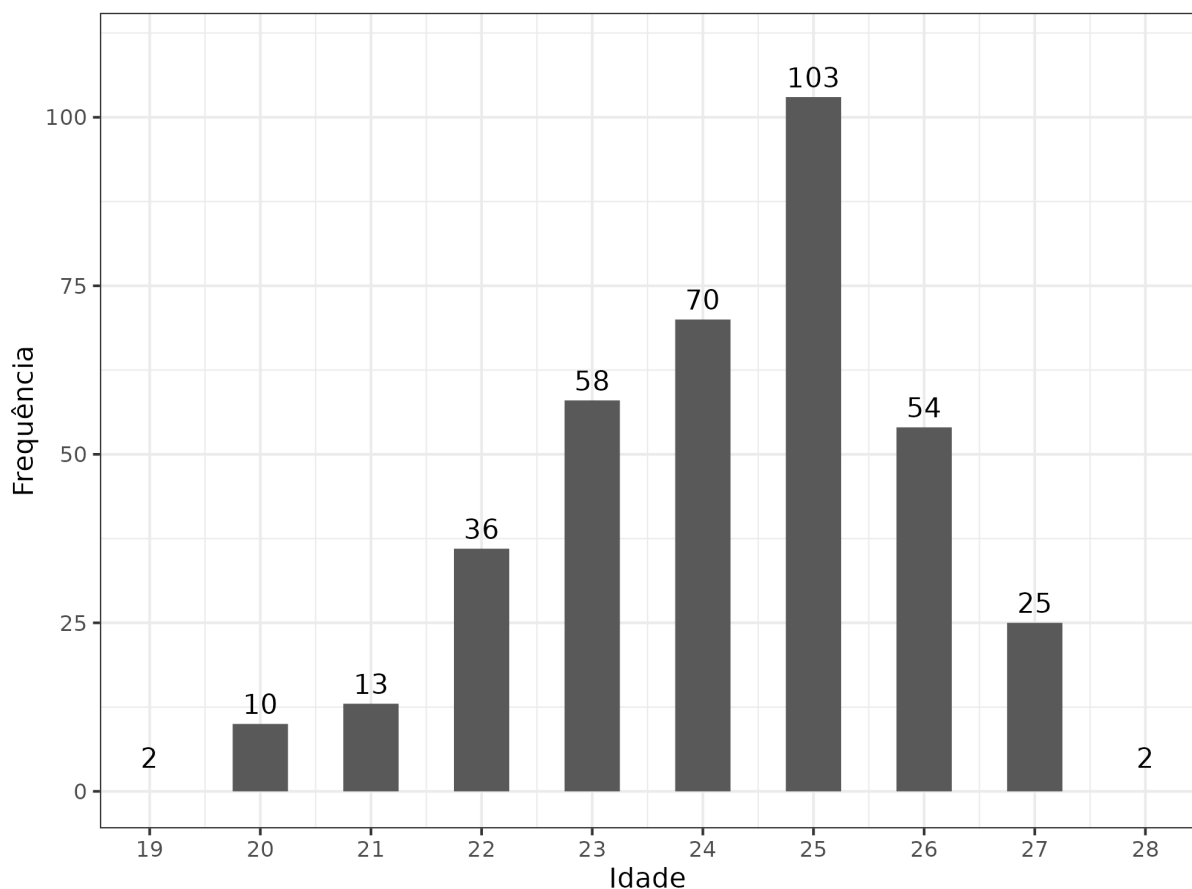
4 Resultados

4.1 Quem são e em que lugar estes jovens vivem?

Há uma limitação nos dados coletados durante a passagem destes jovens no sistema socioeducativo, boa parte das informações do banco de dados está sem informação, contudo ainda assim é possível extrair informações interessantes. Toda informação apresentada nessa seção terá como base os dados de quando eles estavam no sistema socioeducativo, ou seja, não são dados de hoje, e sim daquele momento da vida destes jovens.

Dos 373 jovens analisados, 88,5% ($n = 330$) são homens, 79,7% dos que possuem informação sobre raça/cor são negros ($n = 239$ ¹), e possuíam, no dia 6 de janeiro de 2023, em média 24 anos, tendo o(a) mais novo(a) 19 anos e o(a) mais velho(a) 28 anos. A frequência da idade destes jovens pode ser vista na Figura 17. Destes jovens, 39,7% ($n = 148$) são reincidentes.

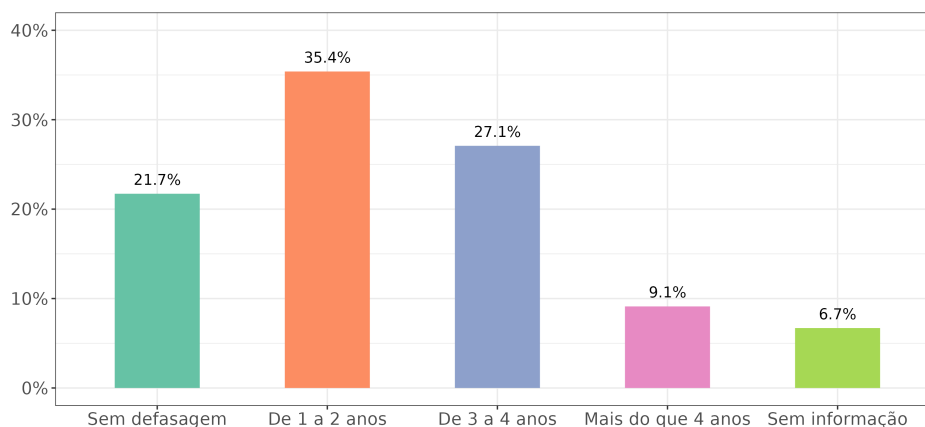
Figura 17 – Idade atualizada dos jovens da amostra



¹ Do total de jovens, existem 73 sem informação sobre raça/cor.

Analisando a defasagem escolar, vemos que, 21,7% não possuem defasagem escolar ($n = 81$), enquanto que os pouco mais de 70% restantes possuem alguma defasagem, sendo que 36,2% dos jovens possuem 3 anos ou mais de defasagem escolar, como podemos ver na Figura 18.

Figura 18 – Defasagem escolar dos jovens da amostra



O percentual de jovens utilizavam drogas lícitas, entre elas tabaco ou bebia álcool, era de 40,8%² ($n = 152$). O percentual de jovens que utilizavam drogas ilegais é maior do que os que bebem e/ou fumam, chegando a 52,6%³ ($n = 196$).

Analisando os dados relativos às famílias destes jovens, vemos que 63% ($n = 235$) possuíam ou a mãe ou o pai como únicos responsáveis pelo domicílio (monoparentalidade) e 19,6% moravam com os dois pais em casa ($n = 73$), e 2,1% possuía trajetória de rua ($n = 8$). Na variável renda encontramos 39,4% ($n = 147$) dos jovens sem informação, porém dos que têm essa informação, 89,4% possuíam uma renda familiar per capita (rfpc) de até 1 salário mínimo, e 61,5% são vulneráveis à pobreza, com uma rfpc de até meio salário mínimo. A rfpc destes jovens pode ser vista na Figura 19.

Analisando a escolaridade⁴ da mãe destes jovens, vemos que 36,7% ($n = 137$), uma parte relevante, possui escolaridade até o ensino fundamental incompleto (o percentual sobe para 55,2% analisando os dados válidos). As mães que possuem escolaridade igual ou maior do que o ensino médio completo são 17,2% ($n = 64$), nos dados válidos (em que a porcentagem é calculada nos casos em que há a informação) o percentual sobe para 25,8%.

Passamos agora para analisar a distribuição e concentração espacial destes jovens. Foi possível encontrar 310 jovens em Belo Horizonte e, ao analisarmos a concentração espacial vemos que metade destes jovens moram em 12% dos bairros de Belo Horizonte, como podemos observar na Figura 20.

Os cinco bairros com a maior concentração de jovens são: Jatobá (8), Tupi (8), Alto do Vera Cruz (6), Mariano de Abreu (6), Céu Azul (6). A distribuição dos jovens pelos

² 54,2% não utilizava drogas legais ($n = 202$) e não haviam informações de 5,1% ($n = 19$) dos jovens.

³ 36,5% não utilizavam drogas ilegais ($n = 136$) e não haviam informações de 11% ($n = 41$) dos jovens.

⁴ O número de casos sem informação sobre a escolaridade da mãe é de 33,5% ($n = 125$).

Figura 19 – Renda familiar per capita

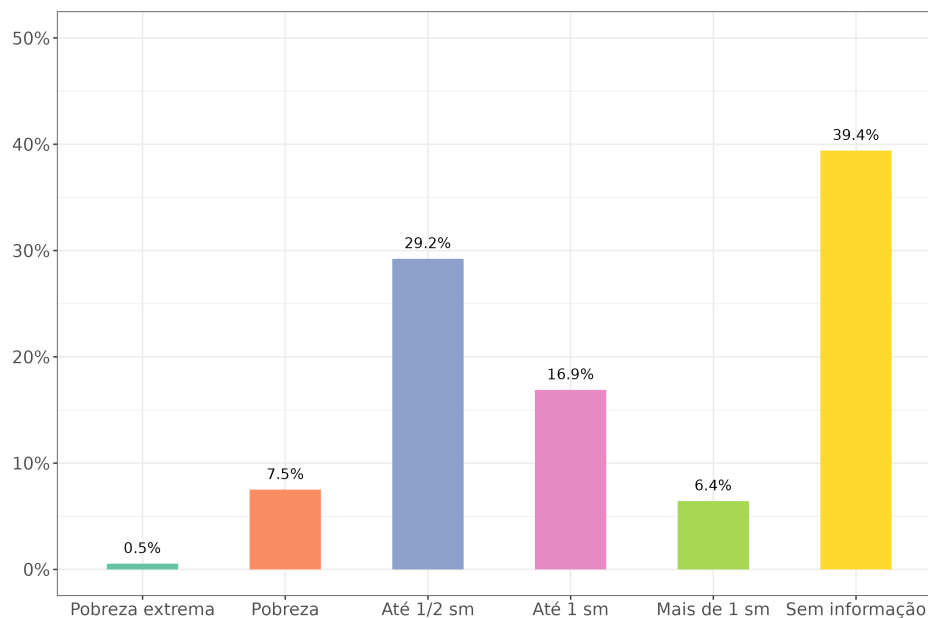
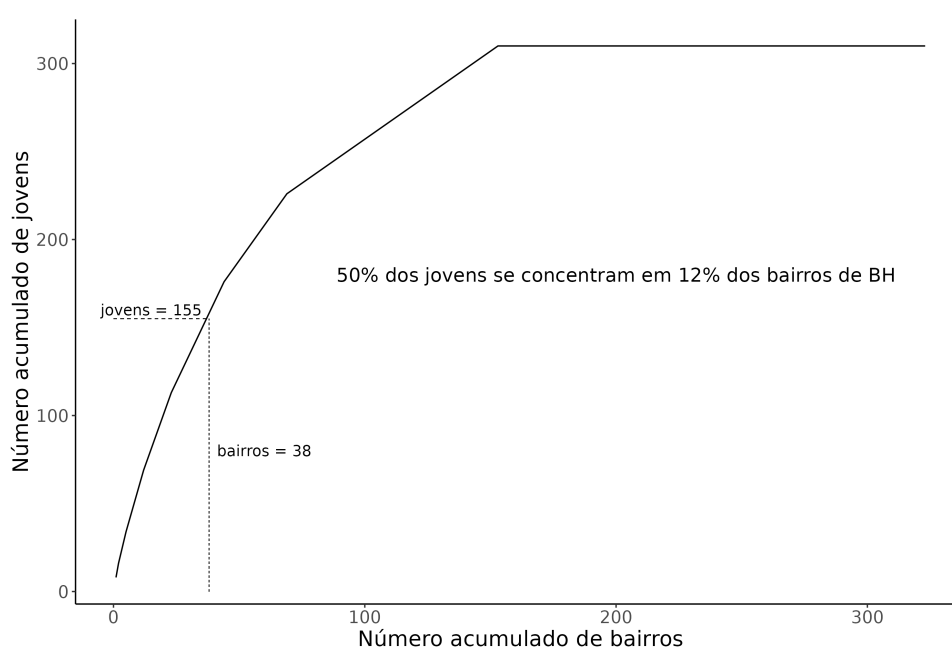
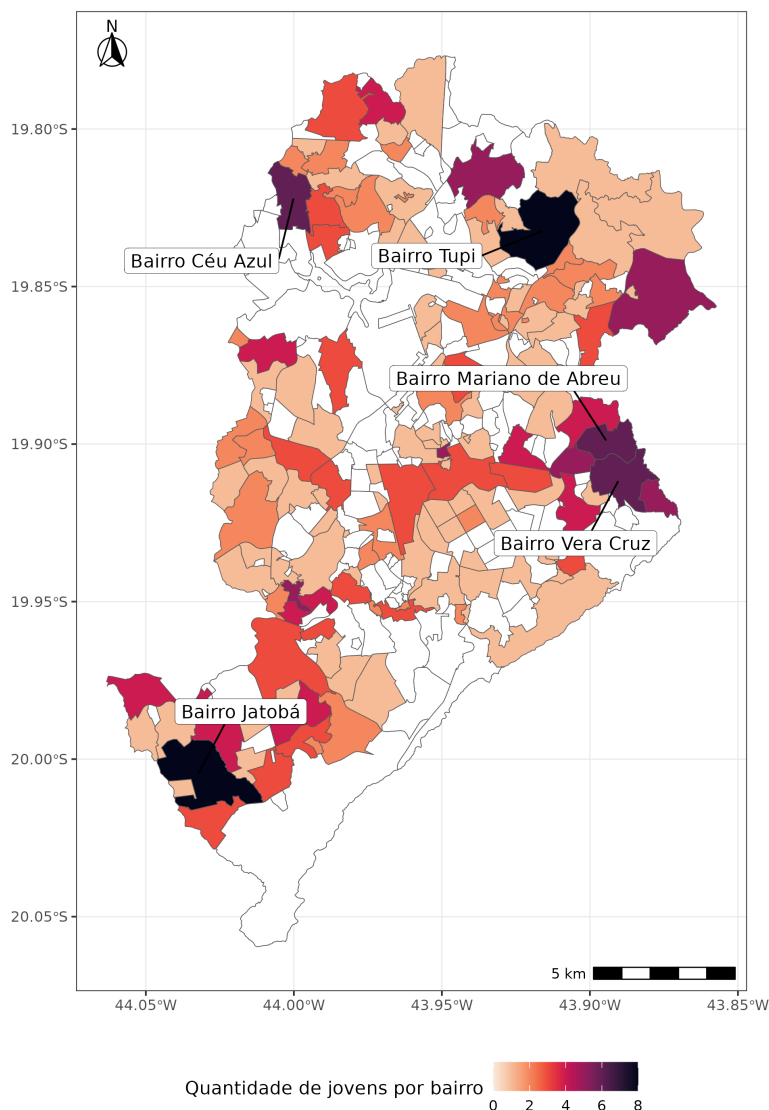


Figura 20 – Número acumulado de jovens pelo número acumulado de bairros em Belo Horizonte



bairros de Belo Horizonte pode ser vista na Figura 21.

Figura 21 – Número de jovens por bairro de Belo Horizonte



4.2 O que aconteceu com esses jovens? Eles desistiram ou persistiram na carreira criminal? Se persistiram, com que frequência? Eles foram vitimados?

Existem 3.001 Registro de Evento de Defesa Social (REDS) referentes à estes jovens⁵. Foram encontrados REDS referentes a 313 destes jovens, a mediana do número de vezes em que estes jovens aparecem em REDS é de 8 vezes, sendo o primeiro quartil 4 vezes

⁵ Os dados são referentes ao cruzamento do nome destes jovens e o nome da mãe dos mesmos com o banco de dados do REDS. Este cruzamento foi-nos entregue pela PCMG.

Tabela 2 – Natureza do delito cometido que consta no REDS - Geral

Natureza	Total	Percentual (%)
TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS	374	12.46
ROUBO	262	8.73
AMEAÇA	211	7.03
MEDIDAS ADM -ARTIGO 269 DO CTB	205	6.83
FURTO	204	6.80
VIAS DE FATO / AGRESSÃO	162	5.40
LESÃO CORPORAL	156	5.20
CUMPRIMENTO DE PRISÃO	143	4.77
RECEPTAÇÃO	112	3.73
USO E CONSUMO DE DROGAS	102	3.40
EXTRAÍO DE DOCUMENTOS	87	2.90
PREENCHIMENTO OPCIONAL	75	2.50
BUSCA E APREENSÃO DE OBJETOS	71	2.37
HOMICÍDIO	64	2.13
DANO	56	1.87

Tabela 3 – Natureza do delito cometido que consta no REDS - Vítima

Natureza do delito cometido	Total	Percentual (%)
LESÃO CORPORAL	50	16.50
ACIDENTE DE TRANSITO COM VÍTIMA	37	12.21
VIAS DE FATO / AGRESSÃO	37	12.21
ROUBO	36	11.88
AMEAÇA	30	9.90
HOMICÍDIO	28	9.24

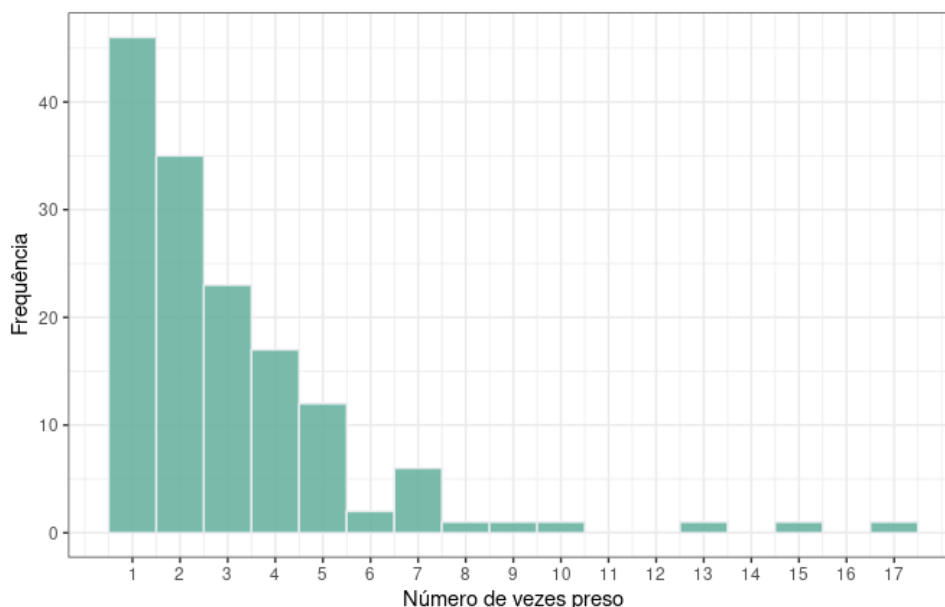
e o terceiro quartil 11 vezes. Destes eventos, estes jovens são autores ou co-autores em 63,95% dos casos ($n = 1.919$) e vítimas em 10,10% ($n = 303$). Analisando a natureza destes REDS, temos tráfico ilícito de drogas ($n = 374$) como a principal natureza, sendo 12,46% dos REDS, seguido por roubo ($n = 262$), com 8,73% e ameaça ($n = 211$), com 7,03%. Homicídio é a décima quarta maior natureza, aparecendo em 2,13% ($n = 64$) dos REDS. A tabela com as 15 principais naturezas do delito cometido pode ser visto na Tabela 2.

Observando a natureza do delito dos REDS em que os jovens aparecem como vítimas na Tabela 3 temos nas 6 primeiras colocações um conjunto de naturezas violentas nas suas diversas gradações, indo desde ameaça, passando por agressão, lesão corporal e chegando até homicídio.

Analisando os dados do sistema prisional, observamos que 39,4% foram posteriormente presos ($n = 147$). A mediana de prisões dos que foram presos alguma vez é de 3, e o número máximo de vezes que um indivíduo foi preso é de 17 vezes. O número de vezes que

cada jovem foi preso, dos que já foram alguma vez, pode ser vista na Figura 22.

Figura 22 – Número de vezes que foram presos



O número de prisões tem seu pico aos 18 anos de idade ($n = 101$), e depois vai se reduzindo. O primeiro quartil das prisões acontece nos 19 anos, a mediana aos 20 e o terceiro quartil aos 22 anos. A trajetória longitudinal das prisões pode ser vista na Figura 23.

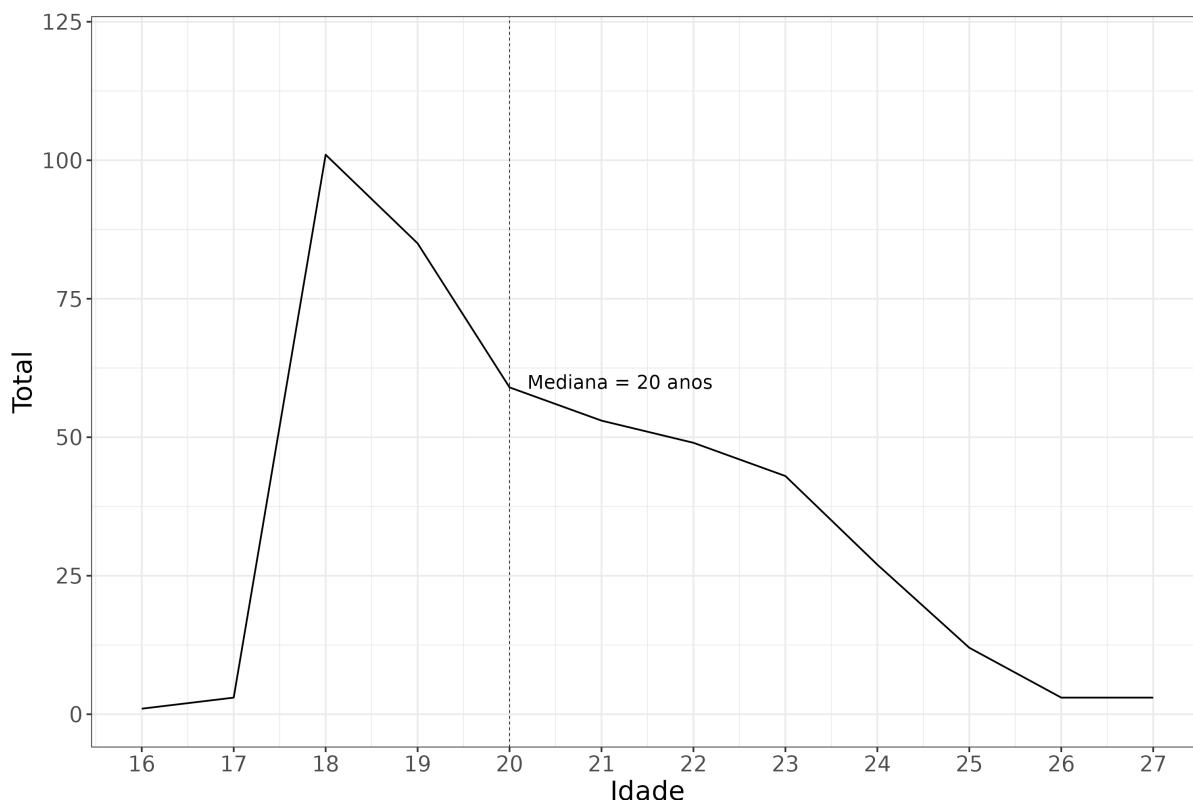
Analisando a mortalidade destes jovens, vemos que 32 vieram a falecer, um percentual alto de 8,58%. O motivo da morte destes jovens é majoritariamente por homicídios ($n = 22$), sendo essa a causa de 68,75% dos jovens que morreram. Este percentual sobe para 88,% se considerado apenas os casos em que há a informação da causa de morte. Outros 9,38% destes jovens tiveram como causa suspeita a overdose ($n = 3$), e 21,88% não havia a informação ($n = 22$). Podemos visualizar o resultado na Figura 24.

A idade da vitimização destes jovens varia dos 15 aos 24 anos, atingindo seu pico aos 18 ($n = 6$). O primeiro quartil dos jovens morre até os 17 anos, a média e a mediana da idade de morte destes jovens é 19 anos e o terceiro quartil acontece aos 21 anos. Podemos observar a relação entre a idade e a mortalidade destes jovens na Figura 25.

Para termos uma visualização do que aconteceu com estes jovens, incluo aqui a Figura 26. Com ela podemos ter uma visualização das prisões e da mortalidade dos jovens egressos do CIA ao longo de suas vidas. Nessa figura temos o eixo x a idade, no eixo y o percentual dos jovens. O percentual é preenchido pelo que aconteceu com estes jovens ao longo dos anos, se eles foram presos, quantas vezes foram presos e se morreram, este gráfico é como se fosse uma combinação dos 3 que falam sobre o número de vezes que foram presos, o número por idade e a mortalidade por idade. Este gráfico começa aos 15 anos, com a primeira morte, e acaba com 27 anos, último evento.

Alguns exemplos hipotéticos para entender melhor o gráfico:

Figura 23 – Número acumulado de prisões por idade



- i) João, 25 anos, foi preso pela primeira vez aos 18 anos, e pela segunda vez aos 20 anos e pela terceira vez aos 23 anos. Na figura, dos 15 aos 17 anos ele entrará na cor branca, como “Sem reincidência”, aos 18 anos entrará na cor azul, “Preso 1 vez”, passará para a cor roxa aos 20 anos, “Preso 2 vezes”, depois passará aos 23 anos para a cor laranja, “Preso 3 vezes” e, por fim, dos 26 anos em diante, irá para a cor cinza, “Idade não atingida”, já que ele ainda não fez 26 anos ou mais.
- ii) Manoel foi assassinado aos 19 anos. Ele terá a cor branca “Sem reincidência” até os 18 anos, e dos 19 anos em diante ele terá a cor vermelha, “Morto” (categoria que se repetirá por todos os anos seguintes).

Duas coisas chamam atenção nessa figura: primeiro que o tamanho da barra que representa a morte tem um aumento rápido entre os 17 e os 19 anos e depois diminui o ritmo até os 24 anos, mas isso é algo que já tínhamos visto na Figura 25. O segundo, e principal ponto, sobre a mudança da composição das prisões ao longo dos anos. Apenas entre os 18 e 19 anos os jovens que haviam sido presos apenas uma vez eram maioria, a partir dos 20 anos, porém, a maior parte das pessoas que já foram presas haviam sido presas mais de uma vez (54,6%), e este percentual continua crescendo ao longo dos anos dos indivíduos, demonstrando uma alta reincidência de prisões entre os jovens.

Figura 24 – Causa da morte dos vitimados

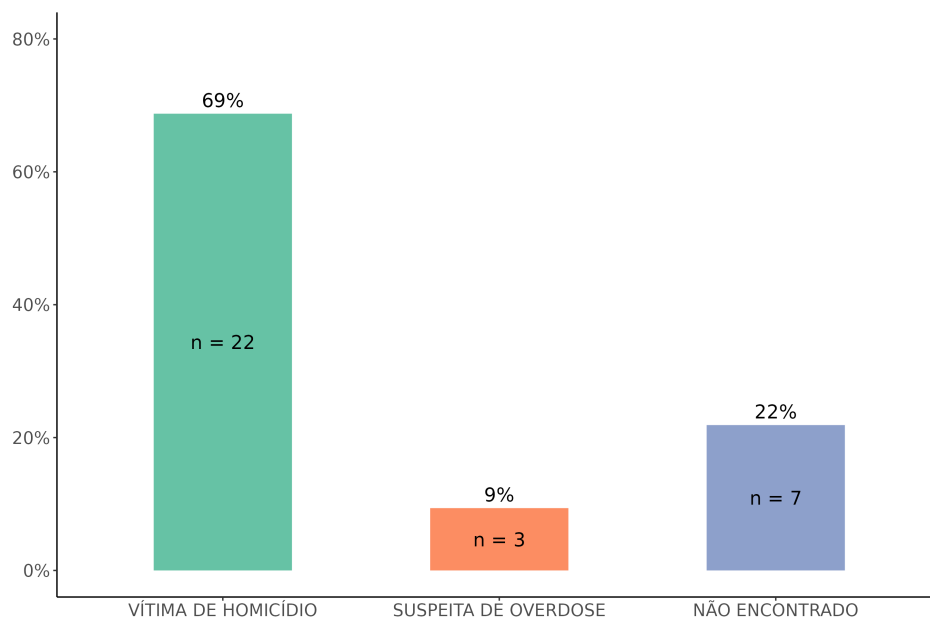


Figura 25 – Jovens vitimados por idade

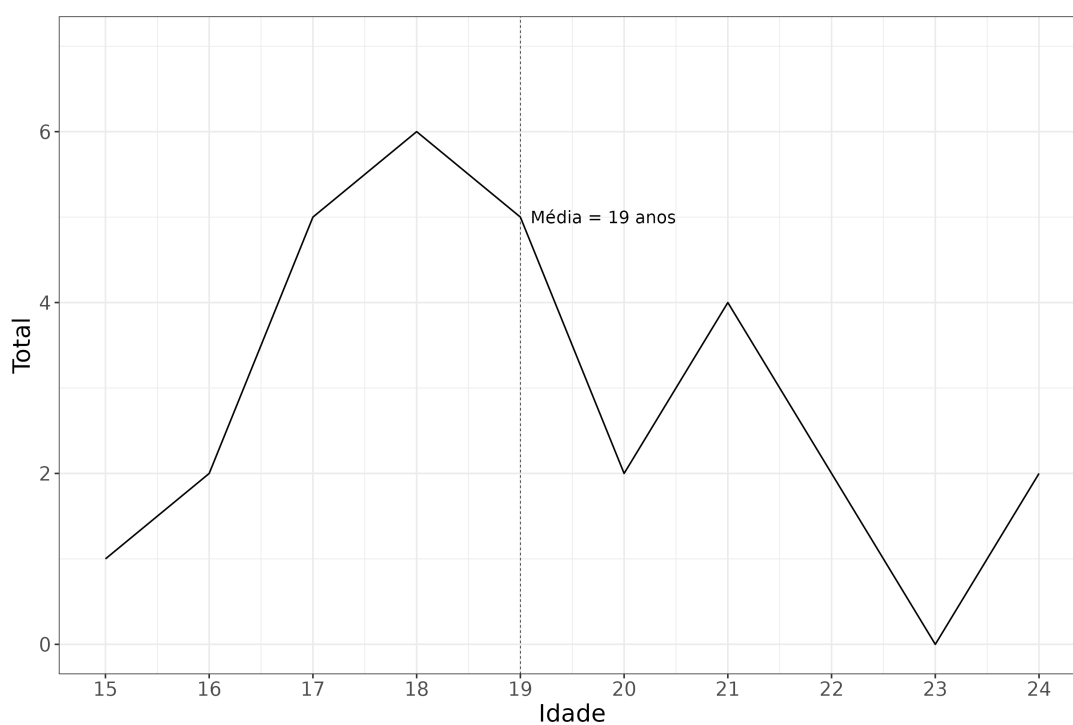
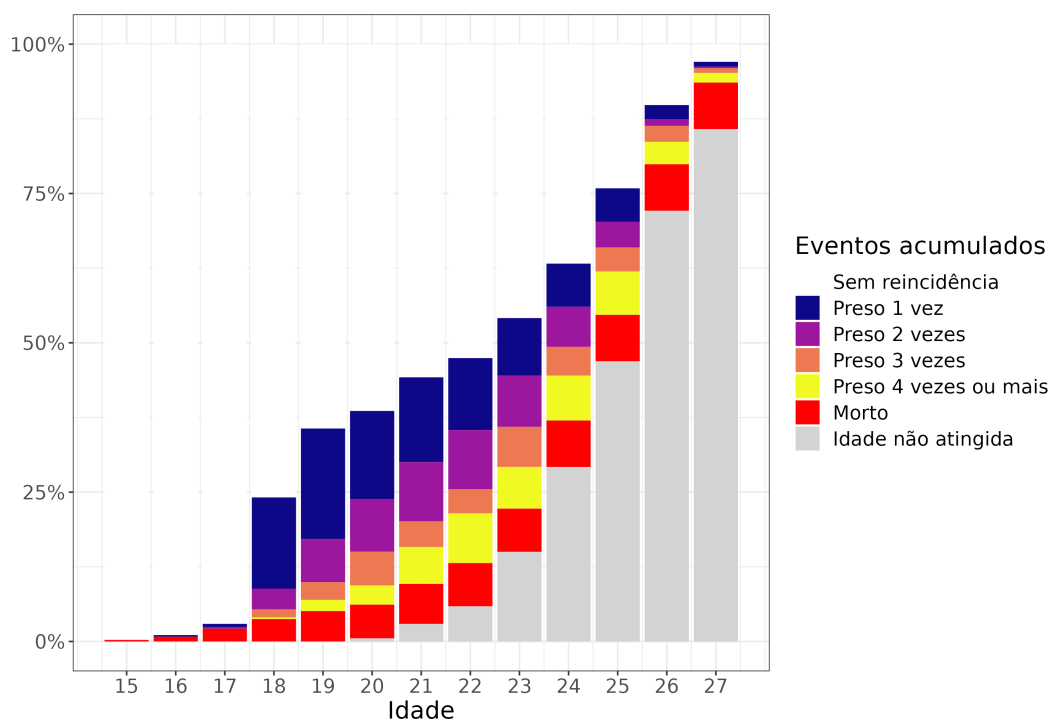


Figura 26 – Eventos acumulados ocorridos com os jovens da amostra por idade



4.3 Qual é o impacto da desorganização social do território em que estes jovens vivem e de suas trajetórias progressas na probabilidade de serem presos, na frequência das prisões e na probabilidade de serem mortos?

4.3.1 Frequência das prisões

Os resultados obtidos a partir da Regressão de Poisson confirmam as explicações teóricas sobre a persistência e frequência no crime em todas as variáveis utilizadas no modelo. Segue o resultado do modelo:

Call:

```
glm(formula = n_preso ~ lat_control + Reincidente + nReds
+ monoparentalidade + defasagem_escolar, family = poisson(),
data = model_df_with_scores)
```

Deviance Residuals:

Min	1Q	Median	3Q	Max
-2.9084	-1.3673	-0.9528	0.5733	4.4112

Coefficients:

	Estimate	Std. Error	z value	Pr(> z)	
(Intercept)	-1.055262	0.206522	-5.110	3.23e-07	***
lat_control	-0.947183	0.304305	-3.113	0.00185	**
Reincidente	0.644663	0.145213	4.439	9.02e-06	***
nReds	0.061339	0.009259	6.625	3.47e-11	***
monoparentalidade	0.327485	0.164831	1.987	0.04695	*
defasagem_escolar	0.072096	0.036635	1.968	0.04907	*

Signif. codes: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

(Dispersion parameter for poisson family taken to be 1)

Null deviance: 426.46 on 158 degrees of freedom
Residual deviance: 335.43 on 153 degrees of freedom
AIC: 544.63

Number of Fisher Scoring iterations: 6

Para cada aumento de uma unidade na variável latente que representa o controle informal (*lat_control*, que vai de 1 a 4), há uma redução de 61,2% ($\exp(-0.947183) \approx 0.388$) no número esperado de vezes em que o indivíduo é preso. Como a polaridade da variável é ‘maior = a mais controle’, o resultado demonstra que um aumento no controle informal territorial gera uma redução na reincidência dos jovens egressos do sistema socioeducativo.

O fato do jovem ser reincidente no sistema socioeducativo leva a um aumento de 1.905 vezes ($\exp(0.6447) \approx 1.905$), ou 90,5%, no número esperado de prisões. O aumento em uma unidade de REDS em que o jovem aparece, tanto como autor quanto como vítima, gera um aumento de 1.07 ($\exp(0.06133) \approx 1.063$), ou 6,3% no número de vezes em que o indivíduo é preso. Apesar deste percentual ser menor, é importante notar o número de vezes em que um jovem aparece no REDS; a mediana é 8, e multiplicado pelos 6,3% teremos 50,4% de aumento na mediana dos casos. Estes dados mostram que, uma trajetória pregressa mais extensa de atos infracionais, e as reiteradas relações com o sistema de justiça e de polícia levam ao aumento da reincidência no crime.

Viver em uma família monoparental representa, aos jovens egressos, um aumento de 1.387 vezes, ou 38,7%, ($\exp(0.3275) \approx 1.387$), e um aumento de 1 ano na defasagem escolar significa um incremento de 1.075 ($\exp(0.07209) \approx 1.075$), ou 7,5% no número previsto de vezes em que o indivíduo é preso. Estes dois dados demonstram a relação entre as duas principais instituições sociais de controle informal e a reincidência: a família e a escola. Famílias monoparentais tendem a significar uma redução na capacidade de supervisão dos jovens egressos, essa vulnerabilidade reflete no envolvimento dos mesmos com o crime. O mesmo pode-se dizer sobre a escola, um aumento na defasagem escolar pode representar um esgarçamento dos laços sociais entre estes indivíduos e os demais estudantes da escola. Uma grande disparidade entre idades nas pessoas das mesmas séries pode representar uma redução nos laços de amizade entre estes jovens e os restantes dos alunos.

Os dados mostram como que a força dos laços sociais da família, da escola e a predisposição da comunidade resolver seus problemas são fatores protetivos que atuam ao longo da vida do indivíduo, enquanto que as constantes passagens no sistema de justiça, tanto na adolescência quanto na juventude, representam fatores de risco.

Analisando a significância destes indicadores, temos a reincidência no sistema socioeducativo (Reincidente), e o número de vezes que a pessoa aparece no REDS (*nReds*) com $p < 0.001$ e tivemos o constructo latentes ‘*lat_control*’ com $p < 0.01$, e as variáveis de monoparentalidade e defasagem escolar com o $p < 0.05$, ou seja, todas as variáveis analisadas tiveram resultados significativos. Analisando o modelo como um todo, o desvio residual foi de 335.43, menor do que os 426.46 do desvio do modelo sem preditores, mostrando que o modelo com as variáveis explicativas ajusta-se melhor do que o modelo nulo.

4.3.2 Modelo de Equações Estruturais (MEE)

Os resultados do MEE não foram significativos para quase a totalidade das variáveis. A única variável que teve significância foi a relação entre o número de vezes em que o indivíduo aparece no REDS.

No caso do número de vezes em que o indivíduo aparece no REDS, a estimativa do coeficiente é 0.032, Isso significa que, para cada aumento de uma unidade em nReds, o log-odds de ser preso aumenta em 0.032 ($\exp(0.032) \approx 1.032$), ou 3,2%. O número de vezes em que a pessoa aparece no REDS foi relevante tanto para explicar a prisão e a não prisão destes jovens quanto do número de vezes em que ele é preso. Este resultado reforça o fator de risco representado as constantes passagens no sistema de justiça.

Todas as outras variáveis não tiveram significância. O resumo estatístico do MEE pode ser visto abaixo:

lavaan 0.6.15 ended normally after 63 iterations

Estimator	DWLS	
Optimization method	NLMINB	
Number of model parameters	33	
	Used	Total
Number of observations	159	374

Regressions:

	Estimate	Std.Err	z-value	P(> z)	Std.lv	Std.all
morto ~						
lat_control	0.039	0.095	0.405	0.685	0.010	0.034
Reincidente	-0.001	0.048	-0.029	0.977	-0.001	-0.002
nReds	-0.005	0.004	-1.258	0.208	-0.005	-0.102
monoparentaldd	-0.041	0.053	-0.772	0.440	-0.041	-0.064
defasagem_sclr	-0.015	0.010	-1.489	0.136	-0.015	-0.094
preso ~						
lat_control	0.069	0.159	0.435	0.663	0.018	0.036
Reincidente	0.050	0.077	0.647	0.518	0.050	0.049
nReds	0.032	0.005	6.867	0.000	0.032	0.419
monoparentaldd	0.064	0.074	0.865	0.387	0.064	0.059
defasagem_sclr	0.018	0.021	0.869	0.385	0.018	0.066

As estatísticas de ajuste do modelo como um todo tiveram bons resultados. O RMSEA (Root Mean Square Error of Approximation) indica o erro de aproximação médio das raízes

quadradas no modelo, e um RMSE menor do que 0.05 indica um bom ajuste, e o RMSE foi igual a 0.000. O CFI (Comparative Fit Index) compara o ajuste do modelo com um modelo independente, e quanto mais próximo de 1 melhor, e o CFI foi de 1, demonstrando um excelente ajuste do modelo. O SRMR é a média quadrática dos resíduos padronizados entre a matriz de covariância observada e a matriz de covariância prevista pelo modelo, um bom resultado é abaixo de 0.08, e no modelo obtivemos um SRMR igual a 0.005.

O resumo destes parâmetros pode ser visto abaixo:

Model Test User Model:

	Standard	Scaled
Test Statistic	18.923	30.890
Degrees of freedom	33	33
P-value (Chi-square)	0.976	0.573
Scaling correction factor		1.526
Shift parameter		18.492
simple second-order correction		

Model Test Baseline Model:

Test statistic	400.445	202.961
Degrees of freedom	49	49
P-value	0.000	0.000
Scaling correction factor		2.283

User Model versus Baseline Model:

Comparative Fit Index (CFI)	1.000	1.000
Tucker-Lewis Index (TLI)	1.059	1.020
Robust Comparative Fit Index (CFI)		1.000
Robust Tucker-Lewis Index (TLI)		1.014

Root Mean Square Error of Approximation:

RMSEA	0.000	0.000
90 Percent confidence interval - lower	0.000	0.000
90 Percent confidence interval - upper	0.000	0.053
P-value H ₀ : RMSEA ≤ 0.050	0.999	0.933
P-value H ₀ : RMSEA ≥ 0.080	0.000	0.001

Robust RMSEA	0.000
90 Percent confidence interval - lower	0.000
90 Percent confidence interval - upper	0.066
P-value H_0: Robust RMSEA \leq 0.050	0.862
P-value H_0: Robust RMSEA \geq 0.080	0.013

Standardized Root Mean Square Residual:

SRMR	0.050	0.050
------	-------	-------

Como os resultados não foram significativos para quase a totalidade das variáveis, não incluí aqui a visualização gráfica do MEE, coloquei apenas o resultado detalhado do modelo. O resultado completo pode ser visto no Anexo [A.2](#). Para a compilação dos dados foi utilizado o estimador DWLS (Diagonally Weighted Least Squares) para que as variáveis dependentes fossem lidas como categóricas - no caso, dicotômicas.

5 Conclusão

O objetivo deste trabalho era compreender *o quanto que fatores comunitários de desorganização social e da trajetória pregressa influenciam na probabilidade do jovem egresso do sistema socioeducativo ser morto e/ou ser preso e na frequência dessas prisões.*

Para responder à pergunta central foi construído um referencial teórico baseado na integração de duas proeminentes teorias criminais, a Teoria da Desorganização Social e a Teoria do Curso de Vida. Foi a partir dessa integração teórica que as variáveis explicativas foram escolhidas. A escolha das variáveis, contudo, se deu a partir dos dados disponíveis e da limitação dos mesmos. Antes de trazer um resumo dos resultados e e algumas reflexões sobre os mesmos, gostaria de pontuar algumas limitações deste trabalho.

A primeira não é necessariamente uma limitação, mas é uma contextualização: a idade dos jovens analisados. Eles possuem em média, no dia 6 de janeiro de 2023, 24 anos de idade. Isto significa que estes jovens possuem muita vida pela frente e muitos eventos ainda podem ocorrer na vida dos mesmos. Ou seja, este resultado tem que ser entendido não como um resultado da trajetória completa da vida destes indivíduos, e sim dentro deste coorte etário da análise.

O segundo ponto a ser colocado é a fonte de informação sobre os crimes cometidos. Foram utilizados as informações do sistema prisional para mensurar a probabilidade de reincidência e a frequência da mesma. Este dado, contudo, tem uma limitação clara, que é se basear apenas em fontes oficiais. A minoria dos crimes existentes são registrados nos REDS, e uma quantidade menor ainda gera prisões. Algumas pesquisas, como as de Sampson e Laub (1995, 2006) que buscaram contornar essa limitação realizando entrevistas e questionários com os jovens, suas famílias, amigos, professores, entre outros, para coletar informações não oficiais sobre a trajetória destes indivíduos, entre elas a trajetória criminal. Isso não foi realizado por essa pesquisa.

Um terceiro ponto de atenção diz sobre a falta de informações sobre a comunidade e a trajetória dos indivíduos. O referencial teórico trouxe outras variáveis importantes que não foram utilizadas por falta de informação: i) Força dos vínculos afetivos com o cônjuge; ii) Estabilidade no trabalho; iii) Exposição constante a eventos estressantes; iv) Existência de códigos e valores que justificam a violência e a agressão. A falta de dados limita a correta mensuração da capacidade explicativa das teorias criminológicas utilizadas. A falta de informação gera duas possíveis consequências, a primeira seria de que a capacidade explicativa do modelo poderia ser maior com a inclusão das variáveis faltantes, e a segunda é de que parte do impacto das variáveis analisadas pode ter um efeito espúrio, que na verdade é causado por uma dessas variáveis não incluídas no modelo.

Ademais, os dados territoriais trazem consigo outras duas limitações. A primeira é a desatualização dos dados, que são de 2006, enquanto que os dados do sistema prisional

e da letalidade dos jovens vai até janeiro de 2023. O segundo ponto, e mais grave, é que essa pesquisa foi realizada a nível de Belo Horizonte, e por isso existe apenas uma amostra dos setores censitários da cidade (205 setores censitários). Isso significa que foi necessário realizar uma tática de imputação de dados (bufferização de 500 metros dos setores censitários), mas que mesmo assim foi insuficiente, ficando uma quantidade relevante de jovens de fora da mensuração dos dados, sendo analisado 159 jovens dentre os 311 que moram em Belo Horizonte. A falta de informações destes jovens pode ter impactado na capacidade do modelo atingir uma significância estatística necessária para as variáveis dependentes. A maior parte dos resultados do Modelo de Equações Estruturais foi não significativa e, com as informações dos outros jovens, o resultado talvez tivesse sido diferente. Apesar destes problemas, é importante reconhecer que este tipo de informação é praticamente inexistente no Brasil, e a própria existência destes dados já é algo importante, mesmo que defasados e com algumas limitações territoriais.

Reconhecendo as limitações dos dados, foi possível responder à maior parte das perguntas da pesquisa, e que a hipótese foi parcialmente confirmada.

As perguntas específicas do trabalho eram:

- i Como a Teoria da Desorganização Social e a Teoria do Curso de Vida se integram?
- ii Quem são e em que lugar estes jovens vivem?
- iii O que aconteceu com esses jovens? Eles desistiram ou persistiram na carreira criminal? Se persistiram, com que frequência? Eles foram vitimados?
- iv Qual é o impacto da desorganização social do território em que estes jovens vivem e de suas trajetórias pregressas na probabilidade de serem presos, na frequência das prisões e na probabilidade de serem mortos?

A partir dos dados foi possível construir um perfil dos jovens analisados: homens, negros, com uma média de idade atual de 23 anos, que apresentam defasagem escolar, vivem em famílias monoparentais, vulneráveis à pobreza (com renda familiar per capita de até meio salário mínimo), concentrados espacialmente em poucos bairros de Belo Horizonte, e moradores de territórios que com maior concentração de pobreza.

Analisando o que aconteceu com estes jovens após suas passagens pelo sistema socioeducativo, percebemos que 313 apareceram em 3.001 Registro de Evento de Defesa Social (REDS), com uma mediana de 8 REDS por indivíduo. Na maioria dos registros (63,95%) eles aparecem como autores ou co-autores, sendo tráfico ilícito de drogas, roubo e ameaça as três principais naturezas dos REDS. Destes jovens, 64% foram posteriormente presos, em que as prisões ocorreram majoritariamente aos 18 anos e depois foram decaindo ao longo dos anos. Dos jovens, um número elevado de 32 vieram a falecer (8,58%), em sua maioria vítimas de homicídios (88% dos casos em que há informação sobre a causa de morte). Tanto as prisões quanto a letalidade seguiu uma curva semelhante de idade-frequência, em

que o pico de casos ocorre quando os jovens atingem 18 anos de idade e vai se reduzindo ao longo dos anos.

A resposta à pergunta central da pesquisa, contudo, veio dos resultados obtidos com o Modelo de Equações Estruturais e com a Regressão de Poisson. A hipótese deste trabalho era de que *o controle informal exercido pela comunidade em que o jovem vive e pela força dos laços efetivos construídos pelos mesmos com sua família e com a escola, e as repetidas interações destes jovens com o sistema de justiça, ajudam a explicar a reincidência na criminalidade e na probabilidade destes jovens morrerem*. Essa hipótese foi parcialmente confirmada pelos dados da pesquisa. Os resultados do Modelo de Equações Estruturais, que mensuravam o quanto as variáveis explicativas influenciavam na probabilidade de prisão e de mortalidade destes jovens não tiveram significância, fazendo com que essa parte da pergunta central e da hipótese fiquem respectivamente sem resposta e sem confirmação.

A regressão de poisson, que analisou o quanto que as variáveis explicativas influenciam na frequência de prisões dos jovens analisados, por outro lado, teve um resultado significativo. O resultado correspondeu ao que foi discutido no referencial teórico e confirmou a parte da hipótese da pesquisa que diz sobre a reincidência na criminalidade (frequência de prisões).

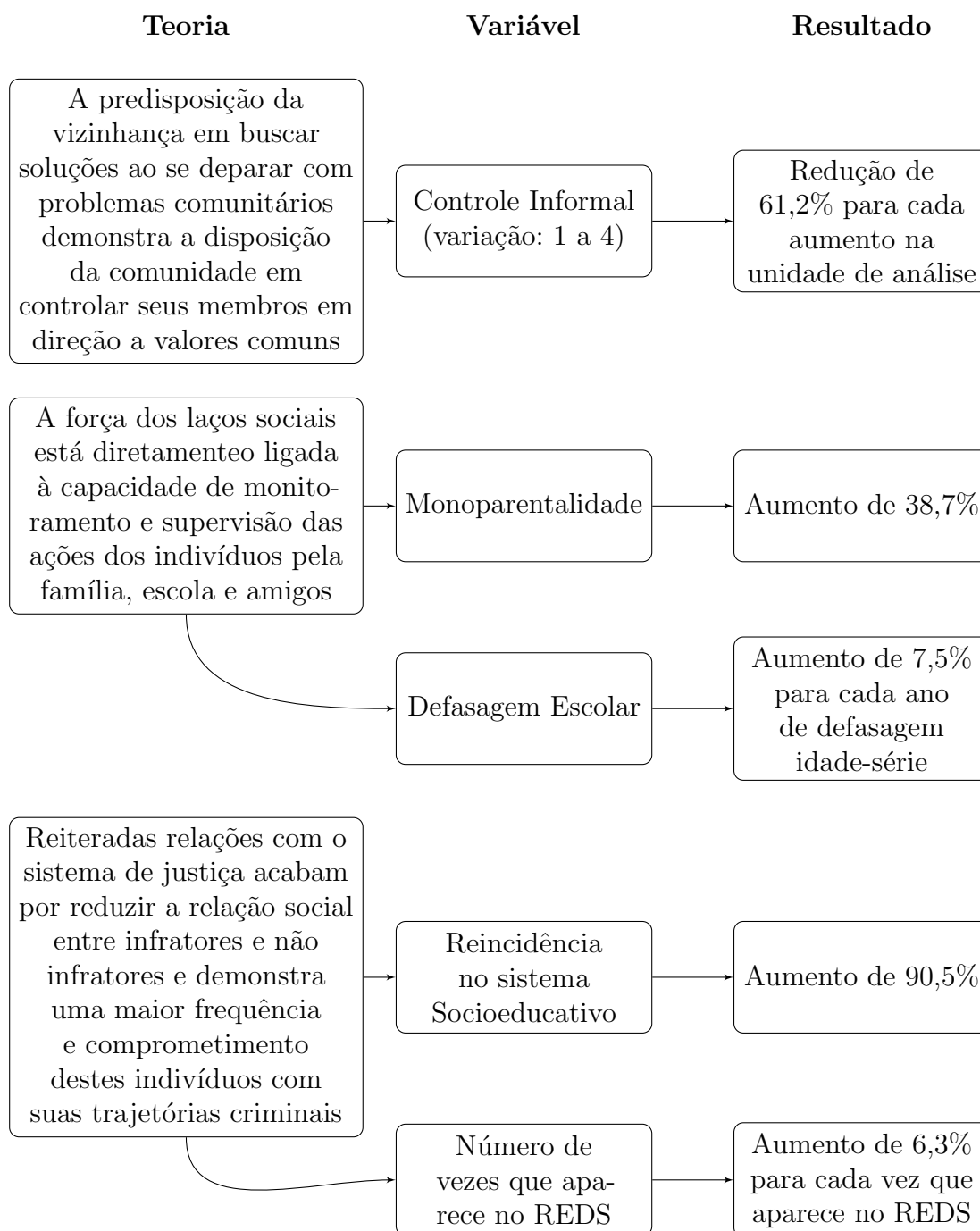
As variáveis ligadas à eficácia coletiva e ao controle informal comunitário, assim como as variáveis individuais que dizem sobre o controle social ao longo da trajetória do indivíduo por parte da família, da escola e dos amigos, e as variáveis que dizem sobre o comprometimento e a frequência dos indivíduos com suas trajetórias criminais, influenciaram diretamente na frequência esperada de prisões dos indivíduos. A lógica causal entre teoria, variáveis explicativas e o impacto no número esperado de prisões pode ser visto na Figura 27.

Apesar das limitações, a pesquisa trouxe contribuições interessantes na busca pela validação teórica a partir de dados empíricos brasileiros. Testar teorias em diferentes contextos e realidades é fundamental para o refinamento e desenvolvimento do conhecimento. Ao mesmo tempo temos um resultado muito importante para a compreensão do que aconteceu com os jovens egressos do sistema socioeducativo. A análise descritiva dos eventos que ocorreram ao longo da vida destes jovens é um material rico a ser utilizado no desenvolvimento e aperfeiçoamento das políticas públicas.

É importante que essa pesquisa seja aprimorada e repetida com os mesmos jovens em outra fase de vida dos mesmos, assim como realizado pelo Sampson e Laub, de forma a acompanhar a trajetória de vida dos mesmos. A pesquisa também contou com diversas bases de dados que são riquíssimas em informação e que podem ser exploradas em pesquisas futuras.

Por fim, é notável a quantidade de jovens que morreram ou que foram presos dentro do universo da análise, é de fato uma quantidade muito elevada e demonstra o insucesso na interrupção das trajetórias delinquentes e na construção de novos papéis e novas perspectivas para estes jovens. Estes dados jogam luz à necessidade urgente de construir

Figura 27 – Quadro com a lógica causal entre teoria, variáveis explicativas e a frequência esperada de prisões



Nota: “Resultado” refere-se à mudança na frequência esperada de prisões.
 Elaboração própria.

e reforçar políticas públicas que contribuam no desenvolvimento da eficácia coletiva das comunidades com altos índices de homicídios e na reinserção de jovens egressos no sistema socioeducativo de forma a construir alternativas que permitam que eles construam novas rotinas que tragam novas possibilidades, estabilidade, supervisão e crescimento individual.

O fortalecimento de políticas que buscam promover o acesso a direitos e à rede de proteção social destes indivíduos, combinada com políticas de caráter territorial de forma

a fortalecer o controle social e a eficácia coletiva no território se apresentam como parte fundamental no rompimento das trajetórias criminais.

Referências

- ABRAMO, H. W. et al. *Pesquisa Agenda Juventude Brasil: pesquisa nacional sobre o perfil e opinião dos jovens brasileiros 2013*. [S.l.]: Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), 2013.
- BENSON, M. *Crime and the life course*. 2. ed. [S.l.]: Routledge, 2013. ISBN 9780203889893.
- CERQUEIRA, D. R. d. C. et al. Atlas da violência 2019. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2019.
- CERQUEIRA, D. R. d. C. et al. Indicadores multidimensionais de educação e homicídios nos territórios focalizados pelo pacto nacional pela redução de homicídios. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2016.
- CULLEN, F. T.; AGNEW, R.; WILCOX, P. *Criminological theory: Past to present: Essential readings*. 6. ed. [S.l.]: Oxford University Press, 2017. ISBN 978-0190639341.
- DURKHEIM, É. *Da divisão do trabalho social*. [S.l.]: EDIPRO, 2016. v. 2.
- GUJARATI, D. N. *Econometrics by example*. [S.l.]: Palgrave Macmillan New York, 2011. v. 1.
- HIRSCHI, T.; GOTTFREDSON, M. R. In defense of self-control. *Theoretical Criminology*, Sage Publications, v. 4, n. 1, p. 55–69, 2000.
- JR, G. H. E. Perspectives on the life course. 1985.
- JR, M. D. B. Neighborhood disorder, urban stressors, and street codes: A model for exploring social determinants of life-course trajectories. *Urban Social Work*, v. 1, n. 2, p. 89–103, 2017.
- KASARDA, J. D.; JANOWITZ, M. Community attachment in mass society. *American sociological review*, JSTOR, p. 328–339, 1974.
- MERTON, R. K. Social structure and anomie. *American Sociological Review*, American Sociological Association, v. 3, n. 5, p. 672–682, 1938.
- MOFFITT, T. E. Adolescence-limited and life-course-persistent antisocial behavior: a developmental taxonomy. *Psychological review*, American Psychological Association, v. 100, n. 4, p. 674, 1993.
- NEVES, J. A. B. Modelo de equações estruturais: uma introdução aplicada. Escola Nacional de Administração Pública (Enap), 2018.
- OLIVEIRA, E. D. S. D. S.; SILVA, B. F. Alves da; HIGGINS, S. S. S. The effects of criminal embeddedness on school violence in brazil. *International journal of criminology and sociology*, 2019.
- OLIVEIRA, L. C. P. *Trajetórias Infracionais na adolescência*. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

PARK, R.; BURGESS, E. *The City*. [S.l.]: University of Chicago Press, 1925. (Heritage of Sociology Series). ISBN 9780226636504.

PARK, R. E. Human ecology. *American Journal of Sociology*, University of Chicago Press, v. 42, n. 1, p. 1–15, 1936. ISSN 00029602, 15375390. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2768859>.

ROCHA, R. L. S. Vinganças, guerras e retaliações: Um estudo sobre o conteúdo moral dos homicídios de caráter retaliatório nas periferias de belo horizonte. Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

ROSE, D. R.; CLEAR, T. R. Incarceration, social capital, and crime: Implications for social disorganization theory. *Criminology*, Wiley Online Library, v. 36, n. 3, p. 441–480, 1998.

SAMPSON, R. J.; GROVES, W. B. Community structure and crime: Testing social-disorganization theory. *American journal of sociology*, University of Chicago Press, v. 94, n. 4, p. 774–802, 1989.

SAMPSON, R. J.; LAUB, J. H. *Crime in the making: Pathways and turning points through life*. [S.l.]: Harvard University Press, 1995.

SAMPSON, R. J.; LAUB, J. H. A life-course view of the development of crime. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, Sage Publications Sage CA: Thousand Oaks, CA, v. 602, n. 1, p. 12–45, 2005.

SAMPSON, R. J.; LAUB, J. H. *Shared beginnings, divergent lives: delinquent boys to age 70*. [S.l.]: Harvard University Press, 2006.

SAMPSON, R. J.; LAUB, J. H. Turning points and the future of life-course criminology: Reflections on the 1986 criminal careers report. *Journal of research in crime and delinquency*, SAGE Publications Sage CA: Los Angeles, CA, v. 53, n. 3, p. 321–335, 2016.

SAMPSON, R. J.; RAUDENBUSH, S. W.; EARLS, F. Neighborhoods and violent crime: A multilevel study of collective efficacy. *science*, American Association for the Advancement of Science, v. 277, n. 5328, p. 918–924, 1997.

SHAW, C. R.; MCKAY, H. D. *Juvenile delinquency and urban areas*. University of Chicago Press, 1942.

SILVA, B. F. *Desorganização, oportunidade e crime: uma análise “ecológica” dos homicídios em belo horizonte*. Belo Horizonte, MG. Tese (Doutorado) — Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade Federal de Minas Gerais, MG, 2012.

THORNBERRY, T. P. Toward an interactional theory of delinquency. *Criminology*, Wiley Online Library, v. 25, n. 4, p. 863–892, 1987.

THRASHER, F. M. *The gang: A study of 1,313 gangs in Chicago*. [S.l.]: University of Chicago Press, 2013.

UNODC. Global study on homicide 2019. *United Nations Office on Drugs and Crime*, 2019. Disponível em: <https://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/global-study-on-homicide.html>.

WASELFISZ, J. J. Mapa da violência 2013: homicídios e juventude no brasil. Secretaria Nacional da Juventude, 2013.

WORLD BANK. Por um brasil mais seguro: uma análise da dinâmica do crime e da violência. *World Bank Group*, 2013. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/958571468222898382/pdf/707640ESW0PORT0ics0of0Violent0Crime.pdf>.

ZILLI, L. F. O bonde tá formado: gangues, ambiente urbano e criminalidade violenta. 2011.

A Anexo

A.1 Processo de bufferização do endereço

Figura 28 – Mapa da relação entre o endereço do jovem e os setores censitários da amostra antes da bufferização

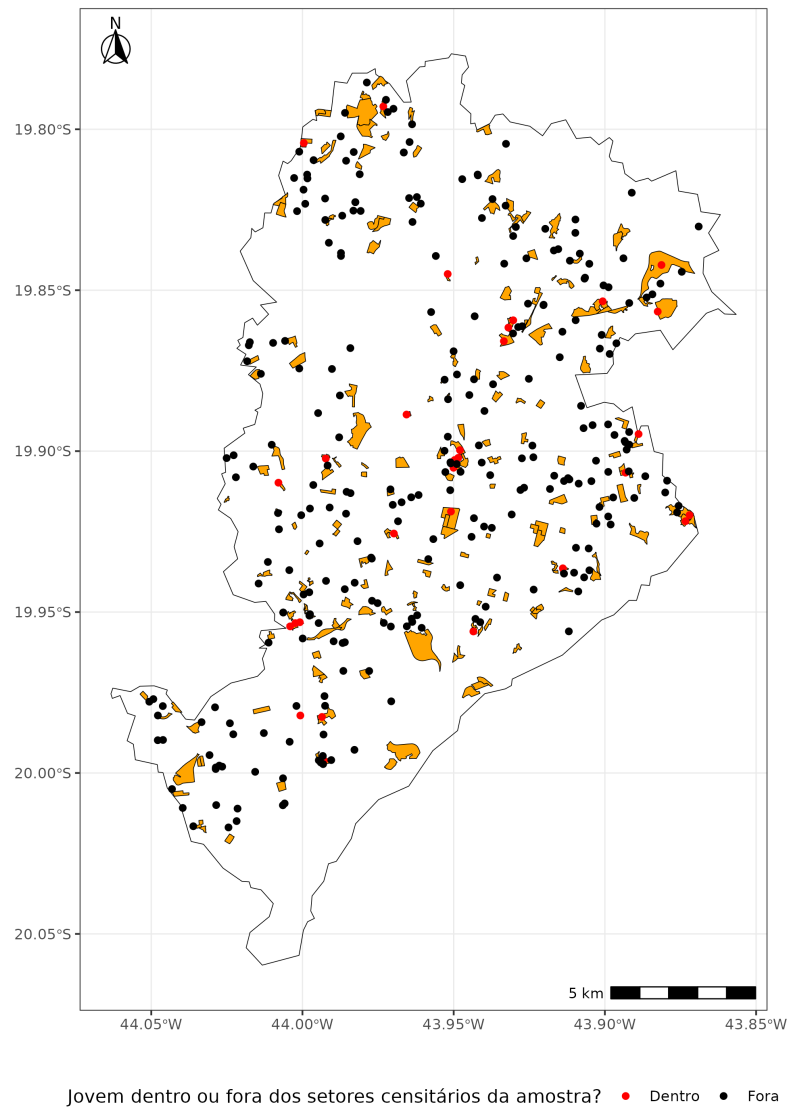


Figura 29 – Mapa da bufferização do endereço dos jovens analisados

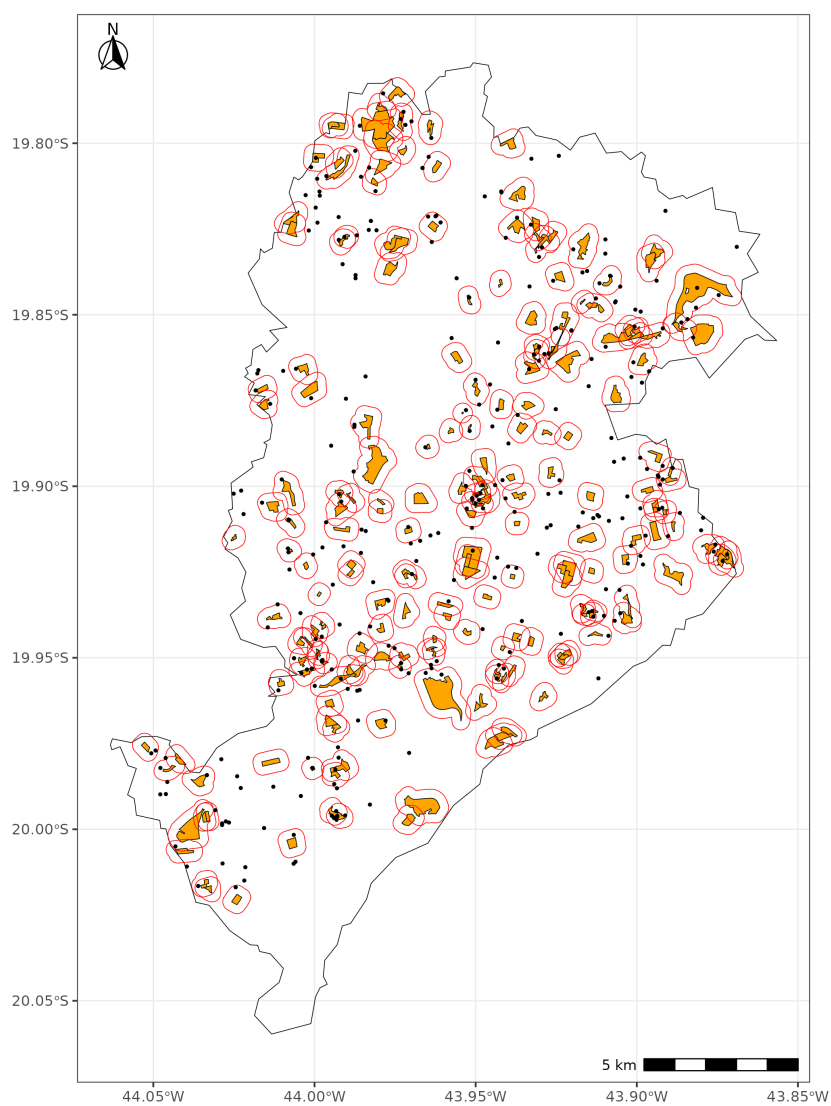
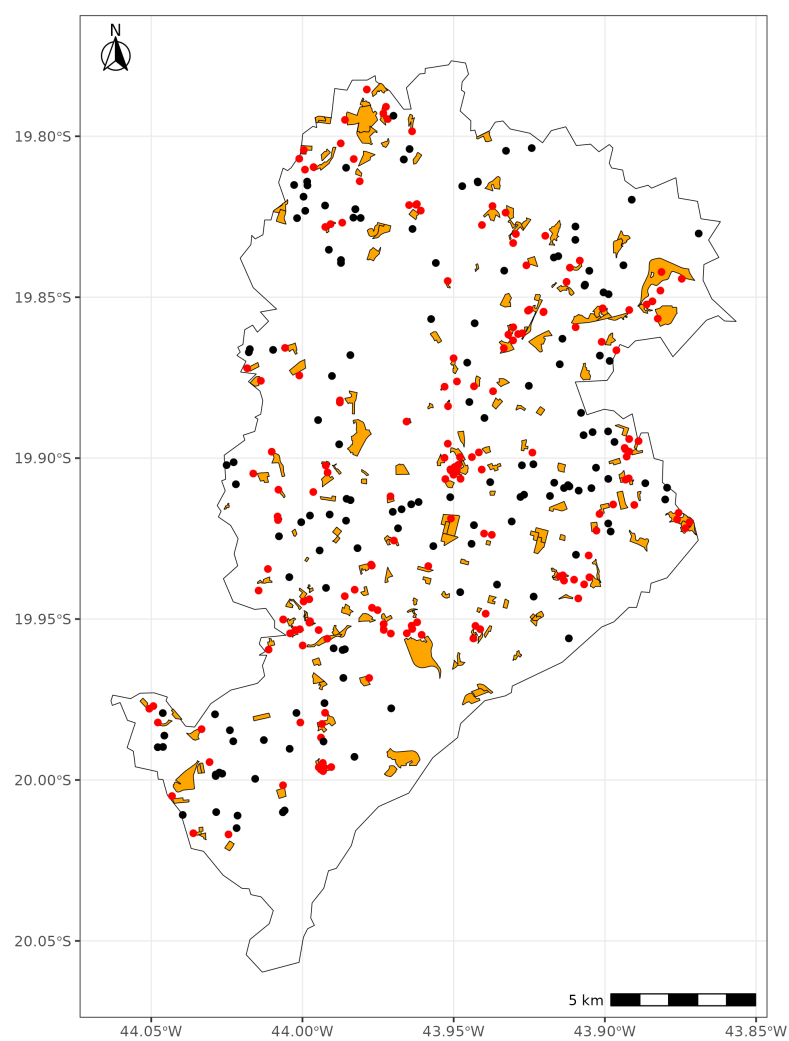


Figura 30 – Mapa da relação entre o endereço do jovem e os setores censitários da amostra depois da bufferização



Jovem dentro ou fora dos setores censitários da amostra? ● Dentro ● Fora

A.2 Resultado do Modelo de Equações Estruturais

lavaan 0.6.15 ended normally after 63 iterations

Estimator	DWLS	
Optimization method	NLMINB	
Number of model parameters	33	
	Used	Total
Number of observations	159	374

Model Test User Model:

	Standard	Scaled
Test Statistic	18.923	30.890
Degrees of freedom	33	33
P-value (Chi-square)	0.976	0.573
Scaling correction factor		1.526
Shift parameter		18.492
simple second-order correction		

Model Test Baseline Model:

Test statistic	400.445	202.961
Degrees of freedom	49	49
P-value	0.000	0.000
Scaling correction factor		2.283

User Model versus Baseline Model:

Comparative Fit Index (CFI)	1.000	1.000
Tucker-Lewis Index (TLI)	1.059	1.020
Robust Comparative Fit Index (CFI)		1.000
Robust Tucker-Lewis Index (TLI)		1.014

Root Mean Square Error of Approximation:

RMSEA	0.000	0.000
90 Percent confidence interval - lower	0.000	0.000

90 Percent confidence interval - upper	0.000	0.053
P-value H_0: RMSEA <= 0.050	0.999	0.933
P-value H_0: RMSEA >= 0.080	0.000	0.001
Robust RMSEA		0.000
90 Percent confidence interval - lower		0.000
90 Percent confidence interval - upper		0.066
P-value H_0: Robust RMSEA <= 0.050		0.862
P-value H_0: Robust RMSEA >= 0.080		0.013

Standardized Root Mean Square Residual:

SRMR	0.050	0.050
------	-------	-------

Parameter Estimates:

Standard errors	Robust.sem
Information	Expected
Information saturated (h1) model	Unstructured

Latent Variables:

	Estimate	Std.Err	z-value	P(> z)	Std.lv	Std.all
lat_control =~						
cv71_rec_mean	1.000				0.257	0.791
cv72_rec_mean	1.394	0.144	9.715	0.000	0.359	0.916
cv73_rec_mean	1.463	0.154	9.476	0.000	0.376	0.948
cv74_rec_mean	1.489	0.150	9.898	0.000	0.383	0.940
cv8_rec_mean	1.112	0.155	7.182	0.000	0.286	0.657

Regressions:

	Estimate	Std.Err	z-value	P(> z)	Std.lv	Std.all
morto ~						
lat_control	0.039	0.095	0.405	0.685	0.010	0.034
Reincidente	-0.001	0.048	-0.029	0.977	-0.001	-0.002
nReds	-0.005	0.004	-1.258	0.208	-0.005	-0.102
monoparentaldd	-0.041	0.053	-0.772	0.440	-0.041	-0.064
defasagem_sclr	-0.015	0.010	-1.489	0.136	-0.015	-0.094
preso ~						
lat_control	0.069	0.159	0.435	0.663	0.018	0.036
Reincidente	0.050	0.077	0.647	0.518	0.050	0.049

nReds	0.032	0.005	6.867	0.000	0.032	0.419
monoparentaldd	0.064	0.074	0.865	0.387	0.064	0.059
defasagem_sclr	0.018	0.021	0.869	0.385	0.018	0.066

Covariances:

	Estimate	Std.Err	z-value	P(> z)	Std.lv	Std.all
.morto ~~						
.preso	-0.002	0.010	-0.154	0.877	-0.002	-0.012
Reincidente ~~						
nReds	0.548	0.263	2.085	0.037	0.548	0.171
monoparentaldd	0.004	0.018	0.223	0.824	0.004	0.018
defasagem_sclr	0.196	0.070	2.811	0.005	0.196	0.218
nReds ~~						
monoparentaldd	0.069	0.227	0.305	0.761	0.069	0.023
defasagem_sclr	0.943	0.930	1.014	0.311	0.943	0.079
monoparentalidade ~~						
defasagem_sclr	0.068	0.064	1.062	0.288	0.068	0.081

Variances:

	Estimate	Std.Err	z-value	P(> z)	Std.lv	Std.all
.cv71_rec_mean	0.040	0.006	7.070	0.000	0.040	0.375
.cv72_rec_mean	0.025	0.005	4.713	0.000	0.025	0.161
.cv73_rec_mean	0.016	0.003	5.008	0.000	0.016	0.102
.cv74_rec_mean	0.019	0.003	5.616	0.000	0.019	0.117
.cv8_rec_mean	0.107	0.014	7.716	0.000	0.107	0.568
.morto	0.084	0.018	4.643	0.000	0.084	0.972
.preso	0.198	0.015	13.530	0.000	0.198	0.798
lat_control	0.066	0.016	4.064	0.000	1.000	1.000
Reincidente	0.241	0.008	29.810	0.000	0.241	1.000
nReds	42.433	5.173	8.203	0.000	42.433	1.000
monoparentaldd	0.210	0.015	14.119	0.000	0.210	1.000
defasagem_sclr	3.343	0.311	10.745	0.000	3.343	1.000

R-Square:

	Estimate
cv71_rec_mean	0.625
cv72_rec_mean	0.839
cv73_rec_mean	0.898
cv74_rec_mean	0.883
cv8_rec_mean	0.432

morto	0.028
preso	0.202